

V.11 n. 1 (2023)

ISSN 2318-6186

ARCHEION

Revista de Arquivologia da UFPB

ON LINE



SUMÁRIO

ARTIGO DE REVISÃO

- GESTÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUIVOS: uma revisão bibliográfica 6-20**
Dayane dos Santos Farias

RELATOS DE PESQUISA

- DIVULGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE INGRESSO E REINGRESSO DE ALUNOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFSM: o papel da mídia na difusão documental 21-35**
Aline Márcia Prade
Sônia Elizabete Constante
Glaucia Vieira Ramos Konrad

- DOCUMENTOS MANUSCRITOS DO PERÍODO COLONIAL DO ARQUIVO PÚBLICO DA PARAÍBA – APEPB 36-55**
Hilza Costa Cavalcante
Genoveva Batista do Nascimento

- UM ESTUDO DA PRODUÇÃO DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG (2012-2020) 56-77**
Andriele Pereira Meirelles
Roberta Pinto Medeiros

- IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL DOS PROCESSOS CRIMES DE FEMINICÍDIO NA PARAÍBA 78-97**
Aline Cruz de Araújo
Josemar Henrique de Macedo

- OBSERVAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER EM PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NA ÁREA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 98-114**
Glenda Silva Rodrigues
Eliane Silveira Gonçalves
Rodolfo Almeida De Azevedo
Alice Silva Cerqueira
Talia Raquel Oliveira Carvalho

PATRIMÔNIO CULTURAL DE RONDÔNIA: um acervo social115-134

Joliza Fernandes

Edson Cavalcante

Maria Fernanda Vasconcelos

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL ATRAVÉS DO ACERVO FOTOGRÁFICO
DO ARQUIVO HISTÓRICO MANOEL DOMINGUES135-152**

Sergio Ricardo Almeida da Hora

EDITORIAL

Visibilizamos neste primeiro semestre de 2023, o volume 11, número 1 da revista Archeion Online que proporciona a frequência ininterrupta da sua periodicidade. Esse número mais uma vez preza pela diversidade de temas discutidos cientificamente na Área da Arquivologia e afins.

Neste editorial expressamos nossos agradecimentos aos pareceristas e colaboradores pelo apoio incondicional que possibilitou em tempo hábil prosseguir com os trabalhos editoriais dessa revista. Essa parceria contribui para dar suporte aos trabalhos desenvolvidos durante o processo de avaliação, sempre prezando pela qualidade da produção divulgada.

Apresentamos abaixo os artigos publicados nessa edição perfazendo um total de oito textos distribuídos na sequência: um Artigo de Revisão, seis Relatos de Pesquisas, e um Relato de Experiência.

Gestão do conhecimento em arquivos: uma revisão bibliográfica. Essa publicação tem como autora *Dayane dos Santos Farias* que analisa produções científicas sobre a temática Gestão do Conhecimento em instituições arquivísticas ao verificar a carência de trabalhos publicados na Arquivologia.

Divulgação do processo seletivo de ingresso e reingresso de alunos nos cursos de graduação da UFSM: o papel da mídia na difusão documental. As autoras *Aline Márcia Prade, Sônia Elizabete Constante e Glaucia Vieira Ramos Konrad* analisam a difusão midiática confiável do Processo Seletivo de Ingresso e Reingresso de estudantes nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com o intuito de constatar a evolução desses alunos nos últimos anos.

Documentos manuscritos do período colonial do arquivo público da Paraíba – APEPB. Tem como autoras *Hilza Costa Cavalcante e Genoveva Batista do Nascimento*. Esta publicação é resultado da pesquisa do Trabalho de Conclusão do Curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba que tem como objetivo indicar diretrizes para a preservação e conservação dos documentos (manuscritos e

avulsos) do Período Colonial da Paraíba, tendo em vista a necessidade de contribuição para os usuários do Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB).

Um estudo da produção dos relatórios de estágio supervisionado do curso de arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG (2012-2020). As autoras *Andriele Pereira Meirelles e Roberta Pinto Medeiros* analisaram os Relatórios dos Estágios Supervisionados realizados pelos estudantes da primeira turma de formados até os formados de 2020 no curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Na ocasião, o estudo teve como conclusão que a Descrição Arquivística, a elaboração de Instrumento de Pesquisa e a de Classificação Arquivística são as práticas mais frequentes no estágio supervisionado.

Identificação documental dos processos crimes de feminicídio na Paraíba tem como autores *Aline Cruz de Araújo e Josemar Henrique de Macedo*. Esse artigo traz um levantamento documental enquanto instrumento fundamental para os processos arquivísticos tais como a classificação, avaliação, descrição e acesso. Desse modo identificaram a produção documental que formam os processos de feminicídio no Fórum Criminal da Paraíba nos anos de 2015 e 2016.

Observações sobre a participação da mulher em produções científicas na área da Ciência da Informação da autoria de *Glenda Silva Rodrigues, Eliane Silveira Gonçalves, Rodolfo Almeida de Azevedo, Alice Silva Cerqueira, Talia Raquel Oliveira Carvalho*. Este artigo evidencia o contributo das mulheres enquanto representação significativa para a produção acadêmica de teses e dissertações publicadas na área da Ciência da Informação entre os anos de 1972 e 2020 no âmbito nacional.

Patrimônio Cultural de Rondônia: um acervo social. Pesquisa elaborada pelas autoras *Joliza Fernandes, Edson Cavalcante e Maria Fernanda Vasconcelos* com o objetivo de mapear o patrimônio cultural do estado rondoniense para criação de uma base de informação cultural no ambiente multimídia com vistas à sua preservação e ampla disseminação.

A construção da memória institucional através do acervo fotográfico do Arquivo Histórico Manoel Domingues. Para delimitar a pesquisa o autor *Sergio Ricardo Almeida da Hora* escolheu seis registros fotográficos como base para a análise: História de Marabá; Enchente de 1980; Urbanização da cidade; Carnaval de Marabá; Festejos juninos; e Aniversário de 100 (cem) anos de Marabá. Esses documentos

atribuem sentidos e significados para a produção do conteúdo que revela a memória institucional.

A partir da apresentação dos artigos elencados nessa edição da Revista Archeion Online, convidamos a comunidade científica para fazer a leitura e produzir novos conhecimentos.

Ediane Toscano Galdino de Carvalho

Editora

GESTÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUIVOS: uma revisão bibliográfica

KNOWLEDGE MANAGEMENT IN ARCHIVES: a literature review

*Dayane dos Santos Farias**

RESUMO

A Gestão do Conhecimento é uma ferramenta imprescindível para as organizações, sendo capaz de potencializar a captura e difusão do conhecimento nestas. Desse modo, os arquivos são considerados unidades de informação estratégicas, fontes de conhecimento importante para subsidiar à tomada de decisões. O objetivo desta pesquisa foi analisar trabalhos que abordem a Gestão do Conhecimento em Arquivos. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. Os resultados obtidos revelam a insipiência de publicações sobre a Gestão do Conhecimento em arquivos, além de lacunas nas abordagens sobre a temática nos trabalhos encontrados. Os estudos sobre a aplicação da Gestão do Conhecimento em arquivos ainda são muito poucos. No entanto, foi possível verificar nos poucos trabalhos encontrados, abordagens sobre Gestão de documentos, o arquivista e suas práticas associadas à Gestão do conhecimento. Assim, esta pesquisa sugere trabalhos futuros, a fim de refletir melhor aspectos de Gestão do Conhecimento não abordados, além da utilização de novas estratégias de pesquisa.

Palavras-chave: Gestão do Conhecimento; Arquivos; Revisão de literatura.

ABSTRACT

Knowledge Management is an auxiliary tool for organizations, being able to enhance the capture and dissemination of knowledge in these organizations. In this way, archives are considered units of strategic information, important sources of knowledge to support decision-making. The objective of this research was to analyze works that approach Knowledge Management in Archives. This is an exploratory and descriptive research with a qualitative approach. The results obtained proved the lack of publications on KM in archives, in addition to gaps in the approaches on the subject in the works found. Studies on the application of Knowledge Management more effectively in archives are still very few. However, it was possible to verify in the few works found, approaches on document management, the archivist and their practices associated with Knowledge Management. Thus, this research suggests future work, in order to better reflect unseen aspects of, in Knowledge Management addition to the use of new research strategies.

Keywords: Knowledge Management; Archives; Literature Review.

Submetido em: 28/05/2023

Aceito em: 28/06/2023

* Mestrado em Ciência da Informação pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Portugal | dayanemarquess@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No atual cenário da sociedade da informação e conhecimento, marcado cada vez mais pelas tecnologias de informação e comunicação, o conhecimento é um elemento imprescindível para tomada de decisões, além de considerado ativo intangível capaz de gerar vantagem competitiva e inovação para organização. Nesse sentido, a Gestão do Conhecimento (Gestão do Conhecimento) potencializa as estratégias organizacionais, sendo uma ferramenta necessária para o aprimoramento de seus serviços. Para Oliveira *et al.* (2006, p. 15) “podemos conceituar a gestão do conhecimento como sendo o processo de obter, gerenciar e compartilhar o conhecimento dentro da mesma organização”.

Diante dessa perspectiva organizacional, cabe ressaltar os arquivos, enquanto unidades de informação que geram e disseminam conhecimentos. A utilização da Gestão do Conhecimento nesses espaços pode contribuir para melhoria de seus serviços, uma vez que estes utilizam as informações dos arquivos para criar seu arcabouço de conhecimento.

Segundo Schäfer e Sanches (2014, p. 212) “as funções do setor de arquivos de uma organização estão intimamente ligadas à gestão do conhecimento. O processo de gestão de documentos, informação e consequentemente do conhecimento, mantém uma relação direta, sendo a primeira a base para as seguintes”.

Nesse sentido, os arquivos enquanto unidades de informação, poderão agregar valor a seus serviços, tendo em vista os mesmos serem responsáveis por gerir informações estratégicas. O conhecimento explícito da organização, a memória da organização está nos arquivos. As informações oriundas dos arquivos servem de suporte, geram conhecimentos para organização, a Gestão do conhecimento torna-se, portanto, uma ferramenta estratégica nesse cenário.

Neste contexto, a questão que conduz a pesquisa é: Como está sendo abordada na literatura científica a Gestão do Conhecimento em arquivos? O objetivo geral do estudo é analisar trabalhos científicos que abordem a Gestão do Conhecimento em Arquivos. Tem como objetivos específicos: levantar a metodologia e objetivos nessas abordagens; identificar a localização geográfica dos estudos e caracterizar as abordagens dessa temática nos trabalhos.

Após essa introdução, o artigo segue uma estrutura que inclui um capítulo teórico sobre a gestão do conhecimento e arquivos. Em seguida, são apresentados os detalhes do percurso metodológico, seguido da análise e discussão dos dados coletados. Por fim, são apresentadas as considerações finais, que abordam uma avaliação geral dos resultados obtidos e oferecem sugestões para pesquisas futuras relacionadas a essa temática.

2 GESTÃO DO CONHECIMENTO E ARQUIVOS

O conhecimento na perspectiva da gestão pode ser dividido em os dois tipos: o tácito e o explícito. O conhecimento tácito é o que está nas mentes das pessoas, a partir de suas ideias e experiência, sendo subjetivo, difícil de ser explicado e formalizado. Já o conhecimento explícito é formal e pode ser formalizado através de textos, documentos etc. (NAKATA ; TAKEUCHI, 2003). Segundo os autores supracitados a interação entre esses dois conhecimentos (tácito e explícito) produz o conhecimento organizacional. Definem esse processo de criação do conhecimento como espiral do conhecimento.

Para Davenport e Prusak (1998, p. 6) “o conhecimento é uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para avaliação e incorporação de novas experiências e informações”. Nesse sentido, o conhecimento pode ser considerado a matéria prima indispensável para as organizações, diante de um cenário competitivo e de constantes mudanças tecnológicas.

O conceito de Gestão do Conhecimento tem sido amplamente discutido na literatura científica. Convém considerarmos a definição de Valentim et al (2003, p. 8)

A gestão do conhecimento é uma das bases que amparam o processo de inteligência competitiva nas organizações. Quando pautadas no aproveitamento, na sistematização e na socialização do conhecimento de seus indivíduos para a formação do conhecimento organizacional baseado na coletividade, as empresas obtêm uma maior vantagem frente à concorrência e potencializam a exploração de novas ideias para fomentar a inovação.

Corroborando com esse pensamento, Dalkin (2005) afirma que a Gestão do Conhecimento está pautada no gerenciamento coordenado de pessoas, tecnologias e estrutura da organização visando agregação de valor por meio da reuso do conhecimento

e inovação.

Diante dessa perspectiva no ambiente organizacional, os arquivos enquanto unidades de informação, são responsáveis pelo armazenamento, guarda e disseminação das informações produzidas pelas organizações (gestão de documentos e gestão da informação). Desse modo são uma fonte de informações que pode subsidiar a organização na criação e desenvolvimento de uma gestão do conhecimento.

Schellenberg (2006, p.41) conceitua arquivos como

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que tenham sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente.

De acordo com Bellotto (2012, p.8):

os arquivos são instrumentos insubstituíveis para a administração pública assim como para as organizações privadas, já que integram os mecanismos de decisão e de ação e, nesse sentido, deveriam ter lugar tanto nas políticas públicas como nas estratégias empresariais de desenvolvimento.

Nesse sentido os arquivos são considerados um centro de informações ativo que produz conhecimento para auxiliar a tomada de decisão e trabalho da organização. (CARVALHO ; LONGO, 2002).

Serra Júnior (2006) destaca a inclusão das ciências da informação e a arquivista no arcabouço teórico da gestão do conhecimento, assim como importância da participação dos arquivistas no grupo de profissionais que colaboram para o desenvolvimento da gestão do conhecimento nas organizações.

Nesse sentido, os arquivos são considerados uma fonte de conhecimento que pode subsidiar a criação e o desenvolvimento de uma gestão do conhecimento eficaz. Ao integrar os princípios e práticas arquivísticas no processo de gestão do conhecimento, as organizações podem garantir que o conhecimento valioso seja identificado, organizado e disponibilizado para apoiar a tomada de decisão e o trabalho diário. A inclusão da Ciência da informação e dos profissionais arquivistas no contexto da gestão do conhecimento é essencial para a colaboração interdisciplinar e para o sucesso da implementação de estratégias dessa temática nas organizações.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. De acordo com Gil (2008) a abordagem descritiva consiste em descrever determinadas características de populações ou fenômenos.

O estudo foi realizado através de uma revisão de literatura existente a respeito da Gestão do Conhecimento em Arquivos. Desse modo, foi feito um levantamento bibliográfico nas bases de dados internacionais *Web of Science*, *Ebsco* (especificamente na revista *Library & Information Science Source*) e na *Brapci* (Base de Dados Brasileira em Ciência da Informação). A busca foi realizada entre novembro e de dezembro de 2021, sendo revisadas em janeiro e dezembro de 2022. A busca utilizou os descritores: “Gestão do Conhecimento” AND Arquivos, “Knowledge Management” AND Archives e “Knowledge management” AND archives or archive. Foram aplicados filtros nas bases *Web of Science* e *Ebsco*. Os refinamentos ocorreram por tipo de documento – Artigo, fonte de informação- revistas acadêmicas, categoria – Information Science Libray Science. Conforme tabela 1. A busca resultou em 131 artigos recuperados, conforme Tabela 1. Após a leitura dos resumos, foram excluídos 117 trabalhos em duplicidade ou por não apresentarem relação com o tema proposto. Desse modo, foram selecionados 13 artigos pertinentes à temática proposta.

Tabela 1- Estratégias de busca nas Bases de dados

Base de dados	Descritores de busca	Campos	Filtros	Resultado
BRAPCI	“Gestão do conhecimento”ANDarquivos	Todos os campos		18
EBSCO	“Knowledge management”	Resumo Título	Revistas acadêmicas	42 03
(Libray Science &Information Science Source	AND archives or archive	Palavras-chave		08
Web of Science	“Knowledge management” AND archives	Tópico: título-resumo- palavras-chave	Artigos Information Science Libray Science	62
Total				131

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No processo de tabulação dos dados, foram seguidas as diretrizes estabelecidas anteriormente e as informações organizadas em planilhas eletrônicas do Excel. A análise foi conduzida de forma manual, examinando cada artigo selecionado para a amostra. Na segunda fase dessa análise, o software Excel foi utilizado como uma ferramenta auxiliar para tabular, sistematizar e estruturar os dados necessários, também para a criação dos gráficos que ajudaram a visualizar melhor os dados coletados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados o total de 13 artigos para constituir o Corpus desta pesquisa sobre Gestão do conhecimento em Arquivos, conforme Quadro 1. Podemos observar que o número de publicações sobre a temática Gestão do conhecimento na área dos arquivos ainda é insipiente, demonstrando a necessidade de mais pesquisas sobre o tema.

Quadro 1 - *Artigos selecionados para o estudo*

ARTIGOS	AUTOR/ANO DE PUBLICAÇÃO	PAÍS
The relationship between archives and knowledge management: some evidence from Australia	Martin (2005)	Austrália
An assessment of knowledge sharing strategies at the National Archives of Zimbabwe (NAZ).	Nyaude e Dewah (2014)	Zimbabue
Um diálogo entre arquivo, conhecimento e tecnologia	Santos e Flores (2015)	Brasil
O arquivista como gestor de recursos informacionais: uma reflexão acerca dos novos modelos de gestão	Anna (2015)	Brasil
A knowledge management framework for effective integration of national archives resources in China	Xiaomi Na (2016)	China
O Projeto IES: Análise do processo na ótica da Gestão do Conhecimento - Estratégias de gestão e conversão do conhecimento (Estudo de Caso)	Corujo (2017)	Portugal
Managing records and archives in a Hong Kongschool: a case study	Erik C. k. Cheng (2017)	China
Gestão do conhecimento associada às práticas arquivísticas na formação e preservação da memória organizacional	Feitoza e Duarte (2018)	Brasil
Gestão do conhecimento organizacional: tratamento arquivístico para reuso da informação administrativa	Santos e Krawszuk (2019)	Brasil
O impacto da gestão documental nos arquivos de engenharia e arquitetura: uma análise do arquivo da DIPOP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	Santos et al. (2020)	Brasil

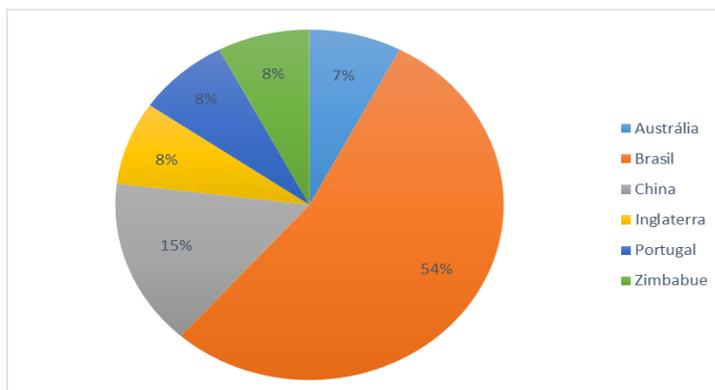
Interface entre a memória organizacional e a gestão do conhecimento: observações no arquivo do SEBRAE – PB	Feitosa e Duarte (2021)	Brasil
How archival studies and knowledge management practitioners describe the value of research: assessing the “quiet” archivist persona	Pearson (2021)	Inglaterra
Competências e habilidades requeridas ao arquivista para a aplicação da gestão do conhecimento no âmbito das unidades de informação	Morais e Rodrigues (2021)	Brasil

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme podemos observar no Quadro 1, as publicações ocorreram entre os anos de 2005 e 2021. Em relação aos países das publicações podemos perceber uma diversidade geográfica.

Em relação aos países das publicações, verifica-se uma diversidade em relação aos países de 4 continentes diferentes. Conforme Gráfico 1, mais da metade dos trabalhos são originários do Brasil. A China destaca-se em seguida com 15% das publicações. Por último encontra-se Inglaterra, Portugal e Zimbábue com apenas 7% das publicações encontradas.

Figura 1 – Países de origem das publicações



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quadro 2 Objetivos e Métodos dos trabalhos encontrados

AUTOR	OBJETIVO	MÉTODO/TIPO DE ESTUDO
Martin (2005)	A pesquisa baseada em casos resultante relatou aqui mostra que essa relação opera mais fortemente o contexto dos principais impulsionadores da gestão do conhecimento dentro agências e departamentos governamentais, e nas ligações entre o trabalho dos	Estudo empírico- (Estudo de caso)
	Arquivos Nacionais da Austrália (NAA) e do outras organizações da Commonwealth.	
Nyaude e Dewah (2014)	Avaliou a eficácia das estratégias de compartilhamento de conhecimento para capturar o conhecimento nos ativos de conhecimento da instituição nos Arquivos Nacionais do Zimbábue (NAZ).	Estudo empírico (Estudo de caso)
Santa Anna (2015)	Objetiva discutir a gestão da informação e sua consolidação em gestão do conhecimento, destacando o papel do arquivo e do arquivista nesse processo.	Estudo de revisão
Santos e Flores (2015)	Realizar uma breve reflexão sobre a gestão do conhecimento em arquivos, enfatizando as ligações necessárias para um diálogo entre arquivo, conhecimento e tecnologia	Estudo de revisão
Corujo (2017)	Abordar o projeto desenvolvido pelo Grupo de Trabalho das Instituições de Ensino Superior Públicas de Portugal (GTIES,) no âmbito da produção de ferramentas ligadas à classificação arquivística, perspectivados como instrumentos de organização e, sobretudo, de partilha do conhecimento organizacional, na lógica de um processo de criação e gestão de conhecimento, identificando as ferramentas e as estratégias utilizadas para tal fim.	Estudo empírico (Estudo de caso)
Bernal e Molina (2017)	Analisar as competências para aplicação da gestão do conhecimento, assim como as definições e características da gestão do conhecimento, as competências e a gestão por competências	Estudo de revisão
Cheng (2017)	Este estudo tem como objetivo explorar os princípios e práticas de gestão de documentos sob a ótica da análise funcional e gestão do conhecimento por meio de um estudo de caso que se concentra na experiência de implementação o gerenciamento de documentos em uma escola pública em Hong Kong	Estudo empírico Estudo de caso

Feitosa e Duarte (2018)	Objetiva analisar como os processos de gestão do conhecimento associados às práticas arquivísticas podem contribuir com a formação e preservação da memória organizacional no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (SEBRAE/PB)	Estudo de revisão
Santos e Krawszuk (2020)	Contribuições da gestão de documentos para o processo de gestão do conhecimento. Limita-se às práticas de gestão do conhecimento desenvolvidas a partir de informações administrativas contidas em documentos produzidos pela própria organização.	Estudo de revisão
Morais e Rodrigues (2021)	Reconhecer as novas frentes e potencialidades de atuação do arquivista, por meio da literatura científica, como gestor da informação em unidades de informação	Estudo de revisão
Santos, Silva e Bari (2021)	Ressaltar o impacto que uma gestão documental de qualidade tem sobre um arquivo especializado, sob os princípios da gestão da informação e do conhecimento, a busca pela mediação da informação documental implícita e explícita e o cumprimento da função social da universidade pública e de qualidade.	Estudo empírico
Feitosa e Duarte (2021)	Objetiva conhecer a interface entre a Memória Organizacional e a Gestão do Conhecimento com base nos fundamentos teóricos e nas observações no arquivo no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do estado da Paraíba – Sebrae/PB.	Estudo empírico
Pearson (2021)	O estudo avalia o arquivista por meio de uma análise de discurso, examinando o uso de palavras que promovam valor e benefícios positivos em publicações de estudos arquivísticos.	Estudo de revisão Análise de discurso

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se através da Quadro 2, que 54% (7) das publicações eram estudos de revisão, enquanto 46 % (6), estudos empíricos. Vale ressaltar que foi possível apenas a análise do resumo da publicação de Nyaude e Dewah (2014), uma vez que não foi disponibilizado o texto na íntegra pela base de dados.

Após leitura criteriosa dos trabalhos que compõe o corpus desta pesquisa, a seguir serão apresentados resumo dos mesmos, a fim de conhecer e analisar seus objetivos, metodologias, conclusões e sugestões. Martin (2005) desenvolveu um estudo de caso nos Arquivos Nacionais da Austrália (NAA) a partir de uma pesquisa anterior sobre Gestão do Conhecimento no Serviço Público da Austrália (APS) que apontou para relação

emergente dessa temática nos arquivos e documento. O estudo realizou entrevistas com questões sobre Gestão do Conhecimento nos arquivos. Concluiu-se a partir dessa pesquisa, que a Gestão do Conhecimento ainda é um fenômeno em desenvolvimento no NAA. Os mesmos entendem a importância do conhecimento no suporte às operações comerciais, procuram através de medidas incentivar e promover a captura e compartilhamento do conhecimento explícito e tácito, além de promover boas práticas de manutenção de documentos e gestão da informação, fundamentais para uma boa Gestão do Conhecimento.

A publicação de Nyaude e Dewah (2014) analisou a eficácia das estratégias de compartilhamento de conhecimento para capturar o conhecimento nos ativos de conhecimento institucional no Arquivo Nacional do Zimbábue (NAZ). A pesquisa teve como motivação lacunas no desempenho do NAZ, em virtude da saída de profissionais experientes que não compartilhavam o conhecimento com profissionais mais novos no serviço. O estudo recomendou que o arquivo desenvolvesse uma política de compartilhamento de conhecimento, garantindo também a captura e retenção do conhecimento dentro da organização.

Através de uma revisão de literatura nas áreas de Administração e Arquivística, Santa Anna (2015) pretendeu abordar sobre a gestão da informação e sua consolidação em gestão do conhecimento, destacando o papel do arquivo e do arquivista nesse processo. O estudo constatou que o arquivista possui uma das maiores responsabilidades na Gestão do Conhecimento em organizações, uma vez que atua também como gestor de recursos informacionais, podendo ser considerado um intermediador entre a informação explícita associada ao conhecimento tácito.

Santos e Flores (2015) conduziram o estudo de revisão de literatura com abordagem qualitativa, refletindo sobre a Gestão do Conhecimento em arquivo, ressaltando as interações entre arquivo, conhecimento e tecnologia. Relacionando a evolução das tecnologias de informação e a contribuição da arquivologia para a Gestão do conhecimento. Concluiu-se destacando o potencial informacional dos arquivos, através das tecnologias da informação, para enriquecer as práticas de Gestão do Conhecimento, além de reforçar o diálogo entre a Administração, Arquivologia e Ciência da Informação. Corujo (2017) por meio de um estudo de caso que analisou o desenvolvimento dos trabalhos do projeto realizado pelo Grupo de Trabalho das Instituições de Ensino Superior Públicas de Portugal (GT- IES). Esse estudo de caso

analisou o referido projeto baseado nas teorias de criação e conversão do conhecimento e da importância da classificação no âmbito da Gestão do Conhecimento e perspectiva da documentação de arquivo. O estudo concluiu que as instituições são aprendentes, com potencial para serem organizações inteligentes, uma vez que utilizam seus documentos como ativo no processo de criação do Conhecimento. Ressalta-se também a importância da teoria da classificação na Gestão do Conhecimento, associada a abordagem da gestão de documentos.

O estudo de caso realizado por Bernal e Molina (2017) buscou analisar a gestão por competências que são exigidas para aplicação da Gestão do Conhecimento no Arquivo da Justiça do Trabalho de Londrina, assim como as definições e características da gestão do conhecimento, as competências e a gestão por competências. Os resultados apontaram que as atividades no Arquivo são rotineiras e muitas baseadas na legislação do judiciário, o que prejudica o desenvolvimento de um ambiente gerador de conhecimento. Em relação às competências comportamentais, sendo elas: autoconsciência, empatia, automotivação, autocontrole e comunicação.

Cheng (2017), por meio de estudo de caso sobre a gestão de documentos em uma escola pública secundária em Hong Kong, caracteriza os princípios e práticas de gestão de documentos sob a ótica da análise funcional e da Gestão do Conhecimento. A escola apresenta um arquivo digital com taxonomia de cima para baixo e de baixo para cima, permitindo que informações precisas sobre atividades escolares sejam mantidas e auxiliem no processo de tomada de decisões. Desse modo, o estudo evidenciou a abordagem de taxonomia e as práticas para melhoria na gestão de documentos da escola. Feitosa e Duarte (2018) realizaram um estudo exploratório - descritivo e correlacional, com uma abordagem qualitativa. O estudo de caso no arquivo do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (SEBRAE/PB), buscou analisar o processo de Gestão do Conhecimento associado às práticas arquivísticas em ambiente organizacional, tendo em vista a contribuição na formação e preservação da memória do SEBRAE/PB. Constatou-se, através da revisão de literatura, que a interdisciplinaridade da Ciência da informação proporciona novas descobertas a partir da associação de suas disciplinas, contribuindo com novos fenômenos.

Santos e Krawszuk (2020) desenvolveram um estudo de revisão com caráter assistemático e viés descritivo, no qual busca realizar uma reflexão sobre as contribuições da gestão de documentos para o processo de Gestão do Conhecimento. O

estudo discute sobre como as informações administrativas contidas nos documentos podem ser reutilizadas para fomentar a gestão do conhecimento organizacional. Desse modo, a pesquisa ressalta que o reuso da informação organizacional nos arquivos pode melhorar o processo de tomada de decisão, fornecer informação e desenvolver vantagem competitiva.

Morais e Rodrigues (2021) conduziram a pesquisa exploratória e descritiva, realizada através da revisão bibliográfica sobre a atuação do Arquivista na Gestão do conhecimento. O estudo objetivou analisar as competências e habilidades do Arquivista na aplicação da Gestão do Conhecimento em unidades de informação. Como resultado, constatou-se a facilidade de atuação do arquivista na Gestão do Conhecimento, uma vez que ele é capacitado e conhecedor da gestão arquivística de documentos e gestão da informação, o que o torna um intermediário entre a informação explícita e agregação ao conhecimento tácito.

O artigo de Santos, Silva e Bari (2021), por meio de revisão de literatura e análise descritiva do arquivo da Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, buscou ressaltar o impacto e as contribuições da gestão documental adequada em um arquivo especializado, viabilizando a existência da unidade de informação que contribui também para a gestão do conhecimento. Concluíram que a Gestão da Informação e Conhecimento, Gestão Documental e mediação informacional especializada no arquivo da DIPOP alterou de forma positiva a concretização dos objetivos informacionais no Arquivo Especializado em Arquitetura e Engenharia.

A pesquisa de Feitoza e Duarte (2021) buscou conhecer a interface da Memória Organizacional com a Gestão do Conhecimento por meio do arquivo do Sebrae/PB, através de uma pesquisa bibliográfica e de campo no referido arquivo. Concluíram que a Memória Organizacional possui uma ligação funcional com a Gestão do Conhecimento por meio do arquivo, uma vez que este serve para auxiliar a memória organizacional da instituição, bem como contribui com o processo de criação e Gestão do conhecimento. Pearson (2021), através de um estudo de análise do discurso, examina o uso de palavras que promovam valor e benefícios positivos em publicações de estudos arquivísticos e de Gestão do Conhecimento. O estudo apontou que o arquivista utiliza um léxico passivo e mais genérico para promover o valor e benefícios do trabalho arquivístico, em comparação os pesquisadores de Gestão do Conhecimento que usam um léxico para

comunicar de forma mais direta e específica. Desse modo, a pesquisa sugere recomendações na prática de comunicação nos arquivos, para melhorar a percepção sobre os arquivistas e o valor do trabalho.

Ao analisar os resumos e o Quadro 2 apresentados, verificou-se mais estudos de revisão do que estudos de caso. Muitas delas destacam, principalmente, as práticas de Gestão de documentos como elemento essencial para a Gestão do conhecimento. Percebe-se também a ausência nos estudos de caso sobre a aplicação de modelos já consolidados da referida temática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo identificar as abordagens de Gestão do conhecimento em arquivos através de uma revisão de literatura. Buscou-se responder ao seguinte questionamento: Como a Gestão do conhecimento está sendo abordada em arquivos? De acordo com os resultados obtidos, verifica-se uma insipiência de publicações que abordem a Gestão do conhecimento em arquivos. Constatou-se que o país com mais publicações foi o Brasil (52%).

Observa-se que publicações encontradas, tratam mais efetivamente sobre a Gestão de documentos associada à Gestão do conhecimento, assim como práticas arquivísticas, perfil e competências do Arquivista. Dessa forma, evidencia-se a ausência de estudos de caso que abordem a Gestão do conhecimento de forma mais prática, com a aplicação de modelos já consolidados na literatura ou propostas que possam ser aplicadas nessas unidades de informação. Quanto à limitação da pesquisa, evidencia-se a lacuna existente de publicações que abordem de forma mais efetiva a Gestão do conhecimento em Instituições arquivísticas. A pesquisa também revela limitações na análise de alguns trabalhos encontrados, pois os mesmos não estavam disponíveis para acesso na íntegra, apresentavam apenas o resumo.

Com base no que foi apresentado, ressalta-se a importância da Gestão do Conhecimento para os arquivos, uma vez que estes contribuem para criação e geração do conhecimento. Para além de alcançar os objetivos propostos, este estudo pretende promover uma maior reflexão sobre a Gestão do Conhecimento em arquivos, tendo em vista a mesma ser de suma importância para as organizações, além de orientar pesquisadores em futuras investigações sobre a temática. Para uma maior amplitude da

pesquisa, recomenda-se futuras investigações utilizando novas estratégias de busca com a ampliação dos descritores de pesquisa.

REFERÊNCIAS

AN, X *et al.* A knowledge management framework for effective integration of national archives resources in China. **Journal Of Documentation**. [S.l.], p. 18-34. jan. 2017.

ANJOS, F. G. S. *et al.* O impacto da gestão documental nos arquivos de engenharia e arquitetura: uma análise do arquivo da DIPOP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 85 - 93, dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/75160>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BELLOTO, H. L. O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista. **Ágora**, v. 22, n. 44, p. 5-18, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13175>. Acesso em: 28 dez. 2021.

BERNAL, D. M. R. Gestão do conhecimento e gestão por competências: estudo de caso no arquivo da Justiça do Trabalho de Londrina. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 4-13, mar. 2019. ISSN 2237-826X. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/57875>. Acesso em: 28 dez. 2021.

CARVALHO, E. L. de; LONGO, R. M. J. Informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do conselho de administração da UEL. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 113-133, 2002. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1703>. Acesso em: 07 dez. 2021.

CHENG, E. C. Managing records and archives in a Hong Kong school: a case study. **Records Management Journal**. Hong Kong, p. 204-216. maio 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-02-2017-0004> . Acesso em: 10 dez. 2021.

CORUJO, L. O projeto IES: análise do processo na ótica da Gestão do Conhecimento-estratégias de gestão e conversão do conhecimento (estudo de caso). **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/5994>. Acesso em: 28 dez. 2021.

DALKIR, Kimiz. **Knowledge Management in Theory and Practice**. 2. ed. Massachusetts: The Mit Press, 2011. 504 p.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L.. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 237 p.

FEITOZA, R. A. B.; DUARTE, E. N. Gestão do conhecimento associada às práticas arquivísticas na formação e preservação da memória organizacional. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 13, n. 1, 2018.

FEITOZA, R. A. de B.; DUARTE, E. N. Interface entre a memória organizacional e a gestão do conhecimento: observações no arquivo do SEBRAE – PB. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Cristóvão, v. 8, 2021. DOI:

10.24208/rebecin.v8i.273. Disponível em:

<https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/273>. Acesso em: 25 nov. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, M. *et al.* Gestão do Conhecimento: pesquisas realizadas e novas oportunidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26., 2006, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Enegep, 2006. p. 1-9.

**DIVULGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE INGRESSO E REINGRESSO DE ALUNOS
NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFSM: o papel da mídia na difusão documental**

***DISCLOSURE OF THE SELECTION PROCESS FOR ENTRY AND RE-ENTRY OF STUDENTS
IN UNDERGRADUATE COURSES AT UFSM: the role of the media in documentary
dissemination***

*Aline Márcia Prade**
*Sônia Elizabete Constante***
*Gláucia Vieira Ramos Konrad****

RESUMO

Um dos maiores desafios das instituições na atualidade é, sem dúvida, a difusão de seus documentos e informações de modo com que alcancem seu público-alvo de forma confiável e autêntica. Neste viés, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a difusão midiática do Processo Seletivo de Ingresso e Reingresso de estudantes nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com o intuito de constatar a sua evolução nos últimos anos. Portanto, refere-se a uma pesquisa descritiva, com a abordagem do problema qualitativa. As principais fontes de análise da divulgação do Processo Seletivo de Ingresso e Reingresso foram os jornais, as redes sociais da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e as páginas *web* oficiais da Instituição. O estudo também apresenta dados sobre o acesso à informação por meio da *internet* e aparelhos celulares (redes sociais), através de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Comitê Gestor da *Internet* no Brasil (CGI.br). Como resultado, manifesta a substituição dos tradicionais jornais pela difusão midiática por meio das redes sociais e páginas *web* oficiais da UFSM. Deste modo, as mídias sociais exercem um papel fundamental na difusão, possibilitando que os editais do Processo Seletivo de Ingresso e Reingresso alcancem um número expressivo de cidadãos, oportunizando a estes o acesso ao Ensino Superior público, gratuito e de qualidade.

Palavras-chave: Ingresso e Reingresso; Difusão midiática; Acesso à Informação.

ABSTRACT

One of the biggest challenges for institutions today is, without a doubt, the dissemination of their documents and information so that they reach their target audience in a reliable and authentic way. In this bias, the present research aims to analyze the media diffusion of the Selective Process of Admission and Re-entry of students in the Graduation courses of the Federal University of Santa Maria (UFSM), with the intention of verifying its evolution in the last years. Therefore, it refers to a descriptive research, with a qualitative approach to the problem. The main sources of analysis of the dissemination of the Admission and Re-entry Selection Process were the newspapers, the social networks of the Pro-Rector of Undergraduate Studies (Prograd) and the official websites of the Institution. The study also presents data on access to information through the internet and cell phones (social networks), through surveys carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and by the Internet Management Committee in Brazil (CGI.br). As a result, it

* Mestranda em Patrimônio Cultural da UFSM | E-mail: aline.prade@ufsm.br.

** Doutora em Comunicação (POSCOM/UFSM) | E-mail: sonia.constante@ufsm.br.

*** Doutora em História (UNICAMP) | E-mail: glauucia.konrad@ufsm.br.

manifests the replacement of traditional newspapers by media dissemination through social networks and official UFSM web pages. In this way, social media play a fundamental role in dissemination, enabling the public notices of the Admission and Re-entry Selection Process to reach an expressive number of citizens, providing them with access to public, free and quality Higher Education.

Keywords: Admission and Re-entry; Media diffusion; Access to information.

Submetido em: 22/02/2023

Aceito em: 03/05/2023

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo globalizado, onde a informação e o conhecimento são considerados fonte de poder. Contudo, para perpetuar as informações nos dias atuais, os documentos são imprescindíveis, além disso pode-se afirmar que a mídia exerce um papel fundamental na difusão das informações, visto que através dela é possível abarcar um grande número de pessoas.

Neste viés surge uma problemática, isto é, de nada adianta ser portador de um arsenal de informações se estas não alcançarem o seu público-alvo. Nesse sentido, a presente pesquisa busca responder a seguinte questão: De que modo a informação pode chegar até seu público-alvo de forma confiável e autêntica?

Assim sendo, esta pesquisa tem por objetivo geral analisar a difusão midiática do Processo Seletivo de Ingresso e Reingresso de alunos nos Cursos de Graduação da UFSM, com ênfase nos jornais de circulação regional, bem como nas páginas *web* e redes sociais da instituição.

Como objetivos específicos busca: a) Realizar uma revisão sistemática de literatura sobre a difusão midiática e a evolução no acesso à informação; b) Apresentar as diferentes formas de difusão do Processo Seletivo de Ingresso e Reingresso de alunos nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); c) Apontar dados sobre o aumento exponencial de acesso à informação por meio da *Internet* e mídias sociais, através de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

Através deste estudo, pretende-se promover o diálogo entre distintas áreas, trazendo reflexões e dados que possam agregar conhecimento e proporcionar uma análise crítica sob a ótica da interdisciplinaridade.

Como resultado, a pesquisa busca demonstrar como a mídia e a difusão por meio das redes sociais e páginas *web* oficiais da UFSM remove as fronteiras da comunicação, possibilitando que os Processos Seletivos de Ingresso e Reingresso aumentem exponencialmente a sua abrangência geográfica. Deste modo, oportuniza-se que cada vez mais cidadãos tenham acesso ao Ensino Superior.

2 A DIFUSÃO MUDIÁTICA DO PROCESSO SELETIVO DE INGRESSO E REINGRESSO

A mídia é responsável por propagar as informações para um grande número de pessoas, o que possibilita que, mesmo distante fisicamente, os indivíduos possam receber informações em tempo real, onde quer que estejam.

O crescimento da indústria da mídia, principalmente após o surgimento do rádio e da televisão, vem possibilitando a difusão de informações de modo instantâneo e em escala global. Esse interesse cotidiano pela busca instantânea por novas referências sobre questões políticas, econômicas, sociais ou, mesmo entretenimento, podem gerar transformações significativas impactadas pela comunicação, passando a ser deste modo, um fenômeno social. (CONSTANTE, 2018, p. 78).

No plano arquivístico, a difusão presta um serviço fundamental na divulgação dos serviços e materiais disponíveis para consulta. Merillas (2003, p. 120, tradução nossa) afirma que “a difusão pode ser entendida como sinônimo de propagação ou extensão, deste modo, a difusão do patrimônio cultural pretende dar conhecimento cada vez a um público maior, o conteúdo de seu legado”².

Ainda sobre a difusão, Fratini (2009) a reconhece como função obrigatória e implícita aos arquivos, uma vez que visa dar acessibilidade às informações contidas nos documentos.

Sendo assim, percebe-se que a difusão, quando bem executada, colabora com o acesso à informação, tema abordado pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI).

² Citação original: “*la difusión puede ser entendida como sinónimo de propagación o extensión, de este modo, la difusión del patrimonio cultural pretendería dar a conocer cada vez a un mayor número de público, el contenido de su legado*”. (MERILLAS, 2003, p. 120).

De acordo com a LAI “todas as informações produzidas ou custodiadas pelo poder público e não classificadas como sigilosas são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos”. (BRASIL, 2011).

No entanto, para que as instituições garantam o direito de acesso dos cidadãos à informação, estas podem recorrer à mídia, que auxilia na disseminação da informação por meio de mecanismos de comunicação ágeis e eficazes.

No caso dos Editais de Ingresso e Reingresso de alunos nos Cursos de Graduação da UFSM, a mídia impressa já se configurou como um dos principais meios de divulgação deste Processo Seletivo, como ilustra a figura abaixo.

Figura 1: Clipping de notícia Jornal A Razão - Ingresso e Reingresso em 08/11/2013



Fonte: UFSM na mídia: Clipping de notícias sobre Educação e a UFSM

Nesta figura pode-se observar uma notícia publicada no Jornal A Razão³, na página de serviços, sob o título de ‘Ingresso e Reingresso na UFSM’. A notícia foi publicada em 2013 e trazia em seu conteúdo as principais informações sobre o Edital de Ingresso e Reingresso, como por exemplo o número de vagas ofertadas por cada curso participante da seleção.

Contudo, neste período percebe-se a transição entre a difusão nos meios analógicos, neste caso nos jornais de circulação de abrangência regional, para os meios digitais, como as plataformas jornalísticas digitais.

³ O Jornal A Razão foi um dos jornais mais antigos do Rio Grande do Sul, fundado em outubro de 1934 na cidade de Santa Maria. Era um jornal de circulação diária que teve suas atividades encerradas em 2017, devido à crise econômica.

Segundo Recuero (2009 apud VICENTE; CORRÊA; SENA, 2015, p. 04), “com a *internet* as redes ganharam uma vida nova, ampliando as possibilidades de conexões e a capacidade de difusão de informações que os grupos tinham”, facilitando seu alcance global.

Neste contexto, o Decreto Nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, que dispõe sobre o Comitê Gestor de *Internet* no Brasil (CGI.br)⁴, define, dentre outras, as seguintes atribuições:

[...] propor programas de pesquisa e desenvolvimento relacionados à *Internet*, que permitam a manutenção do nível de qualidade técnica e inovação no uso, bem como estimular a sua disseminação em todo o território nacional, buscando oportunidades constantes de agregação de valor aos bens e serviços a ela vinculados; promover estudos e recomendar procedimentos, normas e padrões técnicos e operacionais, para a segurança das redes e serviços de *Internet*, bem assim para a sua crescente e adequada utilização pela sociedade [...]. (BRASIL, 2003).

Posto isso, o CGI é responsável por realizar pesquisas sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros, trazendo dados interessantes sobre o acesso à *internet*. Segundo a pesquisa TIC domicílios, realizada pelo CGI, “em 2013, 43% dos domicílios estavam conectados à *Internet*, o que equivale a uma estimativa de 27,2 milhões de residências com acesso à rede mundial de computadores”.

Na figura abaixo, pode-se observar o movimento realizado pela UFSM para aumentar a abrangência da divulgação do Processo Seletivo de Ingresso e Reingresso, com a sua publicação no G1⁵, site de notícias da Globo.

⁴ O Comitê Gestor de *Internet* do Brasil (CGI.br) foi criado através da Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995. É composto por representantes do Setor Governamental; por membros de notório saber em assuntos da *Internet*; representantes do Setor Empresarial; representantes do Terceiro Setor; além de representantes da Comunidade Científica e Tecnológica.

⁵ O G1 foi fundado em 2006, sendo considerado a primeira iniciativa de conteúdo jornalístico da Globo criada e pensada para o contexto digital. Mais informações no link: <https://g1.globo.com/institucional/sobre-o-g1.ghtml>.

Figura 2: Clipping de notícia publicada no G1 - Ingresso e Reingresso em 05/11/2013



Fonte: UFSM na mídia: Clipping de notícias sobre Educação e a UFSM.

Neste cenário, a figura 3 traz a divulgação do Processo Seletivo de Ingresso e Reingresso nos Cursos de Graduação da UFSM no Diário de Santa Maria, tradicional jornal de circulação diária nesta cidade. Esta publicação ocorreu em 2020, durante a pandemia do Covid-19, momento histórico em que muitas instituições tiveram que se adaptar com atividades remotas devido ao isolamento social que o período demandava. Para a UFSM não foi diferente, as aulas nesta época ocorreram sob o Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (Rede).

Figura 3: Notícia publicada no Jornal Diário de Santa Maria - Ingresso e Reingresso em 21/09/2020



Fonte: Diário de Santa Maria⁶

Conforme a pesquisa TIC domicílios, “em 2020, a proporção de domicílios com acesso à *Internet* chegou a 83%, o que representa aproximadamente 61,8 milhões de domicílios com algum tipo de conexão à rede”. Este é um aumento significativo em relação à 2013, quando percebeu-se um movimento em direção à difusão digital do Processo

⁶ Notícia na íntegra em <https://diariosm.com.br/ufsm-lanca-edital-de-ingresso-e-reingresso-com-884-vagas-para-o-segundo-semester-de-2020/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

Seletivo de Ingresso e Reingresso, período em que a *internet* chegava a apenas 43% dos domicílios brasileiros.

Contudo, a expansão do alcance da *internet* é notável no transcorrer dos anos, assim como é possível observar um aumento na produção de conteúdo por meio das mídias sociais. Torres (2009, p. 74) destaca que “as mídias sociais são sites na *Internet* construídos para permitir a criação colaborativa de conteúdo, a interação social e o compartilhamento de informações de diversos formatos”.

Dentre as mídias sociais, destacam-se as redes sociais, que “são sites onde as pessoas se cadastram, registram seus dados pessoais, nos chamados perfis, e podem se relacionar com outras pessoas, publicando fotos, enviando mensagens e criando listas de amigos”. (TORRES, 2009, p. 74).

Atualmente a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) utiliza as suas redes sociais oficiais para divulgar as informações que dizem respeito ao Ingresso e Reingresso, conforme as figuras que seguem.

Figura 4: Publicação *Facebook* Prograd UFSM – Ingresso e Reingresso 18/08/2022



Fonte: *Facebook* Prograd UFSM

Na figura acima, pode-se observar a divulgação do Edital de Ingresso e Reingresso de alunos nos Cursos de Graduação da UFSM no segundo semestre de 2022, na rede social *Facebook*. As redes sociais têm o papel de aproximar os usuários das instituições, Torres (2009, p. 113) salienta que “são sites que permitem a criação e o compartilhamento de informações e conteúdos pelas pessoas e para as pessoas, nas quais o consumidor é, ao mesmo tempo, produtor e consumidor da informação”.

Neste contexto, o *Facebook* é considerado uma importante rede social da atualidade. De acordo com Castro, Lopes e Junior (2019, p. 127), “hoje em dia é considerado um dos maiores sites de relacionamento do mundo”. As instituições perceberam o alcance das redes sociais, e têm, cada vez mais, divulgado suas informações por meio delas.

As empresas estão utilizando o *Facebook* para divulgar os seus produtos e serviços de forma ágil e econômica, alcançando um grande número de pessoas e tornando a sua marca conhecida (TORRES, 2009).

Do mesmo modo, o *Instagram* tem conquistado cada vez mais relevância quando o assunto é rede social. Demezio *et al.* salienta que

diante das mudanças ocorridas no processo comunicacional, modificou-se também o fazer publicitário, as empresas precisaram adequar-se ao meio, tanto para encaixar-se neste cenário digital e on-line quanto para não perder seu público consumidor. (DEMEZIO *et al.*, 2016, p. 02).

Figura 5: Publicação *Instagram* Prograd UFSM – Ingresso e Reingresso 16/08/2022



Fonte: *Instagram* Prograd UFSM

A figura apresentada acima retrata o esforço que vem sendo realizado pela Prograd para se fazer presente nas redes sociais em que se encontra seu público-alvo. Deste modo, os Editais de Ingresso e Reingresso são divulgados também pelo *Instagram*, rede social acessada principalmente por aparelhos celulares.

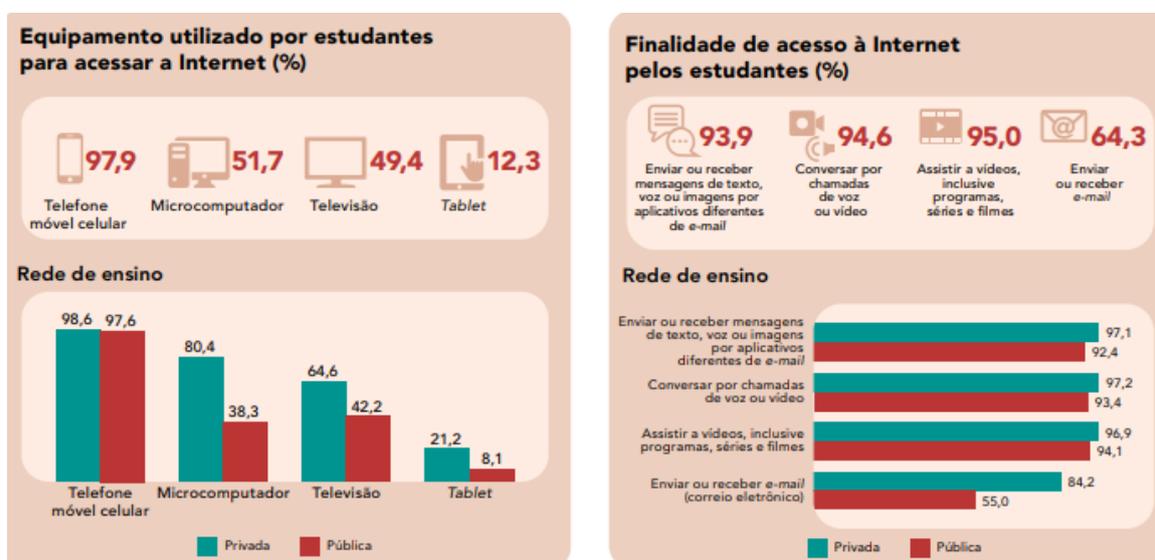
Segundo as estimativas da PNAD Contínua 2021, (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística), na modalidade ‘Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2021’:

Em 2021, no País, dentre os equipamentos utilizados para acessar a Internet no domicílio, o uso do telefone móvel celular continuou na vanguarda e bem próximo de alcançar a totalidade dos domicílios que acessavam a Internet (99,5%). (IBGE, 2021, p. 06).

Nos gráficos abaixo, pode-se visualizar os números da pesquisa realizada pelo IBGE, no que tange aos equipamentos utilizados por estudantes para acessar a internet e a finalidade desses acessos.

Figura 6: Equipamentos de acesso à internet e suas finalidades de uso



Fonte: Página IBGE. Pesquisas por Amostra de Domicílios, PNAD Contínua (2021).

Por meio desta imagem, fica explícito o uso massivo dos aparelhos celulares pelos estudantes, reforçando a necessidade da Universidade se fazer presente nas redes sociais. Conforme a pesquisa realizada pelo IBGE, quase 98% da rede de ensino utiliza o celular para acessar a internet, e a finalidade desse acesso ocorre, em 93,9% dos casos, para o envio e recebimento de mensagens de texto, voz ou imagens.

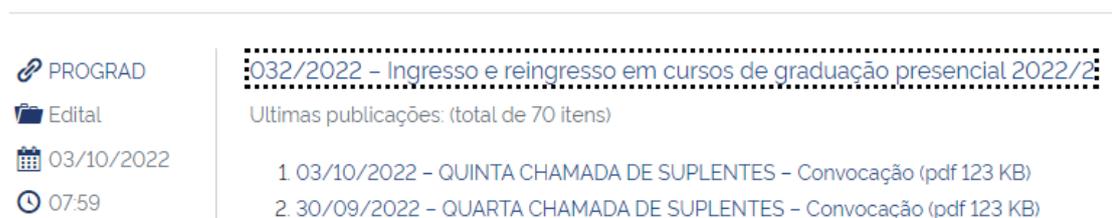
Já a pesquisa TIC domicílios, realizada pelo CGI, afirma que em 2021, “existiam cerca de 59 milhões de domicílios com Internet no país, o que equivale a 82% dos domicílios brasileiros”. Esta constatação fundamenta a necessidade de migrar para as mídias digitais, já que elas se encontram na maior parte dos lares brasileiros, e seu alcance

não possui fronteiras, possibilitando que a difusão não fique limitada à região de abrangência dos tradicionais jornais da cidade.

A pesquisa TIC domicílios destaca ainda que “em 2021, 70% dos usuários de *Internet* com 16 anos ou mais utilizaram ou consultaram algum serviço público via *Internet*, uma estimativa de aumento de 12 milhões de indivíduos em comparação com 2019”. Esse dado retrata que os jovens estão acessando serviços públicos por meio da *internet*, o que justifica a demanda da Universidade se fazer presente nas mais diversas plataformas digitais para alcançar seu público-alvo.

Contudo, voltando à difusão dos Editais de Ingresso e Reingresso, cabe destacar que a sua publicação oficial é realizada na página *web* da Prograd, onde os mesmos podem ser consultados na aba ‘*Editais*’, conforme as figuras 7 e 8.

Figura 7: Publicação oficial do Edital de Ingresso e Reingresso na página *web* Prograd



Fonte: Página *web* – Prograd (2022).

A publicação oficial na página *web* da Prograd deve garantir a autenticidade dos Editais de Ingresso e Reingresso, uma vez que antes de serem publicados, os mesmos devem passar por procedimentos de cadastro e descrição arquivística no Portal de Documentos da UFSM e também serem assinados eletronicamente através do Processo Eletrônico Nacional PEN-SIE.

Deste modo, a divulgação do Processo Seletivo de Ingresso e Reingresso é considerado um procedimento complementar à publicação oficial. Porém é de suma importância, visto que é responsável por fazer com que a informação alcance o seu público-alvo e permita que cada vez mais a sociedade tenha acesso ao ensino superior público, gratuito e com a qualidade que a UFSM oferece nos seus mais variados cursos.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentados os métodos científicos utilizados para a elaboração do presente artigo. Contudo, inicialmente será retratada a classificação da pesquisa e após as etapas que foram necessárias para alcançar os objetivos propostos.

Ao analisar a natureza da pesquisa, pode-se caracterizá-la como básica. Conforme Appolinário (2011 apud DEL-MASSO; COTTA e SANTOS, 2014, p. 04), a pesquisa básica tem como finalidade “o avanço do conhecimento científico, sem nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”. Ou seja, busca contribuir de forma complementar sobre os fatos que envolvem o estudo proposto.

Em relação à abordagem do problema, configura-se uma pesquisa qualitativa, uma vez que não são utilizados recursos estatísticos. Malhotra (2001, apud OLIVEIRA, 2011, p. 26), destaca que “a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema”, facilitando-se assim a busca por soluções pontuais para o problema apontado na pesquisa. Quanto aos objetivos, caracteriza-se uma pesquisa exploratória e descritiva. Gil (2002, p. 41) salienta que a pesquisa exploratória

tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Já a pesquisa descritiva “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. (GIL, 2002, p. 42). Neste caso, o estudo busca analisar as características da difusão midiática do Processo Seletivo de Ingresso e Reingresso de estudantes nos Cursos de Graduação da UFSM, estabelecendo as relações entre a difusão e o uso das mídias sociais. Por fim, considerando os procedimentos técnicos, a presente pesquisa pode ser classificada como documental e bibliográfica. Gil (2002, p 44) salienta que “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

No caso do presente estudo, as fontes principais foram livros, artigos, legislação e pesquisas estatísticas. Também foram utilizadas as redes sociais para analisar a

divulgação do Ingresso e Reingresso, além de jornais como fontes documentais de difusão, caracterizando o estudo como uma pesquisa documental. De acordo com Gil (2002, p. 45), este tipo de pesquisa “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”, criando um grande rol de possibilidades.

Para a consolidação da pesquisa, fez-se necessário o cumprimento de algumas etapas. Assim sendo, para iniciar o estudo, optou-se por realizar o levantamento das fontes de difusão do Processo Seletivo de Ingresso e Reingresso de alunos nos Cursos de Graduação da UFSM. As fontes foram selecionadas através da pesquisa na *internet*, onde foi possível ter um panorama da evolução da divulgação do Processo Seletivo ao longo do tempo, visto que inicialmente a difusão ocorria por meio de jornais de circulação regional, analógicos e digitais e, atualmente, se dá pelas redes sociais e páginas *web* oficiais da UFSM.

Após realizar o levantamento de fontes para a coleta de dados, notou-se a necessidade de pesquisar sobre a difusão midiática e os meios de acesso à informação na atualidade, já que estes sofreram grandes mudanças no transcorrer dos anos. E, para aprofundar o estudo, buscou-se ainda dados sobre o acesso à informação por meio da *internet* e aparelhos celulares (redes sociais), através de pesquisas como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua, realizada pelo IBGE e a Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Brasil – TIC Domicílios, promovida pelo Comitê Gestor da *Internet* no Brasil – CGI.br.

4 CONCLUSÃO

As mídias sempre ocuparam espaço de destaque na sociedade, uma vez que carregam consigo a grande responsabilidade de disseminar informações e comunicar para a sociedade os acontecimentos, seja por meio dos tradicionais jornais impressos, rádio ou ainda através da televisão, a difusão midiática sempre se fez presente no cotidiano das pessoas. Deste modo, esta pesquisa buscou demonstrar o papel da mídia na difusão documental, mais precisamente na divulgação do Processo Seletivo de Ingresso e Reingresso de estudantes nos Cursos de Graduação da UFSM, onde percebeu-se uma grande mudança.

Com o passar dos anos, a divulgação do Processo Seletivo precisou se adaptar e se reinventar diante do aumento exponencial do uso da *internet* e das redes sociais, que tem conquistado cada vez mais pessoas. Neste sentido, a Prograd busca diariamente aprimorar a difusão midiática dos seus serviços e das oportunidades que oferece à comunidade, inserindo-se nas mais variadas mídias sociais. Para tanto, notou-se a substituição dos tradicionais jornais pelas redes sociais, onde a maior parcela do seu público-alvo se encontra, conforme os dados das pesquisas de estatísticas descritas no decorrer do estudo. Por fim, pode-se afirmar que as mídias sociais têm, com o passar dos anos, removido as fronteiras da comunicação, visto que por meio da *internet* ampliou-se a capacidade de conexão entre milhares de pessoas concomitantemente, o que garante que as informações sejam transmitidas em tempo real, como jamais foi vivenciado na história da humanidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 4.829, de 3 de setembro de 2003. Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor da *Internet* no Brasil - CGIbr, sobre o modelo de governança da *Internet* no Brasil, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 set. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4829.htm. Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em 01 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informações. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 25 nov. 2022.

CASTRO, Darlene Teixeira. LOPES, Suely Pereira. JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças Porto. **As redes sociais como ferramenta para o marketing**: A visão de uma empresa na cidade de Palmas – TO. Revista Humanidades e Inovação. Palmas, v.6, nº 12. p. 124-134. Ago. 2019. ISSN 2358-8322. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/55>. Acesso em: 02 dez. 2022.

COMITÊ GESTOR DA *INTERNET* NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil [livro eletrônico]**: TIC

domicílios e empresas 2013. [coordenação executiva e editorial Alexandre F. Barbosa]. São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_EMP_2013_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

COMITÊ GESTOR DA *INTERNET* NO BRASIL – CGI.br. **Resumo Executivo Pesquisa TIC Domicílios 2020. [livro eletrônico]**: TIC domicílios 2020. São Paulo, 2021. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201505/resumo_executivo_tic_domicilios_2020.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

CONSTANTE, Sônia Elisabete. **Narrativa jornalística e memória institucional: A Universidade Federal de Santa Maria no Jornal A Razão**. 2018. Tese ((Doutorado em Comunicação) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16369/TES_PPGCOMUNICACAO_2018_CONSTANTE_SONIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 nov. 2022.

DEL-MASSO, Maria Candida Soares. COTTA, Maria Amélia de Castro. SANTOS, Marisa Aparecida Pereira. **Ética em Pesquisa Científica: conceitos e finalidades**. In: Acervo Digital da UNESP, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155306>. Acesso em 02 dez. 2022.

DEMEZIO, Carla *et al.* **O Instagram como ferramenta de aproximação entre Marca e Consumidor**. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO – XVIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Nordeste. Caruaru, PE. 2016. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-2344-1.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2022.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. **UFSM lança edital de ingresso e reingresso com 884 vagas para o segundo semestre de 2020**. Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://diariosm.com.br/ufsm-lanca-edital-de-ingresso-e-reingresso-com-884-vagas-para-o-segundo-semester-de-2020/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

FRATINI, R. **Educação Patrimonial em arquivos**. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Revista Histórica, São Paulo, n. 34, jan. 2009. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 01 dez. 2022.

GRUPO GLOBO. G1 RS. **Universidade de Santa Maria abre vagas de ingresso e reingresso**. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do->

sul/noticia/2013/11/universidade-de-santa-maria-abre-vagas-de-ingresso-e-reingresso.html. Acesso em: 25 nov. 2022.

IBGE. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2021**. Diretoria de Pesquisa. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101963>. Acesso em 02 dez. 2022.

MERILLAS, O. F. **La educación patrimonial. Teoría y práctica en el aula, el museo y internet**. Espanha: Ediciones TREA, 2003.

OLIVEIRA, M. F. de. **METODOLOGIA CIENTÍFICA: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão: UFG, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 01 dez. 2022.

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO. **Edital de Ingresso/Reingresso publicado**. Santa Maria, 18 ago. 2022. *Facebook*: @ProgradUFSM. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=480800637383111&set=pb.100063595375274.-2207520000.&type=3>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO. **Edital de Ingresso/Reingresso publicado**. Santa Maria, 18 ago. 2022. *Instagram*: @progradufsm. Disponível em: https://www.instagram.com/p/ChZyWkLso3_/. Acesso em: 25 nov. 2022.

TORRES, Cláudio. **A Bíblia do Marketing Digital**: Tudo que você queria saber sobre marketing e publicidade na *internet* e não tinha a quem perguntar. São Paulo. Editora Novatec. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **UFSM na mídia**: Clipping de notícias sobre educação e a UFSM. Santa Maria, 2013. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/midia/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Pró-Reitoria de Graduação**. Santa Maria, RS: UFSM. 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

VICENTE, Natalí Ilza. CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. SENA, Tito. **A divulgação científica em Redes Sociais na Internet**: Proposta de metodologia de análise netnográfica. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 2015, João Pessoa. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2853/1160>. Acesso em: 01 dez. 2022.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS DO PERÍODO COLONIAL DO ARQUIVO PÚBLICO DA PARAÍBA – APEPB ¹

MANUSCRIPT DOCUMENTS FROM THE COLONIAL PERIOD OF THE PUBLIC ARCHIVE OF PARAÍBA - APEPB

*Hilza Costa Cavalcante**
*Genoveva Batista do Nascimento***

RESUMO

O Arquivo Público do Estado da Paraíba – APEPB foi criado por Lei estadual nº 11.263, de 29 de dezembro de 2018, contribuindo com a criação, tramitação, acumulação, preservação, acesso e uso dos documentos do estado da Paraíba. O arquivo em sua criação como órgão, incorporou naquele instante documentos relativos aos Períodos Colonial, Imperial e de Primeira República. Esta pesquisa objetiva propor orientações de preservação e conservação dos documentos (manuscritos e avulsos) do Período Colonial da Paraíba para promoção da difusão e acesso seguro para a pesquisa desses documentos. Caracteriza-se como pesquisa descritiva, utilizando a abordagem qualitativa e participante para construção das informações relativas às orientações propostas no objetivo. A investigação revelou uma carência de cuidados concernentes à preservação e à conservação dos documentos desse período, demonstrando que a ausência de cuidados que possam garantir a preservação deles, pode acarretar perda de registro documental existente sobre a história da Paraíba em sua fase Colonial. Conclui-se que há medidas devem ser empregadas e também a necessidade de criar estratégias e orientações para a preservação e conservação dos documentos manuscritos e avulsos do Período Colonial para garantir a vida útil desses documentos. Assim, pontuamos orientações que podem ser inseridas visando essa guarda, com a tomada de medidas que visem preservar e conservar esses documentos conforme aponta a investigação.

Palavras-chave: Arquivo Público do Estado da Paraíba - APEPB; preservação e conservação; documentos do período colonial da Paraíba.

ABSTRACT

The Public Archive of Paraíba State – APEPB was created by State Law No. 11269, on December 29, 2018, what contributed with the creation, proceeding, accumulation, preservation, access and use of documents of Paraíba State. In its creation as a public agency, the Archive incorporated documents related to the Colonial and Imperial Period and the First Republic. The present research is aimed to propose guidelines of preservation and conservation of documents (manuscript and detached ones) of the Colonial Period in Paraíba for the promotion of diffusion

¹ O presente artigo é resultado da pesquisa do Trabalho de Conclusão do Curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba.

* Especialização em Arquivo pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE | hilzacavalcante@yahoo.com.br

** Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba | genoveva.batista@hotmail.com.

and safe access to the research of these documents. It is characterized as a descriptive research, by using qualitative and participant approach for the construction of information related to the guidelines proposed in the research objective. The investigation reveals a lack of care related to conservation and preservation of documents of this period, demonstrating that the lack of care which could guarantee their preservation can result in the loss of existent document record about the History of Paraíba in its Colonial period. It is concluded that measures should be used as well as the need for creating strategies and guidelines to the preservation and conservation of manuscript and detached documents of the Colonial Period, in order to guarantee the lifespan of them. This way, they are pointed out guidelines that can be inserted aiming this custody, with measures which aims to preserve and to conserve these documents as indicated in the investigation.

Keywords: Public Archive of Paraíba State – APEPB; preservation and conservation; documents of the Colonial Period of Paraíba.

Submetido em: 22/03/2023

Aceito em: 03/05/2023

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, o ser humano diante da necessidade de comunicação foi realizando registros das atividades que realizava (caça, pesca e sobrevivência) e mostrando por meio desses registros os rastros do cotidiano por onde passava. Com o passar das décadas e o desenvolvimento das civilizações, observou-se um crescimento no volume de registros deixados pelas populações sociais, sobretudo, em suas atividades de organização administrativa, posta a necessidade de organizá-los de forma que fosse possível recuperar a informação documentada, independente do suporte que ela estava

Essa relação propiciou o surgimento de ambientes de guarda provisória dessa documentação guardadas por anos e/ou décadas, sendo relevante a estruturação desses espaços que acumulam registros como maneira de preservar os conjuntos de documentos produzidos, recebidos e acumulados por uma instituição pública, organização privada, família ou pessoa física ao longo de suas atividades.

Na Paraíba, vários olhares já se voltavam no sentido de estudar, discutir e trabalhar questões relacionadas a arquivos ao longo de muitos anos em decorrência da carência de um órgão que pudesse reunir a documentação permanente do Estado, e ser também o responsável por orientar a política estadual de arquivos públicos e privados de interesse público.

Com a implantação dos cursos de Bacharelado em Arquivologia, inicialmente na

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB no ano de 2006, e posteriormente na Universidade Federal da Paraíba - UFPB no ano de 2008, esta pauta se torna cada vez mais robusta. A partir de então surge a ideia de criação de um grupo de estudo com representantes dos seguimentos estadual, municipal e sociedade civil, para juntos desenvolverem estratégias de criação e encaminhamento de um documento basilar para a criação do Arquivo Público na Paraíba.

A escolha pela temática voltada para o Arquivo Público da Paraíba surgiu a partir da participação no grupo de estudos como representante da UEPB no ano de 2011, pela nomeação para compor a Comissão Provisória do Arquivo Público da Paraíba – CPAP em 2018, e ainda por ter assumindo em primeiro momento a Gerência Executiva de Tratamento, Conservação e Difusão do Acervo – GETCDA, no Arquivo Público do Estado – APEPB. A partir dessa vivência foi constatado que os documentos do Período Colonial não têm o devido cuidado para garantir a salvaguarda dos mesmos, posto que os documentos estão disponíveis para consulta e manuseio sem qualquer código de classificação ou indexação e sem restrições ou orientações para uso. Com base nestas constatações, indagamos a seguinte questão problema: como promover a preservação e conservação dos documentos do Período Colonial da Paraíba, garantindo a salvaguarda dos mesmos?

E, motivada pela preocupação em preservar os citados documentos de caráter permanente do APEPB e que refletem parte da história da Paraíba em seus mais de 437 anos, por se tratarem de documentos únicos, carregados de uma fragilidade imposta pela ação do tempo e condições de guarda e, observada a inexistência de preocupação com sua conservação e preservação, reforçou-se o interesse pelo viés da investigação em tela, tendo como objetivo geral: propor orientações de preservação e conservação dos documentos (manuscritos e avulsos) do Período Colonial da Paraíba.

2 ARQUIVOS PÚBLICOS E A LEI

A história dos arquivos de uma instituição pública se confunde com a sua data de fundação, pois a criação de todo órgão ou instituição é precedida por um ato normativo e esse ato é registrado documentalmente. Esse documento por sua vez, será guardado para fins de prova e preservado com a finalidade também de registrar a

história de criação e conseqüentemente a evolução da dita competência que fora criada.

A Lei federal de nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, também conhecida popularmente como Lei de Arquivos, define em seu artigo 1º a obrigatoriedade do poder público no que concerne a gestão de documento e evidentemente a proteção dos mesmos, como a conservação e acesso do suporte físico e/ou digital.

É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. (BRASIL, 1991)

A mesma Lei, nos artigos 2º e 7º, traz uma definição sobre o que passa ser considerado arquivo.

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos [...]

Art. 7º - Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.

Já no artigo 3º define o que passa ser gestão de documentos em âmbito nacional.

Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (BRASIL, 1991)

A partir de 1991, os Arquivos começam a se amparar em um marco legal para assumir seu lugar de responsável não só pela custódia dos acervos, mas sim por tudo que diz respeito ao gerenciamento dos documentos, desde sua gênese até sua destinação final (permanente ou eliminação).

Os arquivos públicos existem desde o século XIX fazendo atividades de guarda de documentos. Com a legislação essas atividades são ampliadas e as instituições ganham mais reconhecimento como órgão responsável pela guarda, pelos

procedimentos técnicos, pela conservação, difusão e pelo acesso de documentos por ele custodiados.

Os Arquivos são além de órgãos normalizados das questões arquivísticas, apoiam a gestão no processo documental, espaços de guarda de informações necessárias (funcionamento, prova e registros) sobre atividades produzidas ao longo dos anos por uma instituição (privada ou pública). Paralelo a isso, os Arquivos merecem atenção quanto a salvaguarda de seus documentos, como forma de garantir a preservação desses documentos para que possam ser consultados pelo usuário.

3 ARQUIVO PÚBLICO DA PARAÍBA: breve histórico de criação

Um conjunto de documentos acumulados desordenadamente por uma entidade irá demandar um grande trabalho para sua identificação e ordenação, tendo em vista a necessidade de conceder acesso, ao mesmo tempo em que se preocupa com a preservação do acervo e conseqüentemente com a informação que o mesmo possui. Os documentos produzidos pelas atividades administrativas de um estado falam muito, não só das suas funções, mas também de sua história.

No ano de 2011 foi criado um grupo de estudo com profissionais do ramo da Arquivologia que se reuniram devido à reocupação de como eram feitos o recolhimento, o tratamento, a organização, a conservação e o acesso da documentação produzida, recebida e acumulada pelo Estado da Paraíba em sua atividade administrativa, como também dos documentos que compunham o acervo documental e patrimonial do Estado desde sua fundação até a atualidade.

O objetivo deste grupo seria de realizar encontros frequentes para estudar e debater ações referentes à arquivologia paraibana com interesse em construir um documento propondo a criação do Arquivo Público da Paraíba, que além de reunir a documentação permanente existente no estado, também estaria voltado a pensar e construir elementos de apoio à implantação e consolidação de Gestão de Documentos daqueles documentos do Estado.

As reuniões eram realizadas na Fundação Casa de José Américo – FCJA e por meio dos encontros e discussões a proposta de uma minuta de lei visando à criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba foi construída por várias mãos. No ano de 2018,

o Governador do Estado da Paraíba convoca para compor a Comissão Provisória do Arquivo Público da Paraíba - CPAP representantes da Fundação Casa de José Américo - FCJA, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Procuradoria do Estado, Associação dos Arquivistas da Paraíba – AAPB, Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, Secretaria de Estado da Administração – SEAD e da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Paraíba – CODATA.

A referida Comissão, unida a alguns colaboradores voluntários, debruçou-se na formulação do marco legal que posteriormente, no décimo segundo mês do mesmo ano, foi enviado, apreciado e votado pela Assembleia Legislativa da Paraíba, sendo aprovada no mesmo ano de 2018 a Lei estadual nº 11.263, de 29 de dezembro de 2018, que *“Dispõe sobre a criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba, do Sistema Estadual de Arquivos e define as diretrizes da política estadual de arquivos públicos e arquivos privados de interesse público e social.”*

No ano de 2019, com a aprovação do Arquivo Público do Estado da Paraíba - APEPB, foram nomeados os primeiros cargos para compor a diretoria do órgão que é composta por uma Diretora Executiva, uma Gerente Executiva de Gestão Documental e do Sistema de Arquivos e uma Gerente Executiva de Tratamento, Preservação e Difusão do Acervo. Assim, deu-se início as atividades administrativas do Arquivo Público da Paraíba.

A Lei Nacional de Arquivos e marcos legais do Estado de São Paulo serviram de apoio para construção da minuta da Lei estadual nº 11.263, de 29 de dezembro de 2018, que criou o Arquivo Público do Estado da Paraíba – APEPB, assim ementada: *“Dispõe sobre a criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba, do Sistema Estadual de Arquivos e define as diretrizes da política estadual de arquivos públicos e arquivos privados de interesse público e social”*.

O APEPB nasce vinculado à Secretaria de Estado e de Governo e a ele foi incorporado o acervo Waldemar Bispo Duarte, que era custodiado até então pela Fundação Espaço Cultura - FUNESC². Contudo, o mesmo permanece na FUNESC por falta de espaço físico próprio para instalação do APEPB que funciona, com sua parte administrativa, em sala cedida pela FUNESC, e com acervo situado no seu Arquivo Histórico.

² Endereço: Rua Abdias Gomes de Almeida, 800 - Tambauzinho, João Pessoa - PB, 58042-900.

No Art. 47 da referida Lei é possível observar esta incorporação quando fala que: “O Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, vinculado à Secretaria de Estado da Educação, será incorporado ao Arquivo Público do Estado”. Com isso, o APEPB herda documentos que contam fragmentos da história Colonial da Paraíba desde livros de registro das Sesmarias e documentos avulsos referentes aos períodos Colonial, Período Imperial e relativos a primeira República, a jornais encadernados como exemplares do jornal a UNIÃO e, O NORTE.

As atividades e ações iniciadas tiveram como proposituras: reconhecer o papel do Arquivo na estrutura administrativa do Estado e todo investimento e vantagens que o mesmo representa para o Estado da Paraíba; colocar o APEPB em diálogo constante com outros órgãos estaduais e federais que possuam a mesma preocupação com a gestão, preservação e acesso de informações; participar, organizar e representar o Estado em eventos científicos, mapear e reconhecer a estrutura administrativa da Paraíba com a finalidade de trabalhar a implantação da Gestão de Documentos nas secretarias diretas e indiretas do estado; construir e ampliar o Plano de Gestão de Documentos e Tabela de Temporalidade da Administração pública da Paraíba; e reconhecer o acervo incorporado ao APEPB em sua criação.

Com a finalidade de fazer o tratamento técnico dos documentos e investir esforços na preservação dos fundos documentais que ali se encontram e assim, dar acesso e difundir o patrimônio documental da Paraíba o Art.1º da referida lei de criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba – APEPB, revela a importância e responsabilidade do APEPB com a política estadual de arquivos.

Fica criado por esta Lei, no âmbito da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Governo – SEGOV, o Arquivo Público do Estado da Paraíba – APEPB - e instituído o Sistema Estadual de Arquivos – SisArq-PB, com competências para definir as diretrizes da política de arquivos públicos e arquivos privados de interesse público e social, que deverão ser cumpridas pelo Poder Executivo Estadual. Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei para fins do Sistema Estadual de Arquivos: I - os órgãos públicos integrantes da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual; II - os arquivos privados declarados de interesse público e social; III - no que couber, as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para a realização de atividades de interesse público e organizações sociais, definidas como tal pela legislação vigente.

A partir da aprovação da Lei estadual que cria o Arquivo Público da Paraíba, o

estado deixa de ser um dos poucos do Brasil que não contava com a instituição responsável por estabelecer uma política de arquivos com finalidade de orientação quanto produção, guarda, acesso e preservação dos documentos públicos estaduais e acervos pessoal de interesse público, como também, o gerenciamento de um Sistema de Arquivos.

4 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO EM ARQUIVOS: explicando a diferença

Trabalhar primando pela preservação de acervos em instituições, sobretudo, acervos arquivísticos públicos, não é uma atividade fácil do ponto de vista da falta de investimento e de material apropriado para garantir a salvaguarda dos documentos existentes nesses espaços que muitas vezes se incubem de amontoar documentos em caixas, assim, pensando em preservação e conservação, é relevante defini-los para uma melhor compreensão. Para Vaillant Callol (2013, p. 18) a preservação,

[...] refere-se às atividades associadas à manutenção dos materiais de arquivos, bibliotecas e museus, para seu uso na forma física original ou em algum outro formato, e inclui diversos procedimentos que vão desde o controle do meio ambiente até os tratamentos de conservação; por sua vez se subdivide em preservação preventiva (conservação preventiva) e preservação reparadora (restauração).

Enquanto Vaillant Callol vê a preservação como um conjunto de medidas que vão do controle de ambiente a procedimentos que visam a conservação do espaço e do acervo, por meio de ações e orientações administrativas, Spinelli, Brandão e França (2011) diz que a preservação é vista como toda ação que a instituição fará para garantir a proteção dos documentos. Preservação em um sentido geral, “trata-se de toda a ação que se destina à salvaguarda dos registros documentais”. (SPINELLI, 2011, p. 4)

Toda atividade destinada ao acervo com intenção de salvaguardar a segurança da informação que está alinhada com a preservação, como garantir que o suporte onde essa informação está contida não sofra danos ou que esses danos se já existentes sejam minimizados.

A preservação pode e deve começar sendo feita por investidas diárias desde à produção dos documentos com materiais de qualidade, a exemplo de tinta e papel usados na produção dos documentos físicos. No caso de documentos permanentes de

séculos passados, que sejam tomadas medidas que assegurem um bom acondicionamento e adequado armazenamento do suporte.

Preservação função destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos. **Refere-se à prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico.** Deve-se ter cuidado especial nas intervenções para manter a integridade dos documentos. (COSTA; GODOY; FACHIN 2020, p. 334, grifo nosso).

As medidas para preservação de documentos, mesmo as paliativas, quando assim necessárias, não devem ser feitas de qualquer forma, preciso observar se o material empregado também não trará prejuízo a longo prazo ao acervo, como por exemplo uso de caixas de papelão que possuem alto teor de acidez. É preciso evitar o emprego de medidas que possam prejudicar ou estimular danos ao acervo.

Para que os documentos de arquivos sejam conservados e tenham sua longevidade garantida com segurança e sem risco de danos, é preciso que os profissionais que trabalham com os documentos se cerquem de medidas e ações que garantam a integridade dos acervos. Em muitos casos, essas medidas são paliativas, mas renovadas com periodicidade como por exemplo, quando uso de caixas em material de poliondas, sendo essas trocadas com frequência, antes que se desgastem pela ação do tempo ou manuseio inadequado.

A definição de conservação comumente aceita é o conjunto de medidas técnicas aplicadas de forma direta sobre os objetos ou de forma indireta,sobre seu entorno, imprescindíveis para fazer frente aos danos reais ou potenciais que eles possam sofrer, garantindo-lhes maior esperança de vida. (VAILLANT CALLOL, 2013, p. 13, grifo nosso).

Ainda sobre o conceito de preservação e de conservação de documentos, trazemos a definição sobre o tema definido por Cassares e Moi (2000, p.12):

Preservação: é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.

Conservação: é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).

Portanto, vale afirmar que algumas ações definidas na conservação já estão sendo aplicadas à documentação do século XIX do APEPB, tais como higienização superficial, acondicionamento dos documentos em cintas idealizadas e confeccionadas pela equipe. Essas, por sua vez, são feitas com papel neutro e com cortes e encaixes (dispensando uso de cola ou grampo), capilhas e novas caixas de poliondas. Toda estratégia usada para a proteção de novos danos também para reparação dos já existentes, são medidas estratégicas que somadas futuramente a outras garantirão a curto, médio e longo prazo a preservação do conjunto de documentos.

5 METODOLOGIA

A metodologia é o caminho que o pesquisador realiza para obter os resultados da pesquisa. A estrutura de investigação consiste em uma pesquisa descritiva e participante, ancorando-se na pesquisa qualitativa para análise dos dados. Para Rodrigues (2007, p. 29), pesquisa descritiva pode ser compreendida como,

[...] meio da descrição, poderá o pesquisador buscar, além da análise ou da base para tanto, a totalidade do objeto estudado, sem a preocupação com detalhes que a investigação não persiga, assumindo a forma de síntese. Assim o estudo descritivo fornecerá subsídios para as pesquisas analíticas, quer sejam elas de natureza explicativa ou compreensiva.

Referente à pesquisa qualitativa, Ceretto (2013, p. 58) informa que,

Pesquisa qualitativa consisten en se apoya en la idea de unidad, de ahí que seja holístico y tenga en cuenta la perspectiva de los actores involucrados. Hace uso de información observacional o de forma oral y escrita, poco estructurada, recogida según criterios que permiten la flexibilidad y la apertura. Se intenta captar el contexto en un universo de significaciones e intencionalidades que el propio actor da a su conducta, lo que guía la interpretación del “evento social”. Si bien aparecen conceptos teóricos, estos se van produciendo en el mismo proceso de análisis. El criterio para la selección de la muestra no es probabilístico sino intencional según criterios.

El análisis es un estudio comparativo de la conducta de los actores, una “conexión significativa entre eventos”, dentro de un contexto y de un tiempo; lo que permite hipótesis y tipoloías para interpretar la diversidad y semejanza (CERETTO, 2013, p 58).

Para Apolinário (2011, p.163), a abordagem qualitativa é definida como um estudo que faz interpretação de fenômenos e sua natureza,

Qualitativa é a pesquisa que – predominantemente – pondera, sopesa, analisa e interpreta dados relativos à natureza dos fenômenos, sem que os aspectos quantitativos sejam a sua preocupação precípua, a lógica que conduz o fio do seu raciocínio, a linguagem que expressa as suas razões. Também não denota filiação teórico-metodológica, nem implica o uso de hipótese, de experimentação ou de qualquer outro detalhe.

Concernente a pesquisa participante Thum e Bartelmebs (2012, p. 53) destacam,

A pesquisa participante emerge, no bojo das Ciências Sociais, como possibilidade metodológica de investigar a realidade social. Ela tem como premissa principal a participação do pesquisado no seu objeto de pesquisa e na mudança da realidade pesquisada.

Assim, por meio da observação no primeiro contato com a documentação foi possível identificar a necessidade de dar atenção às cinco caixas de documentos existentes no arquivo relativo ao Período Colonial na Paraíba por se tratar de um acervo que estava sofrendo pelas ações do tempo com sujidade e em alguns casos de corrosão da tinta no papel; de pragas que estavam roendo os documentos; de acondicionamento inadequado e manuseio inadequado.

Além disso, pode-se citar o problema de falta de um controle rígido ao acesso dos documentos que podia estar facilitando a perda de documentos originais, ficando apenas suas transcrições que sem o documento original, podem perder o sentido do ponto de vista de não se ter como provar que aquela transcrição é verdadeira.

Nessa perspectiva, nosso ponto focal constituiu-se dos documentos manuscritos como cartas, requerimentos, informes, relações, ofícios, atestados, carta de nomeação e todo documento que faz parte do acervo do Período Colonial da Paraíba que se encontra no APEPB, buscando construir estratégias para a preservação e conservação de tais documentos.

6 ORIENTAÇÕES PARA A PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DO PERÍODO COLONIAL DA PARAÍBA

É sabido que são utilizadas ações paliativas visando a preservação dos documentos em acervos arquivísticos, como por exemplo o uso de caixas de papelão para o armazenamento dos documentos, usa-se papel de alta acidez tanto na produção

quanto na guarda dos documentos. Pode-se citar também a falta de climatização constante na grande maioria dos ambientes nos órgãos públicos.

Quando observamos um livro ou manuscrito antigo em estado de conservação deficiente, podemos constatar que apresenta vários tipos de danos ao mesmo tempo, o que nos demonstra que se trata de um fenômeno multifatorial. (VAILLANT CALLOL, 2013, p. 27).

As causas de danos nos documentos em arquivos ou em outro tipo de patrimônio não é causada apenas pela ação do tempo. Como podemos observar nas imagens apresentadas (Figuras 1, 2, 3, 4, 5, e 6), o patrimônio documental da Paraíba que se refere ao Período Colonial, já sofreu pela ação de pragas, manuseio inadequado e acondicionamento inadequado quando se trata de caixas abarrotadas de documentos e sumiço de originais, restando apenas transcrições.

Figura 1 - Documento deteriorado pela ação de pragas



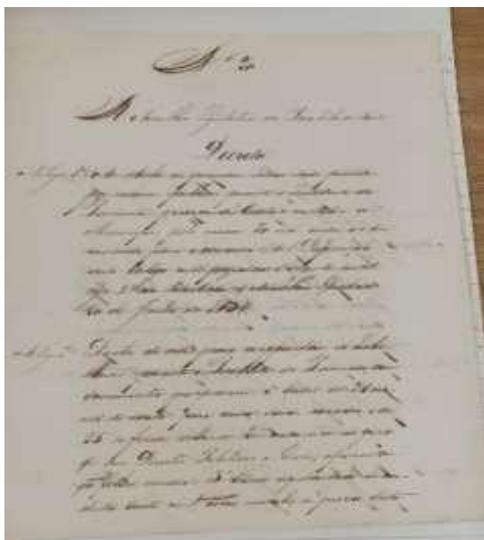
Fonte: Dados da Pesquisa, (2022).

Figura 2 - Documento deteriorado por manuseio inadequado



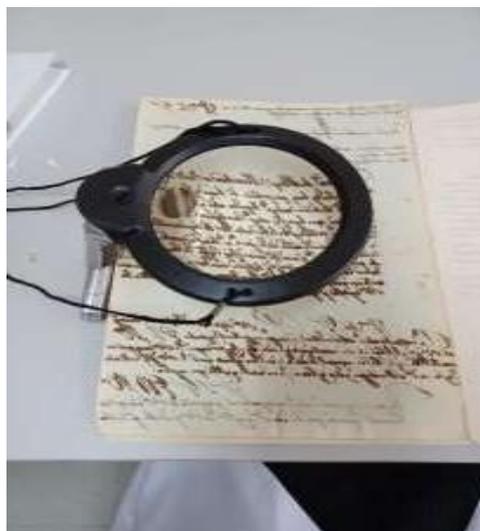
Fonte: Dados da Pesquisa, (2022).

Figura 3 - Documento com início de corrosão de tinta



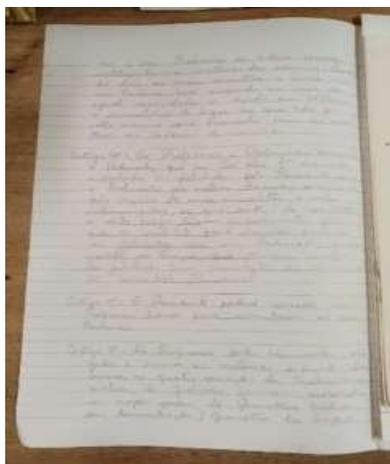
Fonte: Dados da Pesquisa, (2022).

Figura 4 - Documento borrado pela ação da tinta



Fonte: Dados da Pesquisa, (2022).

Figura 5 - Transcrição de documento



Fonte: Dados da Pesquisa, (2022).

Figura 6 - Armazenamento dos documentos



Fonte: Dados da Pesquisa, (2022).

Referente aos documentos sobre escravos por exemplo, no APEPB não existe original, via ou cópia deles, há apenas transcrições que não dão garantia da sua fidedignidade pela inexistência do documento original.

A partir das colocações anteriores, sugerimos como orientação para preservação dos documentos manuscritos e avulsos do Período Colonial da Paraíba, ações que possa garantir a conservação do suporte, tais como a higienização minuciosa

de cada documento com trinchas de cerdas macias que não cause danos aos documentos, mas retire toda sujidade imposta pela ação do tempo e agravada pela falta de preocupação com a preservação dele, com a finalidade de parar o processo de degradação do papel.

Após esta primeira etapa, é necessário que seja realizado um levantamento da quantidade de documentos, forma que se tenha o controle do quantitativo de documentos originais e transcrições existentes no acervo por meio do diagnóstico para análise. Doravante, evitando que sejam retirados quaisquer documentos do acervo sem que esta ação seja controlada, como acontecia outrora quando não havia o gerenciamento da quantidade de documentos armazenados por caixa.

Feito o levantamento, tem se uma terceira etapa, posto que é preciso que seja providenciada a troca das caixas de poliondas, uma vez que as mesmas estão envelhecidas e ressecadas pela ação do tempo. Ainda, que seja providenciado também uma melhora divisão dos documentos por caixa, evitando que as mesmas continuem muito cheias, podendo causar danos aos documentos com peso de uns sobre os outros. Com caixas novas e limpas pode-se garantir acondicionamento mais adequado para os documentos e melhor conservação dos mesmos.

Figura 7 - Caixa de documentos antes da higienização capilhas



Fonte: Dados da Pesquisa, (2022).

Figura 8 - Caixa nova com documentos higienizados, com capilhas e cintas (sem cola ou grampo)



Fonte: Dados da Pesquisa, (2022).

Contudo, é necessário explicar que a troca das caixas seja antecedida pela colocação de capilhas e cintas sem cola ou grampos para proteger cada documento,

evitando separação do original e de sua transcrição e eventuais aumento de fissuras já existentes.

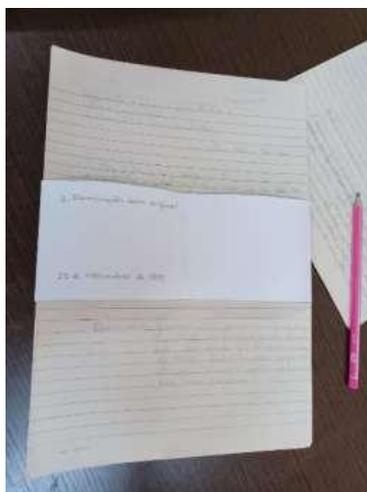
É importante reforçar que os documentos não serão apenas mudados de caixas, eles também serão reorganizados de forma que haverá uma menor quantidade de documentos por caixa, para evitar o excesso de documentos empilhados, fazendo com que os documentos de baixo recebam muito peso. A distribuição deles em outras caixas evitará, sem dúvidas, manuseio desnecessário e melhor armazenamento.

Figura 9 - Confecção de cinta por encaixesem uso de grampo ou cola



Fonte: Dados da Pesquisa, (2022).

Figura 10 - Transcrição de Documento com cinta



Fonte: Dados da Pesquisa, (2022).

Ainda, trazemos como sugestão de preservação, sem prejuízo da pesquisa no acervo manuscrito, consolidação de um catálogo contendo tipologia documental, data tópica, observação sobre o documento (quando se fizer necessário), numeração do documento no acervo e sua localização como: número de caixa, número de estante e de prateleira. Abaixo trazemos a modelo estrutura interno do catálogo que se encontra em fase de construção³ (Quadro 1).

Quadro 1 - Modelo do catálogo (em construção)

Paraíba, 19 de novembro de 1801.
OFÍCIO do Desembargador Ouvidor Geral da Comarca para Fernando Delgado Freire de Castilho [Governador da Capitania da Paraíba], comunicando que o escrivão Pedro Tavares de Oliveira Mello convencionou a José Antônio de Carvalho deixar o lugar que exercita.

³ Elaborado pelo Projeto UEPB/FAPESQ coordenado pelo Prof^o Dr. Josemar Henrique de Melo, intitulado - Da ordem que há de ter nesta repartição - Identificação e catalogação dos documentos manuscritos do Arquivo Público do Estado da Paraíba.

Localização: Cx - 2; D. 124 - 1; E. - 1; P. - 1 [ant. Paraíba, 07 de abril de 1802].
REQUERIMENTO do Tenente de Milícia dos Homens Pardos, José da Costa Pereira, ao [Governador da Paraíba, Francisco de Melo Mendonça], requer certificado da sua patente para exercer o posto mencionado. Obs.: apenas a transcrição do requerimento e da certificação.
Localização: Cx - 2; D. 125 - 1; E. - 1; P. - 1 Vila Nova da Rainha [Campina Grande], 22 de julho de 1802.
OFÍCIO, de Ignácio de Barros Lira ao [Governador da Paraíba, Francisco de Melo Mendonça], acusando recebimento de ordem do governador e enviando documentação. Obs.: original e transcrição.
Localização: Cx - 2; D. 126 - 1; E. - 1; P. - 1 [ant. Paraíba, 13 de outubro de 1802.]
REQUERIMENTO da Tropa de Guarnição da Praça da Paraíba ao [Governador da Paraíba, Francisco de Melo Mendonça], informando os prejuízos da falta de pagamento dos soldos e requerendo pagar os seus vencimentos. Obs.: original.
Localização: Cx - 2; D. 127 - 1; E. - 1; P. - 1 Paraíba, 27 de outubro de 1802.
INFORME sobre o exame dos documentos de José Telles de Andrade para o ofício de Tabelião que pretende servir da vila de Pombal. Obs.: original.
Localização: Cx - 2; D. 128 - 1; E. - 1; P. - 1 [ant. Paraíba, 10 de março de 1803].
REQUERIMENTO do negociante de farinha, Ignácio José de Souza ao [Governador da Paraíba, Francisco de Melo Mendonça], apresentando queixa contra o soldado Gonçalo de talpor agressão e requerendo punição ao mesmo. Obs.: original e transcrição.
Localização: Cx - 2; D. 129 - 1; E. - 1; P. - 1 Fonte: APEPB, (2022).

Espera-se que o Arquivo consiga junto a Secretaria de Comunicação do Estado – SECOM, a criação de um site próprio do APEPB e nele seja criada uma aba onde o catálogo dos manuscritos esteja disponível para consulta. Também de forma *online* o referido catálogo estará em sua fase de conclusão.

Sugerimos ainda que o APEPB continue buscando a aquisição de um scanner planetário com programa de armazenamento de imagem para digitalização dos manuscritos ou firme parcerias com instituições que já possuam esse equipamento, a exemplo da FCJA, que é uma parceira do arquivo antes mesmo dele ser definido por lei ou da Universidade Federal da Paraíba e que também apoiou a consolidação do Arquivo

desde a formação da Comissão Provisória.

Figura 12 - Scanner planetário do Arquivo Central da Universidade Federal da Paraíba



Fonte: Dados da Pesquisa, (2022).

Figura 13 - Scanner Planetário da Fundação Casa de José Américo



Fonte: Dados da Pesquisa, (2022).

Os documentos manuscritos, quando finalizado o tratamento adequado para garantia de sua integridade, passarão pelo processo de digitalização, com garantia de segurança para os documentos e para o equipamento digitalizador.

Para tanto, faz-se necessário parcerias do APEPB com instituições que já trabalhem com o processo de digitalização, pois não se busca meramente a captura de uma imagem, mas sim um processo de digitalização com abrigo seguro das imagens e solução para acesso aos documentos sem manuseio direto do original, para preservá-los por mais tempo sem danos em sua forma física.

A ação de digitalização dos documentos favorecerá tanto a preservação do

suporte e da informação, quanto possibilitará o acesso *online*, permitindo com que mais pesquisadores sejam favorecidos acessando de qualquer localidade.

Ressalta-se também o desenvolvimento de um repositório próprio para a Paraíba com obediência aos requisitos arquivísticos. Onde o mesmo seja desenvolvido e gerenciado pela Companhia de Processamento de Dado da Paraíba – CODATA e o Estado tenha a possibilidade de repassar o repositório para outros órgãos e instituições de outros estados. Que este seja um espaço para abrigar os documentos permanentes digitalizados e os documentos eletrônicos produzidos pelo Estado.

Para difusão dos documentos manuscritos e avulsos relativos ao Período Colonial da Paraíba que foram incorporados ao Arquivo Público do Estado e se encontram em processo de conservação preventiva, será elaborado uma cartilha impressa e digital com distribuição gratuita em eventos científicos, escolas e universidades, bemvcomo, disponibilizada em site do Governo do Estado e do APEPB, quando seu site for criado.

Na garantia de preservar os documentos, buscaremos convênio com instituições que possibilitem limpeza segura como higienização minuciosa e banho nos documentos que possam passar por esse tipo de intervenção e de restauração dos documentos danificados pela ação do tempo, por insetos ou manuseio inadequado.

Também buscaremos construir e consolidar projetos de digitalização do acervo e guarda seguro do acervo em formato digital. Para tanto, também se fará necessário parceria com outras instituições que já trabalham com digitalização e armazenamento seguro de acordo com requisitos arquivísticos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações apresentadas por meio da investigação, foi possível observar que os documentos manuscritos e avulsos do Período Colonial da Paraíba, que são de responsabilidade do Arquivo Público do Estado da Paraíba – APEPB, ainda têm muito a revelar.

A pesquisa mostrou a necessidade de criar estratégias para salvaguardar os documentos desse período por meio da preservação e conservação desse conjunto documental, especificamente os manuscritos e avulsos, por isso elencamos algumas orientações que podem ser inseridas visando essa guarda, face o emprego de medidas

que visem preservar e conservar esses documentos.

Vale salientar que a falta de estrutura física própria para o Arquivo Público do Estado da Paraíba se configura como a maior das dificuldades para a salvaguarda desse acervo que se encontra na sala administrativa do APEPB, espaço gentilmente cedido pela Fundação Espaço Cultural, que também abriga o Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, onde estava toda documentação que hoje pertence ao APEPB. Citamos também a ausência de investimentos para a manutenção dos documentos que contam a história da Paraíba.

Portanto, ainda há muito para ser feito pelo citado conjunto de documentos neste trabalho. No entanto, compreendemos que primeiros passos foram dados e, parafraseando o poeta paraibano Flavio José: “toda caminhada começa no primeiro passo”. Esse passo já foi dado no sentido de se debruçar e garantir esforços para organização, guarda, preservação e acesso seguro dos documentos manuscritos e avulsos do Período Colonial da Paraíba.

REFERÊNCIAS

APPOLONARIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20pol%C3%ADtica%20nacional,privados%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.,elementos%20de%20prova%20e%20informa%C3%A7%C3%A3o.Acesso em: 01 dez. 2022.

CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

CERETTO, Josefa García. **Nuevos desafíos en investigación: teoría, métodos, técnicas e instrumentos**. Buenos Aires: HomoSapiens, 2013.

COSTA, Heloisa; GODOY, Iago; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. Gestão Arquivística de Documentos: o caso da editora da UFSC. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 330-345, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/875/pdf>. Acesso em: 01 dez. 2022.

PARAÍBA. **Lei nº 11263, de 29 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre a criação do

Arquivo Público do Estado da Paraíba, do Sistema Estadual de Arquivos e define as diretrizes da política estadual de arquivos públicos e arquivos privados de interesse público e social. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 2019.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica:** como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila. **Manual técnico de preservação e conservação documentos extrajudiciais CNJ.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <https://corregedoria.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2016/02/Manual-T%C3%A9cnico-de-Preserva%C3%A7%C3%A3o-e-Conserva%C3%A7%C3%A3o-de-Documentos-Extrajudiciais-.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2022.

THUM, Carmo; BARTELMÉBS, Roberta Chiesa. **Metodologia da pesquisa em educação:** pressupostos e experimentações. Rio Grande: FURG, 2012. (Coleção Cadernos pedagógicos da Ead). Disponível em: <https://sead.furg.br/images/cadernos/Novos/Cadernos/Volume08.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

VAILLANT CALLOL, Milagros. **Biodeterioração do patrimônio histórico documental alternativas para sua erradicação e controle.** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

UM ESTUDO DA PRODUÇÃO DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG (2012-2020)

A STUDY OF THE PRODUCTION OF SUPERVISED INTERNSHIP REPORTS OF THE ARCHIVAL SCIENCE COURSE AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF RIO GRANDE – FURG (2012-2020)

*Andriele Pereira Meirelles**
*Roberta Pinto Medeiros***

RESUMO

Estudo relacionado aos Relatórios dos Estágios Supervisionados realizados pelos acadêmicos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Analisou-se as principais atividades realizadas e a frequência em que as mesmas são desenvolvidas. A pesquisa é do tipo descritiva e bibliográfica, utilizou-se da coleta de dados, obtendo-se como resultado uma análise quali-quantitativa. O período proposto abrangeu desde a primeira turma de formados pelo curso de Arquivologia da Universidade até os formandos de 2020. Dentre os resultados, as atividades de estágio supervisionado de maior frequência foram a de Descrição Arquivística, a elaboração de Instrumento de Pesquisa e a de Classificação Arquivística, as quais são algumas das ações fundamentais para o bom funcionamento de qualquer arquivo. Além disso, a proposta aqui apresentada elucidada por meio do mapeamento dos locais de estágios sistematizando as tendências no contexto da prática de estágio.

Palavras-chave: Arquivologia; Estágio Supervisionado; Relatório de Atividades.

ABSTRACT

The study on Reports of Supervised Internships conducted by students of the Archival Science course at Federal University of Rio Grande - FURG presents a comprehensive analysis of the main activities and their frequency of development. Using a descriptive and bibliographical approach, qualitative and quantitative data were collected from the first group of graduates to 2020 graduates. The results show that activities like Archival Description, elaboration of a Research Instrument, and Archival Classification are the most frequent and fundamental actions for the proper functioning of any archive. Additionally, the study maps out internship locations and systematizes trends in the context of internship practices, providing a clear and comprehensive picture of the internship landscape.

Keywords: Archival science; Supervised internship; Activities reports.

Submetido em: 23/02/2023

Aceito em: 23/06/2023

* Graduanda em Arquivologia – FURG | dricapm19@gmail.com.

** Doutora em Memória Social pela – Unirio | roberta.furg@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG), criada em 1955, foi construída com a junção de cinco instituições: a Escola de Engenharia Industrial (no qual foi o marco inicial do ensino superior na cidade de Rio Grande), a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Filosofia. Após a união destas faculdades, anos depois, com a inclusão de outras escolas e faculdades, em 20 de agosto de 1969, passou a se chamar Fundação Universidade do Rio Grande.

No ano de 2008, a Universidade passou por uma estruturação devido ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e conseqüentemente, um dos novos cursos de graduação implementados foi o de Arquivologia, o qual, desde 2012, vem formando profissionais.

O curso de Arquivologia possui uma estrutura curricular que compreende quatro anos para a formação do profissional e oferece disciplinas capazes de ensinar o discente tanto na teoria como na prática. Dentre as disciplinas que estão relacionadas com a prática estão os Estágios Supervisionados (ES) I e II. O ES I tem como objetivo elaborar um diagnóstico e a partir da análise identificar possíveis problemas e propor melhorias por meio de ações arquivísticas no contexto das instituições e o ES II é a execução das ações arquivísticas propostas no ES I, e resulta em um relatório. Nestas disciplinas, o discente pode desenvolver diversos temas que foram abordados durante o percurso dos quatro anos ofertado pelo curso, o que o faz utilizar os métodos e funções arquivísticas e colocá-las em prática.

Para desenvolver esta pesquisa teve-se como objetivo geral analisar os relatórios de Estágio Supervisionado II do curso de Arquivologia da FURG das turmas de formandos de 2012 a 2020 com vistas à identificar a frequência e tendências das atividades desenvolvidas e a opção do local de Estágio Supervisionado em instituições públicas ou privadas.

2 A INCLUSÃO DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS CURSOS DE ENSINO SUPERIOR

O Ministério de Educação e Cultura (MEC) é um órgão responsável pela elaboração e execução das Políticas Nacionais de Educação (PNE). O MEC é responsável pela educação desde o ensino infantil até o ensino superior, ou seja, engloba todo o sistema educacional brasileiro, já o Conselho Nacional de Educação (CNE), cria diretrizes e pareceres relacionados aos cursos de ensino superior que devem ser aprovados pelo Legislativo e pelo MEC.

Em 1998, foi realizada uma discussão referente à carga horária dos estágios supervisionados. Entende-se que, inicialmente, o estágio supervisionado era conhecido como uma Prática de Ensino ou estágio curricular, e logo em seguida, foi renomeado passando a se chamar Estágio Supervisionado. Em 05 de novembro de 2003 foi aprovado o Parecer CNE/CES nº 35/2003, no qual foram determinadas normas para a realização de estágio dos alunos de ensino médio e ensino profissional, sendo incluído o ensino superior. De acordo com o CNE o estágio curricular pode ser entendido como “[...] as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho, de seu meio.” (CNE, 2003, p. 03-04).

O termo estágio supervisionado é adotado em todo o Brasil nas universidades públicas e privadas, sendo obrigatório a realização do estágio em todos os cursos de graduação. No parecer CNE/CES nº 492/2001, foram estabelecidos diretrizes curriculares a diversos cursos, dentre eles, o curso de Arquivologia, que foi retificado em 12 de dezembro de 2001, no Parecer CNE/CES nº 1363/2001, no qual os cursos de Arquivologia são citados nos Art. 1º e Art. 3º:

Art. 1º As Diretrizes curriculares para os cursos de Arquivologia, integrantes do Parecer CNE/CES 492/01, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso. [...]

Art. 3º A carga horária do curso de Arquivologia, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado. (CNE, 2001, p. 10).

Ficaram estabelecidas pelo CNE através da resolução CNE/CES nº 20/2002 as Diretrizes Curriculares dos cursos de Arquivologia no Brasil. Através de pareceres

relacionados à área de Arquivologia foram então determinados os seguintes pontos sobre as diretrizes:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Arquivologia, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Arquivologia deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades de caráter geral e comum e aqueles de caráter específico;
- c) os conteúdos curriculares de formação geral e os conteúdos de formação específica;
- d) o formato dos estágios;
- e) as características das atividades complementares;
- f) a estrutura do curso;
- g) as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de Arquivologia deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (CNE, 2002, p. 01).

Por meio de diversos pareceres e diretrizes foi-se estruturado os cursos de graduação e suas respectivas diretrizes curriculares. Ao observar esta linha do tempo referente à estruturação do ensino superior no Brasil, entende-se que é importante para a formação acadêmica do discente, pois espelha, de certa forma, suas possíveis atuações para o mercado de trabalho.

3 ARQUIVISTA E SUA FORMAÇÃO: PANORAMA BRASILEIRO

O arquivista é um profissional altamente qualificado, com formação superior em arquivologia e vasta experiência, que o capacita à exercer suas atividades de forma competente. Segundo Santa Anna (2017) os arquivistas são considerados profissionais da informação e enfrentam desafios decorrentes das demandas da sociedade e dos paradigmas que sustentam a área. Diante dessa realidade, é imprescindível que os arquivistas reformulem suas práticas profissionais, adquirindo competências além das tradicionais, voltadas não apenas para a custódia e gestão de arquivos.

Ao longo do tempo, o arquivista tem buscado inovação constante desde a criação da profissão até os dias atuais. Isso ocorre porque a ciência arquivística está em constante evolução, exigindo que o profissional se mantenha atualizado e capacitado para lidar com

as mudanças no contexto de produção dos documentos arquivísticos. Conforme Valentim (2002), competências atribuídas ao arquivista incluem:

- Utilizar as metalinguagens apropriadas para descrever e organizar os documentos arquivísticos;
- Integrar conhecimentos de áreas correlatas, em uma perspectiva multidisciplinar, ampliando a compreensão e a atuação do arquivista
- Produzir e divulgar conhecimentos contribuindo para o avanço da ciência arquivística e para a adoção de boas práticas;
- Gerar produtos derivados dos conhecimentos adquiridos, desenvolvendo soluções e serviços que atendam às demandas dos usuários e da sociedade;
- Desenvolver e aplicar instrumentos de trabalho adequados, como normas, diretrizes e técnicas, para otimizar a gestão, a preservação e o acesso aos documentos arquivísticos;
- Processar documentos, independentemente do suporte, linguagem e formato, utilizando teorias, paradigmas, métodos e técnicas arquivísticas adequadas;
- Gerenciar instituições, serviços e sistemas de documentação e informação, garantindo a organização, a segurança e o acesso aos acervos arquivísticos;
- Realizar ações expositivas para promover a visibilidade e a valorização dos acervos sob sua responsabilidade, estabelecendo conexões entre o patrimônio documental e a sociedade;
- Desenvolver atividades pedagógicas para aprimorar o desempenho profissional e disseminar conhecimentos sobre arquivologia;
- Exercer atividades profissionais autônomas, oferecendo orientação, assessoria, consultoria, realizando perícias e emitindo pareceres técnicos especializados;
- Atender às demandas sociais decorrentes das transformações tecnológicas contemporâneas, adaptando-se e utilizando as ferramentas tecnológicas disponíveis para o gerenciamento e a preservação dos documentos arquivísticos;
- Refletir criticamente sobre sua prática profissional, analisando os desafios e as oportunidades da área, buscando constantemente aprimorar suas competências. (VALENTIM, 2002, p. 125-126).

Embora exista um perfil e um campo de atuação definidos para o arquivista, a formação profissional pode variar entre as diferentes universidades e regiões do país. Cada curso de arquivologia possui uma estrutura curricular específica, buscando atender às demandas e particularidades do mercado de trabalho local, assim como às características regionais em relação à situação dos arquivos.

Em suma, diante da realidade enfrentada pelo arquivista no ambiente de trabalho, é essencial que ele esteja aberto à renovação, não apenas em relação ao seu local de atuação, mas também em termos de sua carreira profissional. O percurso durante o curso de arquivologia desempenha um papel fundamental nesse sentido, permitindo que o

estudante tenha contato com diferentes realidades e desafios que poderá enfrentar ao ingressar na prática profissional. Assim, o arquivista estará preparado para se adaptar às mudanças e contribuir de forma significativa para a preservação e gestão da informação arquivística.

4 A ARQUIVOLOGIA E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL

A arquivologia estuda as funções, os princípios e técnicas exercidos nos arquivos. Pode-se dizer que a criação do Arquivo Nacional advém com a vinda da Família Real para a colônia portuguesa em 1808. Tanus e Araújo (2013) consideram esta relação pelo fato da família real trazer consigo:

[...] parte da corte e seus pertences: documentos, mapas, moedas, estampas, manuscritos, livros, objetos de arte, entre outros, distribuídos em vários navios, [o que] apressou o processo de constituição dos espaços nacionais, como Arquivo, Biblioteca e Museu, os quais seriam responsáveis pela organização, armazenamento e preservação dos documentos oficiais. (TANUS; ARAÚJO, 2013, p. 84).

Anos mais tarde, foi necessário se pensar em como gerir os documentos produzidos na esfera pública. Por isso, nas décadas de 1940 e 1950 começaram a ser ministrados os primeiros cursos técnicos pelo Arquivo Nacional e, com o passar dos anos, o curso de arquivologia foi institucionalizado no âmbito universitário, sendo criados cursos de nível superior. Conforme Marques e Rodrigues (2008) em 1922, através do Decreto nº 15.596, de 2 de agosto, foi criado um Curso Técnico, o qual era comum à Biblioteca Nacional (BN), ao Museu Histórico Nacional (MHN) e ao Arquivo Nacional (NA), e, “Assim, esse curso, a exemplo dos cursos técnicos dos arquivos europeus da época, exigia dos candidatos uma preparação para trabalhar, ao mesmo tempo, em bibliotecas, museus e arquivos.” (MARQUES; RODRIGUES, 2008, p. 105).

Tanus e Araújo (2013) dizem que mesmo com a criação do curso por meio do decreto, o mesmo não chegou a dar início por motivos administrativos. Mas em 1960, foi criado um curso na área específica em arquivologia voltado ao ensino regular, chamado de Curso Permanente de Arquivos (CPA). Os cursos, de modo geral, possuíam um importante destaque na construção de parâmetros para a organização dos documentos em diversos arquivos auxiliando assim na gestão documental dos mesmos. “A trajetória

da arquivologia no Brasil é marcada pela figura do Arquivo Nacional, pois foi a instituição que promoveu o início da arquivística no Brasil.” (TANUS; ARAÚJO, 2013, p. 84-85).

O CPA obteve muito sucesso, pois ajudou favoravelmente a levar adiante o projeto de um curso Superior. Já em 1974, de acordo com Marques e Rodrigues (2008, p. 110-111), criou-se a “Resolução nº 23, de 13 de maio de 1974, do Conselho Federal de Educação, na qual diz que o primeiro currículo mínimo e a duração para um curso de arquivo em nível superior, fazendo assim com que o CPA adotasse um novo currículo”. Após diversos trâmites a serem realizados, as autoras afirmam que 2 de março de 1977 através do Decreto nº 79.329, o curso passa a receber a denominação de Curso de Arquivologia. Após a sua inclusão no espaço universitário, entre os anos de 1977 a 2006, foram criados nove cursos de Arquivologia. Além das criações dos cursos de Arquivologia no Brasil, um dos marcos também importantes na história da arquivologia foi na década de 1990, com a criação da Lei dos Arquivos, promulgada em 8 de janeiro de 1991, através da Lei nº 8.159, além da criação de cinco cursos de Arquivologia*.

Em relação ao ensino e a pesquisa, vale observar a ampliação:

- dos canais para a formação de arquivista (fundamentalmente, a graduação, algumas experiências de pós-graduação *lato sensu* e a ausência de pós-graduação *stricto sensu*);
- dos eventos científicos na área;
- da produção de conhecimento nas universidades; [...]. (JARDIM, 2011, p. 58-59).

Ademais de sua criação, a Lei dos Arquivos também previu de certo modo, a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). De modo geral, o Arquivo Nacional foi fundamental para a promoção e estabilização do curso superior de arquivologia no Brasil, atualmente tem-se o total de 16 cursos em universidades públicas (federais e estaduais) e um em universidade privada.

5 DISCIPLINAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA FURG

Conforme o regulamento do curso de Arquivologia da FURG, o ES I nada mais é do que a realização de coleta de dados numa pesquisa de diagnóstico cujos resultados

* Universidade de Brasília (1990), Universidade Estadual de Londrina (1997), Universidade Federal da Bahia (1997), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999) e Universidade Federal do Espírito Santo (1999) (MARQUES; RONCAGLIO, 2012).

fundamentarão uma intervenção arquivística. Sendo uma disciplina de grande importância, de acordo com Sousa (1999):

[...] o estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto da Arquivologia, em que uma gama de situações e de atividades de aprendizagem profissional se manifesta para o estagiário, tendo em vista a sua formação. O estágio é o lócus em que a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida. É o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente. (SOUSA, 1999, p. 172-173).

A realização do ES permite que o aluno possa adquirir um pouco de experiência, flexibilizando-o no ingresso ao mercado de trabalho. “Acredita-se que o estágio supervisionado é o elo entre o graduando e o mundo de trabalho, e que, através dele, seja possível reduzir o distanciamento entre a prática arquivística e a universidade” (DIAS; REIS, 2017, p. 86). Nos Estágios Supervisionados, os discentes devem estar acompanhados de orientadores e supervisores a fim de auxiliá-los durante a realização do instrumento de coleta de dados, análise dos dados e elaboração do diagnóstico, bem como das propostas e do relatório.

5.1 Práticas arquivísticas realizadas em Estágios Supervisionados no curso de Arquivologia

Ao realizar o estágio supervisionado, coloca-se em prática algumas das atividades aprendidas ao longo do curso, tendo em vista que para realiza-las é necessário executar diversas funções arquivísticas.

De acordo com Rousseau e Couture (1998) ao apresentarem as funções arquivísticas advertem que é necessário estabelecer distinções entre os arquivos correntes, intermediários e permanentes, de modo que essas funções devem ser abordadas no intuito de cumprir o conjunto dos princípios, métodos e operações que se aplicam à organização e ao tratamento dos arquivos. As funções arquivísticas abordadas pelos autores são: criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Para entender melhor cada função arquivística, Feitoza e Duarte (2021) elaboraram um quadro (FIGURA 1) com conceitos dos autores Rhoads (1989); Rousseau e Couture (1998); Paes (2004); Arquivo Nacional (2005); Bellotto (2006); Negreiros e

Dias (2008) e Santos (2013). Por meio desses dados, conforme a Figura 1, pode-se observar algumas das práticas realizadas em Estágios Supervisionados e entender cada função que foi aplicada, pois de certo modo, algumas dessas práticas são desenvolvidas pelos acadêmicos em outras disciplinas do curso que não as de ES. Porém, ao analisar as práticas arquivísticas atribuídas por Feitoza e Duarte (FIGURA 1) observa-se que nem todas são utilizadas pelo arquivista ou são suas atribuições.

Conforme a Lei nº 6.546/1978 ao comparar com Feitoza e Duarte, as práticas que compete ao arquivista são: Criação/Produção, Diagnóstico, Identificação, Classificação, Avaliação, Descrição, Arquivamento, Conservação e Preservação, e Difusão. Os termos Aquisição, Taxonomia e Arranjo não fazem parte do rol de competência atribuída ao profissional, de acordo com a Lei nº 6.546/1978.

Figura 1: Principais funções arquivísticas.

PRÁTICA ARQUIVÍSTICA	CONCEITOS/FUNÇÕES
Criação/Produção	Corresponde à elaboração dos documentos em decorrência das atividades de um órgão ou setor; propõe consolidação de atos normativos alterados ou atualizados com certa frequência; sugere criação ou extinção de modelos e formulários; apresenta estudos sobre adequação e o melhor aproveitamento de recursos reprográficos e informáticos .
Diagnóstico	Busca analisar a situação da organização em todos os aspectos relacionados às suas atividades .
Aquisição	Corresponde ao fluxo contínuo de entrada de documentos nos arquivos .
Identificação	Objetiva compreender a tipologia do documento, identificando a determinação de quais atividades e funções se originaram e sua unicidade .
Taxonomia	Relaciona a classificação sistemática e hierárquica de documentos por meio de assuntos, conteúdos, estrutura e funcionalidades, como também de agrupamentos e sistemas .
Classificação	Une hierarquicamente um conjunto de documentos por meio de classes, conforme o princípio da proveniência e a ordem original; realizado através dos instrumentos de planos de classificação, código de classificação e quadro de arranjo. É também um ato de analisar e identificar o conteúdo, ou pela forma de atribuir o documento, de acordo com as suas informações contidas.
Avaliação	Busca analisar os documentos acumulados nos arquivos, quanto ao seu prazo de guarda nos arquivos correntes e intermediários. Os documentos deste último em especial, podem ser passíveis de eliminação ou recolhidos para o arquivo permanente, devendo respeitar os critérios previamente estabelecidos .
Descrição	Um conjunto de procedimentos que levam em conta os processos formais e de conteúdos de documentos para a elaboração de instrumentos de pesquisa, como: guia, inventário, catálogos, índices, dentre outros.
Arranjo	É uma sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização de documentos de um arquivo ou coleção, utilizando-se diferentes métodos, de acordo com um plano ou um quadro previamente estabelecido .
Arquivamento	É uma ação dada pela autoridade, ao determinar a guarda do documento, cessada a sua tramitação. Envolvem os métodos e processos de conservação e preservação dos arquivos, o planejamento de políticas de acesso aos arquivos, os procedimentos dos serviços de referência, a criação de novos arquivos e a informação sobre eles .
Conservação/Preservação	Medida de proteção e tratamento dos documentos para estender a sua periodicidade em longo prazo e, consequentemente do local de sua guarda, visando a impedir sua destruição. Cria e Melhora os sistemas de arquivos e de recuperação de dados, a gestão de registros, análise de sistemas de produção e a manutenção de programas de documentos vitais, o funcionamento de centros de documentação e a automação dos processos .
Difusão/ Atividades de Referência/ Disseminação da Informação	É uma política de acesso e uso dos documentos; cria metodologias para divulgação interna e externa. Busca alcançar os seus usuários por meio e ações culturais, editoriais e educativas. Muitas vezes são descritas como atividades dos arquivos permanentes, no entanto, as atividades de referência compreendem todos os processos de acesso e uso de documentos .

Fonte: Elaborado por Feitoza e Duarte (2021, p. 222), baseado em Rhoads (1989); Rousseau e Couture (1998); Paes (2004); Arquivo Nacional (2005); Bellotto (2006); Negreiros e Dias (2008) e Santos (2013).

Nota-se, a partir dessa discussão, que as práticas arquivísticas exercidas nos Estágios Supervisionados são determinantes na vida acadêmica, pois são um dos passos iniciais para o discente possuir a experiência necessária para sua escolha de atuação no mercado de trabalho.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, apresenta-se a metodologia utilizada e as técnicas científicas para a realização da organização dos dados que foram coletados. Como a coleta de dados ocorreu durante a pandemia de COVID-19, ressalta-se que todas as atividades foram realizadas no modo remoto.

Esta pesquisa é de natureza básica, na qual em seus objetivos são de uma pesquisa descritiva e os procedimentos utilizados são de tipo documental com base no referencial bibliográfico a fim de dar suporte a pesquisa na busca de seus resultados. A análise utilizada neste trabalho é de modo quali-quantitativa. Com relação à pesquisa descritiva, conforme Prodanov e Freitas (2013) pode ser entendida quando o pesquisador analisa e cataloga os fatos observados, porém sem interferir neles.

A partir das pesquisas descritivas, entende-se que ao efetuar o estudo, é realizada a coleta dos dados sem interferir nos fatos. Essa pesquisa foi realizada por meio de análise dos documentos pertencentes ao curso de Arquivologia da FURG, estes documentos possuem informações de alunos e instituições em que os discentes executaram seus estágios, por este fato, estes dados não foram mencionados no texto, a fim de não prejudicar a imagem do discente ou da instituição. Por isso, a delimitação em utilizar a natureza da instituição, ou seja, se pública ou privada, e não o seu nome fantasia.

Analisando-se a pesquisa documental, existem pesquisas que podem ser de modo qualitativo e quantitativo. Prodanov e Freitas (2013) explicam cada um dos modos de pesquisa e que as mesmas podem se complementar:

Pesquisa quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. [...] Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Nesta pesquisa, o enfoque foi analisar cada relatório de Estágio Supervisionado II no período de 2012 a 2020 e identificar a prática realizada pelos acadêmicos por meio de uma análise temática nos resumos dos relatórios. Ao falar de análise temática, Marconi e Lakatos (2003) entendem como um método que permite uma melhor interpretação do

objeto de pesquisa ou do texto a ser analisado, visando detectar ideias principais e secundárias. A partir disso, compreende-se que a análise temática é um método interpretativo de análise de dados, ou seja, ao identificar, analisar e descrever os dados, permite o entendimento de modo mais prático.

Ressalta-se que os dados necessários para a execução da pesquisa foram autorizados pela coordenação do curso e fornecidos a partir dos registros armazenados no Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão do Curso de Arquivologia (LARq).

7 ANÁLISE DAS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS DESENVOLVIDAS NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA FURG

No ano de 2020, após o início da pandemia, as aulas presenciais iniciadas em fevereiro foram canceladas, e o retorno das aulas foi no mês de setembro de forma remota. Sendo assim, a turma de 2020 concluiu o semestre em maio de 2021, sendo a última turma inclusa em nossos resultados. De acordo com a Quadro 1, pode-se visualizar a quantidade de acadêmicos formados por turma.

Quadro 1: Ano de formação e quantidade de acadêmicos formados

Ano de Formação	Quantidade de formados
2012	28
2013	29
2014	17
2015	8
2016	20
2017	13
2018	17
2019	23
2020	8
TOTAL DE ALUNOS FORMADOS	163

Fonte: acervo do LARq (2021).

Pelo quadro acima, percebe-se que em alguns anos, o curso atingiu uma quantidade significativa de arquivistas, considerando que o curso oferta 40 vagas a cada ano letivo.

Nos 163 relatórios de estágio os alunos desenvolveram atividades em diferentes instituições a fim de adquirir experiência, colocar em prática a teoria até então estudada em sala de aula e se preparar para a atuação no mercado de trabalho. Os dados coletados para esta pesquisa foram fornecidos de forma a não divulgar os nomes dos acadêmicos e

dos locais de estágio, conforme o objetivo de analisar as frequências das atividades e das instituições, sendo públicas ou privadas e em conformidade com a ética da profissão.

A partir da análise dos dados, ficou claro que as atividades executadas durante o Estágio Supervisionado foram as mais variadas possíveis, porém existem algumas atividades que se destacaram.

No ano de 2012 foram identificadas 11 atividades nos ES e nota-se que uma das atividades teve maior frequência (6), que foi a de Gestão Documental. Em seguida encontram-se as atividades de Classificação Arquivística (5), Conservação Preventiva (5) e Descrição Arquivística (5). E, no desenvolvimento desta pesquisa, pode-se observar que essas quatro atividades são as mais executadas nos ES pelos acadêmicos.

As atividades de menor frequência foram Avaliação Documental (4), Instrumentos de Pesquisa (3), Manual de Procedimentos (2), Quadro de Arranjo (2), Documentos Audiovisuais(1), Ordenação dos Documentos (1) e Plano de Classificação (1). Ao analisar os resultados durante o período 2012-2020, percebe-se que somente no ano de 2012 encontra-se a atividade de Documentos Audiovisuais, ou seja, não é tema que se encontra com frequência em ES.

No ano de 2013 foram encontradas o total de 14 atividades, sendo que os acadêmicos utilizaram com maior frequência duas: a Descrição Arquivística (6) e a criação de um Instrumento de Pesquisa (6). Logo após estão a Gestão Documental (5) e o Quadro de Arranjo (5). Percebe-se que a Gestão Documental já não ficou em primeiro lugar entre as temáticas dos relatório de ES II, no entanto, ainda está entre as mais frequentes. A atividade Quadro de Arranjo, mesmo não fazendo parte das funções arquivísticas de Rousseau e Couture (1998), aparece novamente como uma das atividades desenvolvida no ES.

As atividades com menor frequência foram: Classificação Arquivística (4), Conservação Preventiva (3), Ordenação dos Documentos (3), Avaliação Documental (2), Digitalização dos Documentos (2), Plano de Classificação (2), Documento Digital (1), Manual de Procedimentos (1), Quadro de Fundos (1) e Transcrição Paleográfica (1). Durante o período, a atividade Quadro de Fundos foi realizada somente uma única vez.

Ao analisar o ano de 2012 e comparando-o ao ano de 2013, verificou-se que novas atividades foram incluídas nas propostas de ES, sendo Digitalização de Documentos, Documento Digital, Quadro de Fundos e Transcrição Paleográfica, isso denota o quão

dinâmica são as atividades que podem ser realizadas num arquivo.

No ano de 2014 foram identificadas o total de 17 atividades, sendo utilizadas com maior frequência Instrumentos de Pesquisa (24), seguindo Descrição Arquivística (22), Gestão Documental (18) e Classificação Arquivística (19).

As atividades como Avaliação Documental (17) e Plano de Classificação (12) mesmo com menor frequência quando comparadas com as de maior frequência, são as atividades frequentemente encontradas nos ES. Além delas, as atividades Digitalização dos Documentos (4), Manual de Procedimentos (4), Quadro de Arranjo (3), Banco de Dados (3), Acondicionamento de Documentos (2), Conservação Preventiva (2), Higienização dos Documentos (2), Ordenação dos Documentos (2), e-ARQ Brasil (1), Elaboração de Invólucros (1) e Tabela de Temporalidade (1), possuem menor frequência, no entanto são atividades regulares nos ES. Repara-se que conforme os anos, a variedade de atividades vai aumentando.

No ano de 2015 foram encontradas 14 tipos de atividades realizadas nos ES. Se comparado aos anos anteriores, a quantidade de atividades diminuiu. Em 2015 as atividades mais utilizadas foram Gestão Documental (6), Classificação Arquivística (6), Descrição Arquivística (6), Instrumentos de Pesquisa (6) e Tratamento Documental (6). Com relação as atividades menos desenvolvidas encontram-se: Avaliação documental (4), Plano de Classificação (3), Acondicionamento dos documentos (1), Uso do AtoM (1), Difusão Arquivística (1), Manual de Procedimentos (1), Ordenação dos documentos (1), Quadro de Arranjo (1) e Tabela de Temporalidade (1).

No ano de 2016 foram encontradas 15 atividades, comparado ao ano anterior teve um pequeno aumento e foi acrescentada uma nova atividade: Acervo Digital, Nesse ano, as atividades desenvolvidas com maior frequência (12) foram: Classificação Arquivística e Descrição Arquivística, em seguida encontra-se a atividade de elaboração de Instrumento de pesquisa (11).

Já as atividades realizadas com menor frequência foram: Avaliação Documental (8), Higienização dos Documentos (8), Acondicionamento dos Documentos (7), Gestão Documental (6), Manual de Procedimentos (3), Plano de Classificação (3), Ordenação dos Documentos (2), Acervo Digital (1), Difusão Arquivística (1), Digitalização de Documentos (1), Elaboração de Invólucros (1) e Quadro de Arranjo (1).

Já no ano de 2017 foram identificadas 12 atividades, novamente a quantidade de

atividades caiu, porém foi incluída o Banco de Dados, atividade esta encontrada somente no ano de 2014. Com relação a atividade realizada com maior frequência foi a de Instrumento de Pesquisa (13), seguindo de Classificação Arquivística (11) e a de Descrição Arquivística (9).

Com relação as atividades com menor frequência, encontraram-se as seguintes: Descrição Arquivística (9), Avaliação Documental (8), Acondicionamento dos Documentos (5), Higienização dos Documentos (4), Gestão Documental (2), Manual de Procedimentos (2), Ordenação dos Documentos (2), Plano de Classificação (2), Banco de Dados (1) e Digitalização dos Documentos (1).

No ano de 2018 foram identificadas 15 atividades, aumentando novamente se comparado ao ano anterior. Nesse ano, foram incluídas cinco atividades: Uso do AtoM, Conservação Preventiva, Preservação dos Documentos, Transcrição Paleográfica e Tratamento Documental. As atividades mais utilizadas pelos alunos, foram: Classificação Arquivística (12), Descrição Arquivística (12) e os Instrumentos de Pesquisa (12). Em seguida estão: Avaliação Documental (4) e Digitalização dos Documentos (4), porém com a frequência bem menor do que as três mais frequentes.

Ainda, identificou-se: Higienização dos Documentos (3), Ordenação dos Documentos (3), Conservação Preventiva (3), Manual de Procedimentos (2), Preservação dos Documentos (2), Uso do AtoM (1), Banco de Dados (1), Plano de Classificação (1), Transcrição Paleográfica (1) e Tratamento Documental (1). Percebe-se pela análise dos dados que a atividade Uso do AtoM foi utilizado somente nos anos de 2015 e 2018.

Enquanto que em 2019 foram encontradas 16 atividades, nas quais foram incluídas quatro atividades, em comparação ao ano anterior, sendo: Acondicionamento dos Documentos, Gestão Documental, Elaboração de Invólucros e Tabela de Temporalidade. Todas estas atividades já foram desenvolvidas em anos anteriores. Em 2019, os alunos optaram por realizar as seguintes atividades: Classificação Arquivística (19) e Instrumento de Pesquisa (19), as quais foram as mais utilizadas, seguida da Descrição Arquivística (17).

Algumas das atividades foram utilizadas com bastante frequência, fazendo com que outras ficassem em menor destaque: Avaliação Documental (12), Digitalização dos Documentos (5), Gestão Documental (4), Higienização (4), Banco de Dados (3), Acondicionamento dos Documentos (3), Elaboração de Invólucros (1), Ordenação dos

Documentos (1), Tabela de Temporalidade (1), Transcrição Paleográfica (1) e Tratamento Documental (1).

No ano de 2020 foram identificadas três atividades, e se comparado aos anos anteriores, houve uma grande diferença na quantidade de atividades desenvolvidas nos ES. Esse resultado brusco na queda de variedades de atividades se deve ao fato da pandemia de COVID-19. Em março de 2020 iniciou-se o isolamento e distanciamento social, impossibilitando a realização de atividades presenciais. Por isso, restringiu-se a possibilidade de execução de algumas atividades nos ES, limitando-se a apenas três: Classificação Arquivística, Descrição Arquivística e Instrumento de Pesquisa.

Percebe-se o quão importante e o quanto se diversifica as possibilidades de executar diferentes atividades num acervo quando se está no modo presencial, pois amplia tanto as opções de acervo como as de locais de estágio. Já no remoto, em função da pandemia, ficou bastante evidente a redução de opções de atividades.

Ao analisar os dados referentes ao ano de 2012 a 2020 foi interessante elaborar um gráfico referente as atividades em destaque de cada ano. No Gráfico 1 podemos ver as atividades realizadas por ano.

Gráfico 1: Atividades com maior frequência por ano



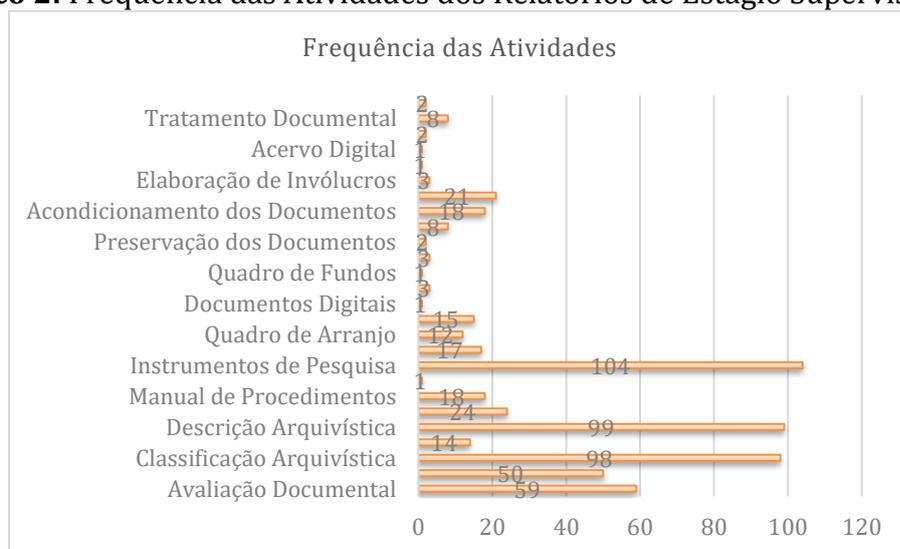
Fonte: elaboração própria (2022).

Nota-se que a atividade de elaboração de Instrumento de Pesquisa foi a mais frequente entre as ações encontradas nos ES, sendo presente nos anos de 2014, 2017, 2018, 2019 e 2020, em seguida está a atividade de Descrição Arquivística com frequência nos anos de 2013, 2016, 2018, 2020. A Classificação Arquivística também consta como

atividade de maior frequência, pois está presente nos anos de 2016, 2018, 2019 e 2020. Por fim, a de Gestão Documental, que se encontra presente nos anos de 2012 e 2015.

Com a variedade de atividades a serem desenvolvidas, quatro delas foram as mais utilizadas, e a partir da análise, nota-se que a área digital foi o campo menos explorado. Conforme o Gráfico 2, podemos observar que os alunos desenvolveram um total de 26 tipos de atividades distribuídas durante os ES. Sendo que na atividade Instrumentos de Pesquisa, foram encontrados os seguintes: catálogo, catálogo seletivo e guia. Já nas atividades de Descrição e de Classificação Arquivística, consideradas essenciais para um trabalho detalhado e eficiente, pois auxiliam na localização e pesquisa do usuário. E na atividade de Gestão Documental que é um processo capaz de garantir o gerenciamento das informações relevantes da instituição, como a produção documental, o armazenamento dos documentos, dentre outros, permitindo que a instituição esteja em pleno funcionamento.

Gráfico 2: Frequência das Atividades dos Relatórios de Estágio Supervisionado



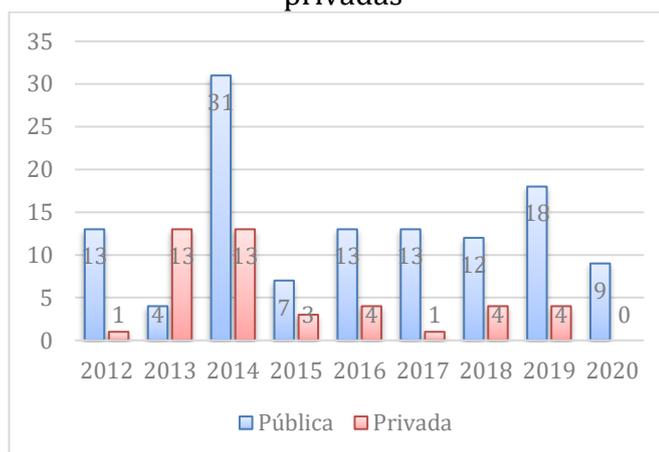
Fonte: elaboração própria (2022).

Nota-se que poucos dos trabalhos desenvolveram sobre banco de dados, e-ARQ Brasil, AtoM e Digitalização de documentos. O universo da tecnologia digital ainda não despertou o interesse dos acadêmicos do curso de Arquivologia da FURG para ser uma atividade de ES. Esse resultado pode ser o reflexo de aparelhos defasados, ausência de equipamentos, entre outros.

7.1 Mapeamento dos locais de Estágio Supervisionado

Desde 2012, os alunos optam entre instituições públicas ou privadas para a realização dos estágios, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3: Quantidade de formandos que realizaram o estágio em instituições públicas e privadas



Fonte: elaboração própria (2022).

Fica evidente que o local de estágio mais frequente é em instituições públicas do que em instituições privadas, sendo que 120 alunos realizaram os estágios em instituições públicas e 43 alunos realizaram os estágios em instituições privadas.

Pode-se perceber que as instituições públicas são as instituições onde mais se realizam os ES, isso se dá tanto pelo fato do trâmite e de convênios que a Universidade possui com esses locais. No entanto, não se deve olhar para a instituição privada como um local inóspito para execução de ES.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os resultados da pesquisa, é possível notar que certas atividades foram escolhidas com maior frequência pelos alunos do curso de Arquivologia da FURG, o que indica que eles têm diversas oportunidades para desenvolver uma variedade de atividades arquivísticas, não ficando restritos a uma única função.

Além das atividades mais exploradas, é importante destacar aquelas que requerem uma atenção adicional, como Difusão Arquivística, Uso do AtoM, Acervo Digital, Documentos Audiovisuais, e-ARQ Brasil, Documentos Digitais, entre outras. Essas áreas

demandam uma abordagem.

No contexto da pesquisa, foram formuladas duas questões para problematização: quais atividades são mais frequentes e qual a preferência dos alunos em relação a estágios em instituições públicas ou privadas. Para responder a essas questões, foi necessário contabilizar o número de turmas de alunos formados a cada ano e levantar as atividades realizadas nos estágios supervisionados. Com base nesses dados, foi possível estabelecer a frequência das atividades ao longo dos anos. Os resultados indicaram que atividades como Descrição Arquivística, elaboração de Instrumentos de Pesquisa e Classificação Arquivística são fundamentais para o desenvolvimento de um arquivo e foram as mais destacadas pelos alunos.

Em relação à escolha dos locais de estágio, observou-se que a maioria dos alunos optou por realizar estágios em instituições públicas. Dos 163 alunos formados pelo Curso de Arquivologia da FURG, 120 escolheram realizar seus estágios em arquivos de empresas públicas, o que representa uma proporção significativa de 74%. Esse dado demonstra a preferência dos estudantes por vivenciar experiências práticas em ambientes governamentais, onde têm a oportunidade de lidar com um volume maior e mais diversificado de documentos.

O arquivista desempenha um papel chave no planejamento, organização, elaboração e orientação de todas as atividades relacionadas ao acervo. Ele atua em seu campo profissional e executa uma série de funções essenciais. As atividades realizadas durante os Estágios Supervisionados do Curso de Arquivologia da FURG estão alinhadas com a realidade do trabalho do arquivista e em conformidade com as regulamentações da profissão.

Além de contribuir para a pesquisa, esse estudo também ofereceu subsídios para refletir sobre as instituições que possibilitam a realização dos Estágios Supervisionados para os graduandos. Observou-se que poucos alunos optaram por realizar seus estágios em instituições privadas. Isso pode ser atribuído a diferentes fatores, como a disponibilidade de vagas e a preferência por adquirir experiência em instituições governamentais reconhecidas.

O Estágio Supervisionado desempenha um papel fundamental na vida acadêmica dos alunos, pois os auxilia a desenvolver habilidades práticas que serão aplicadas no exercício de suas funções como futuros arquivistas. Durante o estágio, os graduandos têm a oportunidade de analisar as atividades de forma positiva, pois essa vivência os prepara

para o mercado de trabalho e permite que coloquem em prática as atribuições e responsabilidades do arquivista no dia a dia profissional. A existência dos Estágios Supervisionados nos cursos de graduação é fundamental, pois possibilita aos alunos vivenciarem situações reais de trabalho, contribuindo significativamente para sua formação profissional e ampliando suas perspectivas de carreira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A.; TANUS, G. F. de S. C. O Ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, maio/ago, 2013, p. 83-102.

BRASIL. **Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6546-4-julho-1978-366508-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 mar 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em: 02 mar 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES nº 492/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 02 mar 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES nº 1363/2001**. Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf. Acesso em: 02 mar 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES nº 20/2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Arquivologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES202002.pdf>. Acesso em: 02 mar 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES nº 35/2003**. Dispõe de Normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb35_03.pdf. Acesso em: 28 out 2021.

CURSO DE ARQUIVOLOGIA. Regulamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande-

FURG. Disponível em:

https://arquivologia.furg.br/images/2019_REGULAMENTOS/2019-Regulamento_-_Estagios_2019.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

CURSO DE ARQUIVOLOGIA. **Arquivologia**. Rio Grande, 2020. 85 p. Disponível em:

https://avaliacao.furg.br/images/RELATRIOS_GERENCIAIS_2020_-_ARQUIVOLOGIA_-_VERSAO_FINAL.pdf. Acesso em: 05 set. 2021.

DIAS, A. C.; REIS, A. C. O estágio supervisionado em arquivologia: pontos fortes e fracos e sugestões de melhoria para o programa. **Ciência da Informação**, v. 46, n. 2, 2017.

FEITOZA, R. A. B.; DUARTE, E. N. Documentos, arquivo e práticas arquivísticas: bases necessárias à memória no ambiente organizacional. **Logeion: filosofia da informação**, v. 7, n. 1, p. 206-227, 2020.

JARDIM, J. M. A pesquisa como fator institucionalizante da arquivologia enquanto campo científico no Brasil. In.: **A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. (orgs). Brasília: Thesaurus, 2011. p. 53-76.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. Ed. Atlas S/A. 5ª ed. São Paulo. 2003. 310 p.

MARQUES, A. A. da C.; RODRIGUES, G. M. A Construção do “campo científico” da Arquivística no Brasil: debates iniciais e marcos temporais. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, jan./jun. 2008, p. 101-117.

MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C. A pesquisa científica em Arquivologia no Brasil. In.: **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A. (orgs). Rio de Janeiro: Móbile – Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 74-88.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conselho Nacional de Educação (CNE)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao>. Acesso em: 28 out. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico. Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. ebook. Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo – ASPEUR, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2013.

RAMOS, E. N. **O aporte da noção de empreendedorismo na formação do arquivista**. 2008. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTA ANNA, J. O arquivista como moderno profissional da informação: análise de competências à luz da literatura e da formação curricular. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, 2017, p. 289-307.

SOUSA, R. T. B. de. O papel do estágio na formação profissional do arquivista: a experiência do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. In: JARDIM, J.M., FONSECA, M. O (orgs). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói, RJ: EdUFF, 1999. p. 167-180.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002.

IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL DOS PROCESSOS CRIMES DE FEMINICÍDIO NA PARAÍBA

DOCUMENTARY SURVEY OF CRIMINAL FEMINICIDE PROCEEDINGS IN PARAÍBA

*Aline Cruz de Araújo**
*Josemar Henrique de Macedo***

RESUMO

A realização de um levantamento documental é algo muito importante, pois ele viabilizará o exercício dos demais processos arquivísticos, como: classificação, avaliação, descrição e acesso. Esta pesquisa está vinculada ao projeto aprovado pela Fundação de Apoio à Pesquisa, intitulado: "Os Homens que não amavam as mulheres", onde são encontrados os discursos dos acusados de praticar feminicídio no estado da Paraíba. Foi realizado, a partir do levantamento documental e da identificação dos tipos que compõem o processo crime que se construiu o corpus do projeto supracitado. Além disso, este trabalho faz parte do projeto de pesquisa de iniciação científica do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como o mesmo título. A pesquisa ora em tela tem como objetivo central fazer o levantamento documental dos documentos que formam os processos de feminicídio no Fórum Criminal da Paraíba nos anos de 2015 e 2016. A metodologia é de natureza aplicada, tendo como campo empírico o acervo documental do Fórum Criminal da cidade de João Pessoa, sendo a amostra os processos de feminicídio no respectivo corte temporal. A abordagem é qualitativa e a técnica utilizada será documental, além do levantamento da bibliografia referente ao tema para dar o suporte teórico. Como resultado conseguimos identificar a produção documental que ocorre em um referido processo, bem como as partes que o compõe, sendo um documento composto tem a sua produção realizada por diversas instâncias, bem como seguindo ritos específicos da justiça, além de constatar que a institucionalização do crime de feminicídio não trouxe consigo a criação de um tipo documental específico referente a ele.

Palavras-chave: Arquivologia; Levantamento documental; Processos Crimes; Feminicídio.

ABSTRACT

Conducting a documentary survey is very important, as it will enable the exercise of other archival processes, such as: classification, evaluation, description and access. This project is linked to the work approved by the Research Support Foundation, entitled "*The Men Who Did Not love Women: speeches of those accused of committing femicide in Paraíba State*". The project was built from the documentary survey and the identification of types that are inserted in the crime process on the aforementioned project. In addition, this work is part of the research project of scientific initiation of the Archivology course at the state university of Paraíba (UEPB), with the same title. The main objective of this research is to carry out a documentary survey of the documents that form the processes of femicide in the Criminal Forum of Paraíba in the years 2015 and 2016. The methodology is of an applied nature and provides an empirical analysis of the documentary archives of the Criminal Forum of João Pessoa City. The sample is centralized in the study of the femicide cases in this respective temporal cut. The method of this research is qualitative and the technique used was the documentary, with the addition to the survey of the bibliography on the subject to provide theoretical support. As a result, it identifies a documentary production that takes place in a referred process, as well as the parts that follow compose it, being a document

* Graduação em Arquivologia | alinecruz102009@hotmail.com.

** Doutor em Ciência da Informação pela UFMG | josemarhenrique@gmail.com.

composed of its production carried out by several instances, as well as specific rites of justice, in addition to verifying that the institutionalization of the crime of femicide did not bring with it the creation of a specific type of document referring to it.

Keywords: Archivology; Documentary Survey; Criminal Processes; Femicide.

Submetido em: 23/11/2022

Aceito em: 23/03/2023

1 INTRODUÇÃO

A identificação dos tipos documentais é uma atividade preliminar que vai contribuir para a organização dos acervos e que também viabiliza o usuário em suas pesquisas nos arquivos. Para a Arquivologia esta atividade é fundamental, tendo em vista, a necessidade de se conhecer com quais documentos estamos trabalhando e assim poder melhor preparar o plano de classificação, segunda etapa da organização dos arquivos. Para auxiliar na identificação dos documentos utilizamos da Diplomática, área de conhecimento criada no século XVI como metodologia para reconhecimento da autenticidade a partir dos elementos intrínsecos e extrínsecos dos documentos. A Diplomática ressurge hoje para a Arquivologia não apenas como uma área auxiliar, mas proporcionando ferramentas para identificação tipológica que enriqueceu, substancialmente ambas as áreas. Bellotto (2008) afirma que a diplomática deve fazer parte dos estudos teóricos da Arquivologia, uma vez que, analisa o mesmo objeto de trabalho e ajuda no entendimento dos elementos internos e externos dos documentos.

Desta forma, o documento produzido ou recebido pelas instituições, sejam elas públicas ou privadas, podem ser entendidos como documentos diplomáticos: um registro oriundo de um ato administrativo ou jurídico, estruturado com determinadas formalidades que lhe garantam força probatória (BELLOTTO, 2008). É a sua estrutura e forma de construção que garante seu valor probatório e que deverá ser mantido de forma segura para preservar sua autenticidade. A identificação da tipologia documental serve como um apoio metodológico e dá suporte a outras funções arquivísticas como a classificação, avaliação, e, principalmente, no referente a descrição, pois permite reconhecer, a partir dos elementos internos dos documentos, a função de cada documento no processo, além de possibilitar a verificação da sua autenticidade, e serve de aporte para esta pesquisa. Esse tipo de levantamento documental permite reconhecer melhor os documentos que ajudam a construir o *corpus* do nosso trabalho. Neste sentido, a análise

aqui proposta tem como objetivo central identificar os documentos que formam os processos de feminicídio que comporão o *corpus* da pesquisa aprovada pela FAPESQ.

A literatura arquivística, a partir dos anos 2000 vem produzindo um bom número de trabalhos nacionais que tratam sobre o tema Diplomática e tipologia documental. Dentre eles podemos citar as obras da professora e pesquisadora Heloisa Liberalli Bellotto, que iniciou nos anos 1990 uma série de artigos e capítulos de livros sobre Diplomática e Tipologia Documental, inspirando assim outros pesquisadores a desenvolverem novas perspectivas. É o caso da professora Doutora Ana Célia Rodrigues, que em sua tese de doutorado, defendida em 2008, que desenvolve a Diplomática como fundamento metodológico para a identificação de tipologias documentais, indicando esta atividade como a primeira no fazer arquivístico. O tipo documental estudado não é nenhuma novidade para o arquivista já que é visto durante os anos de estudos da graduação e por fazer parte do acervo das instituições de justiça nas quais os arquivistas trabalham, tais como: tribunais, fóruns de justiça, escritórios de advogados; além de setores jurídicos de diversas empresas sejam elas públicas ou privadas. O processo judicial é a atuação do Estado na resolução dos conflitos sociais. Em outras palavras é “(...) o instrumento utilizado pelo Estado para prestar jurisdição e se manifestar por uma série de atos concatenados para o fim de obtenção da tutela jurisdicional (ALMEIDA, et al, 2015, p. 50),” observando o devido andamento legal das partes envolvidas. Oliveira e Silva (2005, p. 247) destacam que:

Processos judiciais são documentos escritos, documentos oficiais, portanto implicam a utilização de uma linguagem específica e está linguagem implica poder. (...) é o Estado falando, e todos os discursos do processo estariam (...) propriamente sendo proferidos por ele.

Inicialmente estabelecido de maneira oral o processo tem suas origens na Roma antiga. Ao tomar forma escrita o processo mantém a normalização dos atos jurídicos, devendo conter fórmulas específicas na sua produção, destinadas a dar seu valor probatório, contendo: uma explicação dos fatos, uma atribuição de direitos e pedido e a decisão do Juiz (ALMEIDA, et al, 2015, p. 19). O artigo 2º do Código de Processo Civil de 2015 dispõe: “O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei”.

No Brasil o processo judicial se estabelece a partir do direito português advindo da estruturação colonial, porém, ganha formas nacionais com a independência. Neste

sentido, o processo judicial assume também caráter de documento arquivístico, por ser produzido nas funções específicas da justiça. Assim, torna-se fundamental para o arquivista identificar os documentos que formam o processo jurídico, escopo principal desta pesquisa. Por conseguinte, apresentaremos a seguir a nossa análise do processo criminal de feminicídio a partir da metodologia da Diplomática. Os processos judiciais são excelentes fontes de pesquisa para diversas áreas do conhecimento. São documentos públicos, oficiais e formais, de uma linguagem específica, e esta linguagem implica poder (OLIVEIRA; SILVA, 2005). No caso dos processos crimes, diversas vozes podem ser apostas para além dos textos dos agentes judiciais: advogados e juízes. Podemos encontrar depoimentos, do réu e das testemunhas:

Como são pessoas comuns diante de uma instância de poder, pode-se questionar que a Justiça seria a verdadeira produtora das narrativas, não sendo possível apreender, por meio dos discursos das testemunhas, vítimas ou réus, uma lógica que diga respeito a um grupo social específico, já que sua fala estaria sendo filtrada pela Justiça: juízes, promotores e escrivães. (OLIVEIRA; SILVA, 2005, p. 249).

Para que todas essas vozes que compõem um processo judicial, seja ele cível ou crime, se tornem um veículo de informações é importante o conhecimento e a organização dos mesmos, nos arquivos em que se encontram, assim:

Os arquivos do Poder Judiciário são considerados documentos públicos e representam um patrimônio para a reconstrução da vida diária e das relações sociais, para a pesquisa e o ensino. Mesmo os processos findos, que não apresentam mais quaisquer possibilidades de recursos, são fontes de elementos de prova e acesso à memória (KICH; KONRAD, 2011, p. 215).

Neste sentido, apontamos primeiramente o processo judicial como fonte primária para pesquisa. Porém, os mesmos documentos são fontes para análise intrínsecas que são realizadas pela Arquivística com o apoio da Diplomática. Deste modo, os processos judiciais possuem documentos diplomáticos e não diplomáticos, em outras palavras, documentos que seguem uma legalização de fórmulas na sua elaboração e outros que não. Sendo importante, para o arquivista, conhecerem estas estruturas que facilitaram as atividades desenvolvidas nos procedimentos de organização dos arquivos da justiça. Partindo destas premissas algumas perguntas podem ser feitas a este objeto de pesquisa: quais documentos e qual a sequência que formam os processos judiciais? Quais as estruturas diplomáticas que a justiça se utiliza na elaboração dos processos judiciais? Tendo em vista os casos de feminicídio, existe algum tipo documental que o diferencia dos demais processos crimes? E finalmente como são constituídos os processos judiciais?

Estas perguntas guiaram o entendimento do arquivista no seu labor de organizar os processos e também o pesquisador na sua atividade de entendimento dos processos para seus estudos. Além de fomentar premissas de ideias e perguntas relacionadas ao assunto estudado, possibilitando novos conhecimentos para possíveis novas pesquisas.

Desta forma, temos como objetivo geral: identificar os documentos que formam os processos de feminicídio no Fórum Criminal da Paraíba nos anos de 2015 e 2016. E como objetivos específicos: levantar os processos de feminicídio ocorridos neste período; Identificar, com base na tipologia documental, os diferentes documentos que compõem o processo crime; Identificar as funções ou atividades que produzem cada um dos documentos que compõem o processo crime.

Uma parte muito importante de uma pesquisa é reconhecer quais são os objetivos centrais do seu trabalho e descrever suas finalidades, explanando ideias para a pesquisa e delimitando o que será o escopo do trabalho.

2 METODOLOGIA

A pesquisa teve como campo empírico o Arquivo judicial do Fórum Criminal da cidade de João Pessoa, Ministro Oswaldo Trigueiro de Albuquerque, especificamente no andar do 2º Tribunal do Júri, que é um espaço físico no qual está localizado o poder judiciário, onde ocorrem audiências de processos, e que está associado ao tribunal de justiça. Os processos crimes de feminicídio são um escopo, tendo em vista que esta proposta faz parte de projeto intitulado “Os Homens que não amavam as mulheres: discursos dos acusados de praticar feminicídio” no estado da Paraíba., aprovado pela Fundação e Apoio à Pesquisa (FAPESQ) do Governo do Estado da Paraíba, apresentado pela professora doutora da Universidade Estadual da Paraíba, Mauriene Freitas. O corte cronológico para formatação do *corpus* são os anos de 2015 e 2016, por reunir os períodos que dizem respeito ao ano de estabelecimento da Lei de Feminicídio (2015), e o ano posterior, ressaltado que a Lei de Feminicídio entrou em vigor no dia nove de março de 2015. Quanto a sua natureza, esta é uma pesquisa aplicada, pois temos a intenção de gerar novos conhecimentos para ampliar a formação do arquivista a partir das inter-relações entre as áreas do conhecimento como: Direito, Diplomática e Arquivologia. A abordagem é qualitativa, tendo em vista que o objeto de estudo não é quantificável em sua essência. Se caracteriza como uma pesquisa exploratória e explicativa. Com relação as técnicas aplicadas utilizamos o estudo bibliográfico e documental, como base para entendermos

na literatura e nos documentos com a intenção de identificar os processos judiciais a partir dos aspectos apontados na Diplomática. Para o levantamento foi realizada a fotografia dos processos e com as imagens foram feitas análises diplomáticas das estruturas internas do documento identificando sua tipologia. Utilizamos desse banco de dados de imagens como elementos para construção da pesquisa. Frisando que os nomes das partes, seja réu ou autores envolvidos nos processos e que aparecem nas imagens, foram tarjados para preservação da identidade dos envolvidos. A pesquisa documental realizada no Fórum Criminal da cidade de João Pessoa levantou, no período acima descrito, 49 (quarenta e nove) processos crimes de feminicídio, distribuídos da seguinte maneira: 26 processos no ano de 2015 e 23 processos no ano de 2016, como pode ser demonstrada no gráfico a seguir:

Figura 1: Gráfico do levantamento dos processos por ano

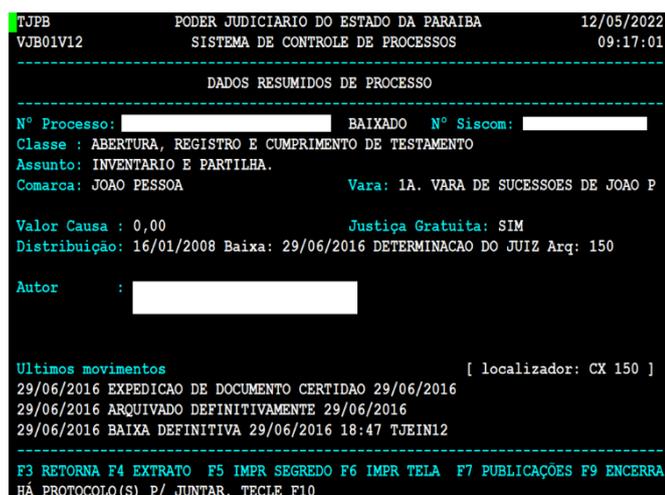


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

É importante destacar que estes processos demonstrados no gráfico acima são de toda a Paraíba, não estando toda a documentação centralizada. E no Fórum Criminal que utilizamos como local de pesquisa, estão apenas os processos do município de João Pessoa, o que dificultou o acesso a uma gama maior de processos. Além disso, eles estão, na sua maioria, ainda em julgamento, sendo um número muito pequeno de processos concluídos e arquivados. Conseqüentemente, conseguimos, no Fórum Criminal de João Pessoa fotografar 03 (três) destes processos, o que nos possibilita uma análise diplomática de um processo completo. Os processos judiciais possuem uma denominação para quando estão completos, ou seja, tudo sobre o caso já foi deliberado, e quando o caso ainda está em andamento, essas denominações são processos “baixados” e processos “ativos”, nesta pesquisa processos dos dois casos foram averiguados. Além do material documental, realizamos conversas informais com uma das responsáveis pelo acesso ao arquivo, o que nos permitiu termos uma noção de todos os procedimentos e detalhes acerca do objeto de pesquisa.

Também tivemos acesso ao sistema interno do Tribunal de Justiça (TJ), o SISCOP, que é um sistema de controle de processos de uso interno do TJ onde está localizado um banco de dados de processos existentes do tribunal de justiça da Paraíba, ele é utilizado para consulta e mostra os dados sumarizados de cada processo, ou seja, os dados condensados dos processos, distribuídos em tópicos específicos que mostram informações resumidas do todo, e podemos fazer as buscas nele de diferentes maneiras, como com o número do processo e nomes das partes, autor e réu existentes, entre outras possibilidades. O SISCOP não serve apenas para consulta, nele também se faz o cadastro de processos e rearquivamentos. Nesse sistema até mesmo processos em segredo de justiça podem ser visualizados, entretanto, o acesso a ele é restrito e se é necessário possuir um login e senha cadastrados no TJ para utilização. Logo abaixo teremos uma imagem exemplo desse sistema:

Figura 2: Tela do SISCOP



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como visualizado acima, na tela do SISCOP podemos ver algumas informações resumidas de determinado processo, a qual vara ele pertence, qual seu assunto, a qual ação ele se remete, seu autor, a movimentação pela qual o processo passou, em quais locais ele esteve e em qual ele se encontra, se ele estiver baixado, ou seja, já arquivado, como é o caso demonstrado na imagem, podemos ver aonde dentro do arquivo ele se encontra, em qual caixa ele foi arquivado. Alguns processos podem possuir dois tipos de numerações, uma sendo uma numeração mais atualizada no sistema e outra com uma formatação mais antiga. Com relação ao sistema SISCOP, realizando a pesquisa, notamos que alguns pequenos erros com relação a grafia foram encontrados, o nome de um autor pode ser escrito por exemplo como “Luísa”, mas no sistema pode acabar tendo sido escrito

com “z” em vez de “s”, o que dificultou em alguns momentos a pesquisa para levantamento de determinados processos, e também houve alguns processos que não conseguimos localizar no sistema. Mas, de forma geral, todo esse material visto nos permitiu visualizar a instrução do processo criminal de feminicídio. Para a identificação dos tipos documentais que compõem o processo crime utilizamos da análise diplomática, a fim de entendermos a estrutura dos documentos. Sendo o processo crime um documento composto, em nossa análise, inicialmente desmembramos um processo composto* discernindo cada documento simples† que o compõe e verificamos cada item do documento: o protocolo inicial, o corpo do texto e o protocolo final. Este estudo teve como finalidade compreender sua autenticidade e a proveniência do documento.

3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A construção desta pesquisa se consolidou com muitas associações de leituras jurídicas e da sua interdisciplinaridade com a Arquivologia, o que nos afirma a abrangência que a área arquivística pode alcançar. Entretanto sua análise parte das premissas e dos princípios da Arquivologia, sendo o Direito uma ferramenta essencial para entendimento do nosso objeto de pesquisa: o processo judicial. Dessa forma, tentamos, a partir da literatura da área jurídica difundir elementos que nos possibilitaram conhecer este objeto.

3.1 O Processo Judicial como documento Arquivístico

Como nos referimos na introdução desta pesquisa, o processo é a materialização da justiça no âmbito social, sendo o instrumento onde se opera a jurisdição para aplicação da lei. Sua construção obedece a uma sequência dos atos processuais ordenadamente encadeados. Para Capez (2005, p. 527) o processo “(...) é uma série ou sequência de atos conjugados que se realizam e se desenvolvem no tempo, destinando-se à aplicação da lei penal no caso concreto”. É nele que os sujeitos processuais (CAPEZ, 2005), ou seja, as partes envolvidas (demandante e demandado/autor e réu), e o juiz (representação do

* Documento composto: “Os documentos são compostos quando, ao longo de sua trajetória, acumulam vários documentos simples”. (BERNARDES & DELATORRE, 2008, p. 16)

† Documento simples: “Unidade documental correspondente a um único item documental ou peça. Exemplo: uma carta, uma nota fiscal, um recibo.” (BERNARDES & DELATORRE, 2007, p. 14.)

Estado) expressam suas posições por meio de tipos documentais específicos. Portanto, o Estado chama para si o direito de administrar e aplicar a justiça, pois tem essa prerrogativa, sendo um dos três poderes da União como preconiza a Constituição no seu art. 2º. Entretanto, a construção discursiva de todos os documentos que compõem o processo judicial é feita ou orientada pelas instituições públicas, inclusive os depoimentos das testemunhas, tendo em vista que a escrita é realizada pelo escrivão que materializa a fala destas mesmas testemunhas em formato específico do processo.

É importante ressaltar que o processo judicial, como qualquer outro tipo de processo, deve obedecer a uma sequência específica de tipos documentais que serão reunidos obrigatoriamente mantendo entre si uma relação orgânica. Desta forma, cada documento que compõe um processo está interligado organicamente com os demais, não podendo ser separados e, necessariamente, deverão ser numerados e rubricados para o controle do todo. Sendo assim, o processo crime como qualquer outro tipo documental, segue um dos princípios fundamentais da arquivística, o princípio da indivisibilidade. E de acordo com Heloísa Bellotto (2013, p. 1126) “Conjunto documentais originários de uma mesma instituição devem manter a respectiva individualidade, dentro do seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclado a outros de origem distinta”.

Além disso, o processo criminal é formatado por diversos autores no decorrer de sua construção, tais como agentes judiciais envolvidos diretamente na produção documental e agentes externos, trabalhando de maneira indireta para sua consecução. A seguir podemos observar na imagem da capa de um processo o informativo desses diferentes envolvidos no processo criminal, como apelante, advogado, relator, órgão julgador e outros.

Figura 3: Capa de processo crime



Fonte: Dados da pesquisa. Arquivo do Fórum Criminal (2022).

Na imagem acima vemos a capa de um processo crime, e podemos perceber como é sua formatação de informações processuais. Fuzer e Barros (2008), examinam a construção deste tipo de gênero textual e evidenciam os diferentes sujeitos processuais na produção dos tipos documentais. Esta apresentação dos autores pontua a relação diplomática entre as funções dos sujeitos envolvidos na produção documental. No quadro abaixo, a partir do texto de Fuzer e Barros (2008) descrevemos os principais atores e os tipos documentais que podem constar num processo. Nele veremos sobre os sujeitos processuais, sendo os requerentes dos tipos documentais que vão compor o processo crime, que serão diversos, e as atividades desempenhadas sendo referentes ao significado do tipo documental citado, ou seja, o que cada tipo documental desempenha.

Quadro 1: Sujeitos e gêneros processuais

Sujeitos Processuais	Tipos Documentais	Atividades Desempenhadas
Polícia Civil (Delegado)	Portaria	Instauração do inquérito
	Requerimentos	Requerer diversas atividades
	Relatório de Inquérito	Prestação de contas do que foi realizado durante o inquérito.
Ministério Público	Denúncia	Oferecer a denúncia para a magistratura
	Requerimentos	Requerer diversas atividades
	Parecer	Respostas aos recursos da parte envolvida
	Libelo	Expor fato criminoso
	Alegações finais	Construir a tese de acusação
Advogados	Defesa Prévia	Apresentar os fatos da perspectiva do acusado
	Requerimentos	Requerer diversas atividades
	Alegações finais	Construir tese da defesa
	Recursos	Contestar decisões
Juiz	Ofícios	Comunicar fatos sobre os processos

	Conclusão	Responder à requerimentos
	Mandados	Citar ou intimar atores no processo
	Sentença de pronúncia	Decidir etapas do processo
	Sentença final	Apresentar decisão do júri e definir pena

Fonte: Baseado em Fuzer e Barros (2008, p. 53).

Os processos, como produto das instituições de justiça, são fontes privilegiadas de informações e, portanto, apresentam diversas possibilidades de pesquisas. Oliveira e Silva (2005, p. 244) classificam os estudos que utilizam os processos judiciais como pesquisa documental: “Processos são documentos históricos e oficiais (...)”, despontando duas questões básicas: o poder e a interpretação, haja vista que o Estado, um dos interlocutores no processo judicial é fonte de autoridade a partir da posição que assumem os juízes, os desembargadores e principalmente os ministros do Supremo Tribunal Federal, instância última da justiça brasileira. E a interpretação que cabe ao pesquisador no entendimento sobre o material escrito nos processos judiciais.

Um documento arquivístico tem características específicas que o diferencia de outros tipos documentais como por exemplo os livros. O documento arquivístico é a representação das atividades de uma dada instituição, assim comprova que determinadas ações ocorreram, devendo conter determinados sinais para que se comprove a autenticidade dos atos e, portanto, o seu estatuto provatório. Santos (2018, p 10) descreve assim o documento arquivístico: “[...] detém aspecto tangível, suscetível de guarda e preservação, emana natureza comprobatória, caráter informacional, produzido e acumulado em circunstância relacional com outro documento”. Neste sentido, podemos compreender o processo judicial, nas suas mais variadas especificações como um documento arquivístico. Partido deste pressuposto, podemos estudar na Arquivologia os diversos aspectos dos processos judiciais: identificação, classificação, descrição etc., dentre eles um específico: a eliminação.

A eliminação de autos judiciais findos é um assunto suscetível a grandes discussões e, como até então não existem critérios para seleção com vistas à preservação e à eliminação, os órgãos do Poder Judiciário acabam guardando o acervo, mantendo-o na sua totalidade. Os arquivos tornam-se grandes depósitos de papel, onde é impossível separar e identificar o que é histórico do que é eliminável (MARQUES, 2013, p. 32)

Nesta pesquisa trabalhamos com a identificação dos tipos documentais inseridos no processo criminal, mais especificamente o processo de feminicídio. Os crimes de feminicídio são considerados dolosos pois são aqueles que segundo a lei (7.209, art. 18)

atentam contra a vida. “Nesses crimes, o processamento do caso tem duas fases: a primeira, chamada de instrutória, funciona nos mesmos moldes do procedimento ordinário: a ação é instaurada, inicia-se a fase de produção probatória conduzida pelo (a) juiz (a) até que se chega ao momento da sentença de pronúncia”. (NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE O CRIME E A PENA DA FGV DIREITO SP, p. 56). O processo de feminicídio tem início no Ministério Público após indício de ocorrência de um crime pontuado pelo inquérito policial, realizado pela polícia civil. Assim, podemos inferir que o processo crime tem início em uma outra instância, passando, por conseguinte ao Ministério Público que, depois de análise e verificação da existência de ilícito apresenta uma denúncia à Justiça. O processo se encaminha durante o julgamento e finaliza com a sentença, podendo ou não haver recursos. Sobre a formação do processo crime a figura abaixo traz uma visão sobre.

Figura 4: Formação do Processo Crime



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O feminicídio foi enquadrado no Código do Processo Penal a partir da Lei 13.104 de 2015 que o acrescentou no Capítulo I sobre os crimes contra a vida, a definição penal deste delito está marcada: “por razões da condição de sexo feminino (...) quando envolve: violência doméstica e familiar; menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Ainda de acordo com a Lei de Feminicídio a dosimetria da pena para estes casos pode aumentar se o crime ocorrer:

Durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto (...) contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas, (...) na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima e - em descumprimento das medidas protetivas de urgência. (LEI, 13.104 de 2015, §7º)

O feminicídio de forma mais simples pode ser dito como a prática de violência contra a mulher pela simples razão da vítima ser mulher e pelo fato do seu cônjuge acreditar que tenha o domínio da sua companheira e que por isso ela o pertence, podendo assim tratá-la como quiser. Durante a pesquisa, foi possível perceber que não há nenhum tipo documental no processo de feminicídio que o diferencie dos demais. O Ministério

Público da Paraíba dá um destaque a partir da cor rosa aposta nas capas dos processos. A definição de feminicídio é dada no conteúdo do processo, desde o inquérito policial. Esta questão levanta um problema, tendo em vista que se o delegado, encarregado do caso, não reconhecer o feminicídio este processo constará apenas como homicídio sem sua especificação, cabendo ao Ministério Público revisão deste aspecto, podendo vir a agravar a pena do acusado.

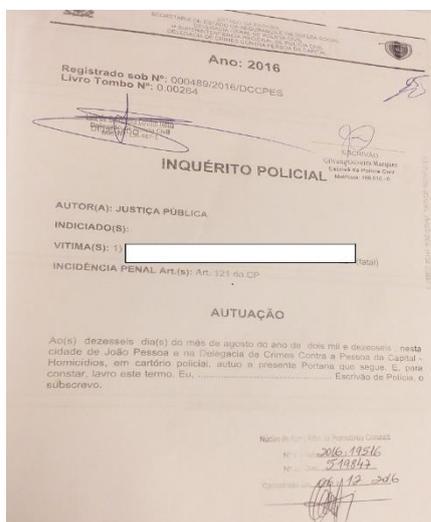
3.2 O Inquérito Policial

O inquérito advém do ato ou do efeito de inquerir que significa perguntar, interrogar ou de procurar informações. Ele é um tipo documental composto que abre o processo crime e é produzido pela Polícia Civil como autor principal, sendo preparatório da ação penal. Ressalte-se que para a produção do inquérito são necessárias outras vozes, tais como: o médico, os peritos da polícia técnica, testemunhas, e demais pessoas que darão subsídio na construção desta peça. É um procedimento administrativo, persecutório de caráter informativo e de natureza jurídica, destinado a apurar o ato delituoso, devendo descrever, de maneira mais completa possível, todos os fatos ocorridos, identificação da vítima, do acusado e das testemunhas, tendo como destinatário o Ministério Público. Porém, de acordo com o Código do Direito Penal no seu artigo 12 define: "o inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra", percebe-se que podemos ter processos crimes sem o inquérito[‡]. Como todo tipo documental o inquérito obedece a certos ritos processuais, a fim de garantir seu valor probatório, uma vez que a desobediência a estes atos pode diminuir ou mesmo findar o processo judicial, merecendo consideração no exame do mérito da causa. É importante ressaltar um elemento importante que deve acompanhar as atividades policiais na elaboração do inquérito: a cadeia de custódia que certifica a presunção de autenticidade dos atos realizados durante o levantamento das informações e dados para o inquérito. A cadeia de custódia é o controle para evidenciar, minuciosamente cada etapa, informando o que, quem e quando de cada atividade realizada, assegurando a integridade dos elementos probatórios. Neste aspecto, Machado (2020) explica "Também necessária a observância da cadeia de custódia em face de "elementos 'imateriais'

[‡] Não significa dizer que todo inquérito irá, obrigatoriamente se tornar um processo. A depender de caso a caso, o inquérito poderá ser arquivado com a paralisação da investigação.

registrados eletronicamente, como o conteúdo de conversas telefônicas, ou de transmissão de e-mail, mensagens de voz, fotografias digitais, filmes armazenados na internet etc.”

Figura 5: Inquérito policial



Fonte: Dados da pesquisa. Arquivo do Fórum Criminal (2022).

Os processos judiciais, principalmente os referentes aos crimes, podem vir a apresentar, no decorrer das atividades necessárias para esclarecer o fato criminoso (ouvir testemunhas, vítimas e acusados, proceder o exame de corpo de delito, realizar buscas e apreensões e acareações) obter objetos tridimensionais, haja vista que o ato delituoso é capaz de ter objetos os mais variados tamanhos e formas, atuando como provas dentro do processo.

Figura 6: Objeto tridimensional



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na imagem acima podemos ver um objeto tridimensional que foi utilizado em um delito, uma faca, que não possuía a finalidade convencional de uma arma de crime, mas que em decorrência de uma certa circunstância se tornou algo diferente do que foi criada para ser, ela se tornou uma prova de um crime e em decorrência disso se tornou um documento tridimensional. De acordo com Santos e Melo (2021, p. 28):

Os documentos tridimensionais são os quais a informação se encontra suportada em objetos tridimensionais, estes, no entanto, são transfigurados em documentos, uma vez que não foram criados para este propósito. Como exemplo: artefatos utilizados no decorrer das atividades de pesquisas desenvolvidas por um cientista, bem como revistas, livros, pertences pessoais, entre outros.

Se destaca, para a Arquivologia, que estes objetos possuem um contexto de produção e um contexto de acumulação que são diferentes. As provas, em sua maioria, foram retiradas do contexto de produção em que estavam inseridos e colocados no processo criminal, a fim de complementá-lo. Destarte, o objeto tridimensional ganha, o status de documento arquivístico pelo contexto de acumulação. Este são, a depender do seu dimensionamento, separados do restante do processo e guardados em depósitos judiciais, pois, não é cabível inseri-lo na parte documental, podendo ser acionado e apresentado por solicitação judicial. Sobre este ponto Santos (2018, p. 20) especifica que: “[...] os objetos tridimensionais [...] quando inseridos num conjunto documental, assumem além do valor de prova, ligação com outros documentos [...] dessa maneira incorporam relação orgânica com o acervo arquivístico”. O acolhimento deste tipo de material também se deve ao princípio da atipicidade das provas para ambos os lados (denunciado e denunciante), estabelecida no artigo 369 do Código do Processo Civil que estipula: “As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.” Desta forma, diversos objetos que estabeleça conexão entre os fatos ocorridos poderão compor o processo crime.

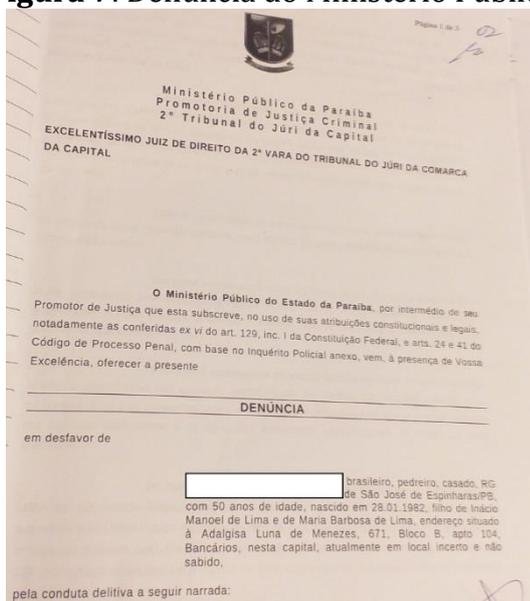
Neste sentido, cabe ao arquivista entender teoricamente as dimensões que circundam os documentos arquivísticos, percebendo que a chave metodológica dos arquivos é o contexto de produção e, principalmente o contexto de acumulação. Pois, a contextura do documento permite entender sua proveniência, sendo elemento fundador do fazer arquivístico. Com relação a conservação e preservação dos objetos

tridimensionais não foi averiguado sobre o assunto por não ser o foco principal desta pesquisa, apenas foi visto que eles são mantidos dentro de invólucros de plásticos resistentes e etiquetados.

3.3 A Ação Penal

O processo penal que foi analisado, se enquadra como ação penal pública incondicional, nela o Ministério Público, como titular da acusação penal, recebe o inquérito e dela poderá: oferecer denúncia para a juiz, solicitar arquivamento ou mais diligências, independentemente da vontade da vítima. Cronologicamente o inquérito policial é o primeiro documento a ser produzido no processo criminal, entretanto há uma divergência temporal entre o primeiro e o segundo documento constante no processo. Pois, seguindo a prescrição do Código do Processo Penal, o processo inicia-se com a denúncia do Ministério Público. Esta primeira peça anexa e apresenta o inquérito policial. Importante destacar que, com o início de um processo dá-se também começo dos prazos processuais, elemento importante para o andamento da justiça e que estão estabelecidos na legislação específica.

Figura 7: Denúncia do Ministério Público



Fonte: Dados da pesquisa. Arquivo do Ministério Público (2022).

A partir da denúncia e seu respectivo aceite para ajuizamento, o processo segue com diversas atividades e com a produção de diferentes tipos documentais. O Tribunal do Júri, agora legítimo autor do processo crime, encaminha as ações necessárias ao

desenvolvimento da ação penal. No caso distintivo de homicídio, incluindo-se o feminicídio, há a citação do indiciado que a partir deste momento é considerado réu no processo penal. A depender de cada caso a restrição de direitos e liberdades do réu poderá ser deflagrada, desde o inquérito policial ou *a posteriori*, (prisão decorrente de flagrante delito, preventiva ou temporária) no decorrer do processo criminal por solicitação do Ministério Público ou decisão do juiz. A prisão antes da sentença poderá ocorrer como medida cautelar entendida e necessária pela justiça para o bom andamento do processo nos casos de:

- Crimes dolosos com penas restritivas acima de quatro anos;
- Violência doméstica e familiar;
- Para garantir medidas protetivas de urgência:

A prisão preventiva somente poderá ser decretada quando houver prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

Figura 8: Processo criminal - Mandado de prisão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
2 TRIBUNAL DO JURI JOAO PESSOA
MANDADO DE PRISÃO Nº 0032792-65.2016.8.15.2002.0001
VALIDO ATÉ 20/03/2033

Numero do Processo: [REDACTED]
Classe Processual: 205 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assentada: 3370 - HOMICIDIO SIMPLES
Procedimento de Origem: 000489.2016.DCCPES - INQUÉRITO POLICIAL

O(A) Execlente [REDACTED] (a) JUIZ DE DIREITO [REDACTED] (a) com atuação notia) 2 [REDACTED] DO JURI JOAO PESSOA, na forma da lei, MANDA a qualquer agente ou autoridade a que este for apresentado que, em seu cumprimento e na forma da lei, pelas razões jurídicas abaixo adequadas, PREnda e RECOLHA à disposição deste Juizo no estabelecimento prisional adequado a pessoa abaixo qualificada:

[REDACTED] DE [REDACTED]

Tipo de Prisão: PREVENTIVA, Prazo: -, Pena: -, Regime: -, Fiança: -

Síntese da decisão: Com fundamento nos arts. 311 e 312, ambos do CPP, defio o pedido do Ministério Público e decreto a prisão preventiva do acusado [REDACTED] já qualificado, para regular cumprimento.

CUMpra-se, comunicando de imediato a este Juizo o Comarca de JOAO PESSOA, em 17/04/2017. Eu, [REDACTED] TÉCNICO JUDICIARIO, confere e subservevo, reconhecendo a assinatura da autoridade judicial que o mandou expedir.

Fonte: Dados de pesquisa (2022).

A finalização de um processo ocorre com a sentença. Segundo Nava (2020):

Após todo o percurso do processo, esse que discutia o direito de liberdade do indivíduo e, em contrapartida, o direito-dever de punir do Estado. A sentença vai ser o marco final do conflito principiológico no primeiro grau de jurisdição. O processo tem seu fecho com a sentença que tem características específicas, resultado da ação penal desenvolvida pelas agentes judiciais comprometidos com a aplicação da norma jurídica.

De acordo com o Código do Processo Penal a sentença deve proceder como um resumo de toda a ação penal, indicando: apresentação da acusação e da defesa, pontuar a

fundamentação legal para a decisão e fixará a pena imposta ao réu. Finalmente, como qualquer ação executada pelo Estado, ela deve ser publicada em Diário Oficial. É importante destacar que a finalização do processo penal, não significa o fim da produção documental sobre o réu. A complementação do processo criminal é a execução penal que produzirá um prontuário do preso na referida instituição carcerária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permite aos estudiosos entender a dinâmica de formação de um processo judicial, fazendo com que observem os documentos que o compõe e quais sujeitos processuais são responsáveis por sua construção. Esse desmembramento possibilita a compreensão do todo pelas partes. Em outras palavras, compreende um processo crime a partir dos elementos que o formam. Percebeu-se no decorrer do trabalho alguns elementos importantes que devem ser pontuados para o fazer arquivístico. Primeiramente, a institucionalização do crime de feminicídio não trouxe consigo a criação de um tipo documental específico, ou seja, dentro do processo crime não existe um documento específico que diga que ele é resultante do ato de feminicídio. Em nenhum dos processos analisados foi visto uma indicação em suas capas que deixasse claro que aquele determinado processo é enquadrado como feminicídio, entretanto, uma servidora do Fórum Criminal, durante uma conversa informal afirma que uma etiqueta identificadora existe, mas ela não estava presente nos processos que examinamos. Uma etiqueta na capa dos processos facilitaria uma melhor visualização dos processos crime enquadrados como feminicídio. Somente a existência de uma cor rosa sendo colocada nas capas dos processos não é de todo algo positivo.

Outra ressalva que podemos observar é que no sistema de controle de processos SISCOM utilizado pelo Tribunal de Justiça da Paraíba não existe uma classe específica de feminicídio, o que faz com que o crime seja enquadrado apenas como homicídio qualificado, o que é um fato preocupante, tendo em vista a necessidade da diferenciação deste tipo de processo dos demais e dificulta o processo de levantamento deste tipo de crime. Além de que foi percebido pouco material existente sobre a temática em si de feminicídio e com ligação a identificação tipológica de seu processo, sendo praticamente inexistente. O feminicídio é um crime na nossa estrutura patriarcal, perpetrado por homens que consideram as mulheres posses suas. Além disso, é um tema de pesquisa para

diversas áreas do conhecimento, tendo em vista que este trabalho partiu de uma investigação na área da linguística como explanado na nossa introdução.

Outro aspecto é a tramitação dos processos crimes que perpassam, no mínimo, por três diferentes instituições que produziram partes diferentes do processo, além dos agentes públicos envolvidos como por exemplo os advogados. Vale ressaltar as limitações que este trabalho teve, com as questões de acesso, muitos eram os números de processos que foram escolhidos para serem analisados, entretanto somente três, uma gama muito pequena foi possível de ser analisada. Os processos crimes também trazem a discussão dos objetos tridimensionais que estão presentes neles, que podem ser tema de outras pesquisas, entretanto, nesta ele não é foco e só foi apresentado de maneira superficial. Podemos observar ao longo da construção deste trabalho que o decorrer da criação de um processo crime e sua finalização é algo demorado, a maioria dos processos que pesquisamos no sistema de controle de processos, SISCOM, estavam sendo dados como “ativos”, ainda em andamento, ou seja, significando que o crime ainda estava sendo julgado e ainda poderia se levar anos para que uma sentença final pudesse ser atribuída e o processo fosse arquivado.

Estas considerações finais não se esgotam nesta abordagem realizada, pois embora o presente trabalho tenha alcançado os objetivos propostos e sanado à questão de pesquisa, ele não esgota todas as possibilidades de pesquisa do tema e ele possibilita novas pesquisas para outros tipos documentais que sejam de interesse para a área.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de, et. al. **Teoria Geral do Processo**. Rio de Janeiro: FGV. 2015

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Constituição, dispersão e reintegração de fundos Arquivísticos. In: SANTOS, Eliete Correia dos e SOUSA, Francinete Fernandes de. **Seminários de Saberes Arquivísticos: reflexões e diálogos para formação do arquivista**. Curitiba: Appris. 2013, p. 121 a 136.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. 54 p. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao_documental_aplicada.pdf. Acesso em: 21 de maio de 2022.

CAPEZ, F. *Curso de Processo Penal*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FUZER, Cristiane; BARROS, Nina Célia. Processo Penal como Sistema de Gêneros. In: **Linguagem em (Dis)curso**. Santa Catarina. V. 8, n. 1, p. 43-64, jan./abr. 2008

KICH, Tassiara Jaqueline Fanck; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Arranjo e descrição arquivística em processos judiciais. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**: Belo Horizonte. V.16, n.4, p.212-227, out./dez. 2011

MACHADO, Leonardo. **Pacote anticrime**: cadeia de custódia da prova penal. Consultor Jurídico. Disponível em: [http:// https://www.conjur.com.br/2019-dez-24/academia-policial-pacote-anticrime-cadeia-custodia-prova-penal](http://https://www.conjur.com.br/2019-dez-24/academia-policial-pacote-anticrime-cadeia-custodia-prova-penal). Acesso em 13 de junho de 2020.

MARQUES, Otacílio Guedes. Descrição Arquivística no contexto judicial: uma análise do acesso ao Patrimônio Documental no TJDF. In: **Documentação e Memória**. Recife: TJPE, v.3, n.6, pp.25-44, jan./dez.2013.

NAVA, Caio. **Entendendo a sentença no processo penal as decisões definitivas resultantes da atividade processual**. Jus. Disponível em: [http:// https://jus.com.br/artigos/61379/entendendo-a-sentenca-no-processo-penal](http://https://jus.com.br/artigos/61379/entendendo-a-sentenca-no-processo-penal). Acesso em 23 de junho de 2020.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virgínia Ferreira da. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. In: **Sociologias**: Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 244-259

SANTOS, M. E. O.; MELO, J. H. Objetos tridimensionais como documentos arquivísticos e documentais especiais: uma discussão teórica. **Revista Fontes Documentais**, v. 4, n. 1, p. 27-44, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/162414>. Acesso em: 23 maio 2022.

SANTOS, Maria Eduarda de Oliveira. **Objetos Tridimensionais sob Ótica de Documento Arquivístico: uma discussão teórica**. 2018. Monografia (Graduação em Arquivologia). Curso de Arquivologia, Universidade Estadual da Paraíba, 2018.

OBSERVAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER EM PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NA ÁREA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

NOTES ON THE PARTICIPATION OF WOMEN IN SCIENTIFIC PRODUCTIONS IN THE AREA OF INFORMATION SCIENCE

*Glenda Silva Rodrigues**
*Eliane Silveira Gonçalves***
*Rodolfo Almeida De Azevedo****
*Alice Silva Cerqueira*****
*Talia Raquel Oliveira Carvalho******

RESUMO

A participação das mulheres está presente em diferentes debates da comunidade científica. Sua presença é sentida em inúmeras atividades que contribuíram e contribuem para o avanço das ciências ao longo dos anos. Nas últimas décadas, tem-se notado que a representação feminina vem se intensificando. Partindo dessa percepção, esta pesquisa tem como objetivo apresentar, de forma quantitativa e qualitativa, a participação das mulheres na produção de dissertações e teses nacionais, entre os anos de 1972 e 2020, na área da Ciência da Informação. As metodologias utilizadas foram: Pesquisa Bibliográfica, a fim de identificar a Ciência da Informação e seus programas de pós-graduação no Brasil, além de dialogar brevemente sobre a inserção feminina nas produções científicas; e, Levantamento de Dados, para o mapeamento, de forma quantificável, da participação feminina nas dissertações e teses. Como fonte de acesso aos dados, foram utilizados os Repositórios Digitais dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. A partir da análise quantitativa e qualitativa dos resultados obtidos sobre a participação feminina (67% na produção de dissertações e 59% em teses na área de Ciência da Informação), constatou-se que as mulheres estão presentes de forma significativa no campo da Ciência da Informação desde 1972, mais expressivamente a partir da década de 2000.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Dissertação e Teses; Mulheres; Ciência.

ABSTRACT

Women's participation is present in different debates of the scientific community. Its presence is felt in numerous activities that have contributed and contributed to the advancement of the sciences over the years. In recent decades, it has been noticed that female representation has been intensifying. In recent decades, it has been noticed that the female representation has been intensifying. Based on this perception, this research aims to present, quantitatively and qualitatively, the participation of women in the production of national dissertations and theses,

* Arquivologia pela UFAM | glendarodrigues029@gmail.com.

** Mestre em Ciência da Informação IBICT | elianegoncalves@ufam.edu.br.

*** Especialização em Gestão Pública – IFAM | rodolfoazevedo@ufam.edu.br.

**** Bacharel em arquivologia – UFAM | alice.cerqueira20@gmail.com.

***** Graduanda de Biblioteconomia - UFAM | taliaraquel13@gmail.com.

between 1972 and 2020, in the area of Information Science. The methodologies used were: Bibliographic Research, in order to identify Information Science and its graduate programs in Brazil, as well as to briefly discuss the insertion of women in scientific productions; and, Data Survey for mapping, in a quantifiable way, the participation of women in dissertations and thesis. As a source of data access, the Digital Repositories of Post-graduate Programs in Information Science in Brazil were used. From the quantitative and qualitative analysis of the results obtained on female participation (67% in the production of dissertations and 59% in theses in the area of Information Science), it was found that women are significantly present in the field of Information Science since 1972, more expressively from the decade of 2000 on.

Keywords: Information Science; Dissertation and Thesis; Women; Science.

Submetido em: 27/04/2022

Aceito em: 26/05/2023

1 INTRODUÇÃO

A sociedade da informação é resultado de uma série de transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas em nível mundial. Momentos cruciais da história da sociedade, como a invenção da imprensa e as revoluções industriais, contribuíram para seu desenvolvimento. A produção do conhecimento acompanhou essas mudanças e a expansão de informação tornou-se fundamental para o mundo globalizado.

A expansão do conhecimento científico-tecnológico levou à intensa produção de informação principalmente no período pós-guerra, no século XX, gerando interesse e preocupação ainda maiores dos pesquisadores e pesquisadoras em relação à informação no que tange ao seu acesso, à guarda e à organização.

O Brasil tem apresentado grande evolução no campo científico nos últimos anos, conforme revela dados de uma pesquisa realizada pela *Web of Science* para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (2019), principalmente na área da graduação e pós-graduação. É um dos países da América latina com maior número de produções científicas, ligadas majoritariamente às intuições públicas de pesquisas. Desse modo, as dissertações e teses são essenciais nesse contexto de elaboração de novos conhecimentos no campo da Ciência da Informação.

O protagonismo das mulheres dentro da ciência no Brasil vem crescendo desde a sua inserção na educação superior e mais notoriamente a partir da década de 1970, quando, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o país passou a investir na pesquisa científica.

É importante destacar, todavia, que as mulheres cientistas necessitam de maior apoio, pois, além de atravessarem os caminhos turbulentos das pesquisas, como coordenadoras ou auxiliares nas investigações experimentais científicas, precisam contornar inúmeros obstáculos em sua formação.

O objetivo principal desta pesquisa é apresentar observações sobre as participações das mulheres nas dissertações e teses, entre os anos de 1972 a 2020, no campo da Ciência da Informação no Brasil, contribuindo para combater a invisibilidade das mulheres cientistas e para promover a divulgação de suas produções.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ciência da Informação e os programas de pós-graduação e suas dissertações e teses

A Ciência da Informação surgiu com a revolução científica e técnica após a Segunda Guerra Mundial. Sendo caracterizada como multidisciplinar, a Ciência da Informação abrange diversas subáreas do conhecimento e, por essa razão, é “relativamente nova se comparada com outras áreas”. Porém, apesar de ser definida como tal por alguns autores, é grande a contribuição que a área presta à sociedade no geral.” (ALVAREZ; CAREGNATO; 2017, p. 10).

De acordo com Viana (2016), a pesquisa brasileira é, em sua maioria, executada nos Programas de Pós-Graduação (PPGS). O que se nota é que a ciência produzida no Brasil e a Ciência da Informação fazem parte desse universo.

Os programas de pós-graduação têm objetivos específicos, no entanto, de modo geral, são criados com a proposta de formar profissionais de alto nível e favorecer o desenvolvimento de alunos que tenham foco em pesquisas científicas produtivas, contribuindo na sua formação acadêmica, profissional e pessoal. No decorrer dos cursos de mestrado ou de doutorado, as pesquisas realizadas dão origem a dissertações e teses.

Nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, há o Mestrado Acadêmico, o Mestrado Profissional e o Doutorado. Os Mestrados Acadêmicos têm como objetivo principal preparar o aluno, ao longo de dois anos, para seguir caminho acadêmico: desenvolver pesquisas, coordenar projetos de pesquisa e lecionar.

Os chamados Mestrados Profissionais têm como foco a preparação dos estudantes para a prática profissional, com o diferencial de enfatizar os estudos técnicos, objetivando alto nível de qualificação profissional. Pode-se dizer que:

a Capes aposta na soma do aspecto prático ao teórico, com ênfase em problemas externos à academia, porém com qualidade avaliada e atestada dentro dos rigores dessa (academia) para garantir programas de relevância para o país, além de sedimentar uma larga ponte de mão dupla entre a comunidade acadêmica e os demais setores da sociedade, que necessitam de estudos e pesquisas de qualidade, principalmente, aqueles relativos às atividades tecnológicas (SILVEIRA e PINTO, 2005, p. 39-40).

Os Doutorados - pós-graduação *stricto sensu* - ocorrem após o desenvolvimento de pesquisa ao longo dos anos de duração do curso de pós-graduação. O produto do curso, a tese de doutorado, é o que espelha toda a cooperação da pesquisa escolhida:

Uma tese representa a “pedra superior” do doutoramento. Seu término e a conseqüente defesa e aceitação estão intimamente associados com a conferência do grau de doutor. Sua intenção é representar as habilidades adquiridas e o conhecimento na aplicação de um projeto de pesquisa apropriado, a perícia do estudante em certa área de estudo e a sua contribuição original para o campo do conhecimento. (CUNHA, MARTINS, JR, p.10, 2008.).

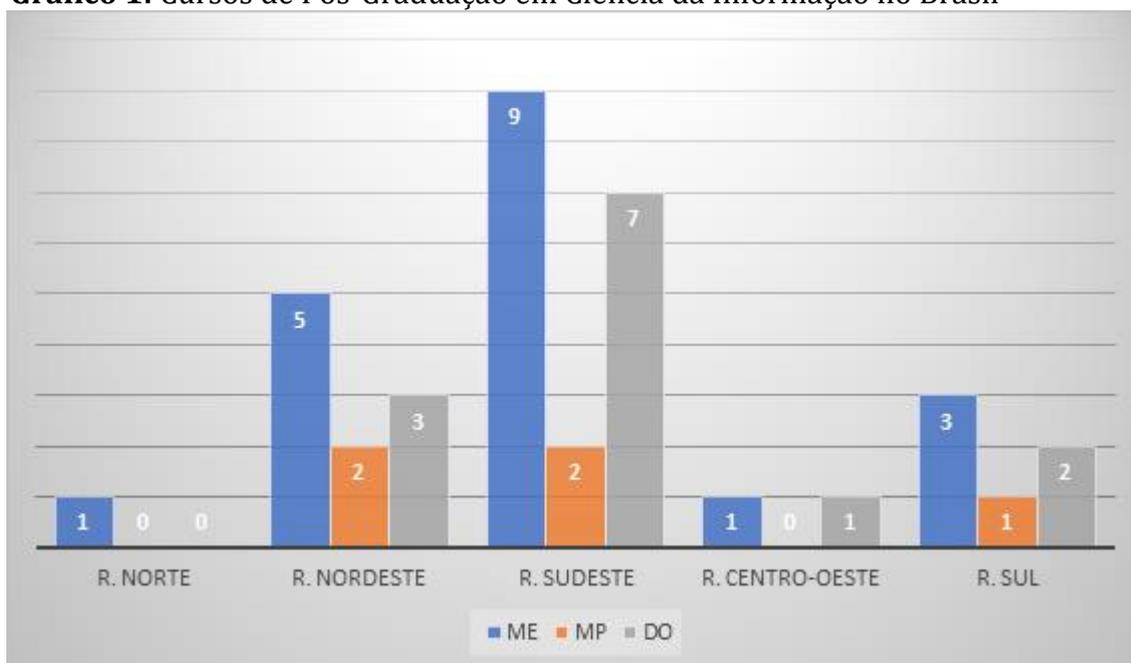
O que se percebe é que as produções finais dos cursos tanto de mestrado quanto de doutorado demonstram pesquisas realizadas a partir de procedimentos metodológicos e que podem e devem ser usados como referências para projetos futuros. Considerado como literatura cinzenta seus dados e discussões teóricas são demonstração de desenvolvimento de ciência produzidas no interior de cursos de pós-graduação das instituições de ensino.

- **Os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

Segundo o que foi examinado na plataforma Sucupira, há 27 programas de pós-graduação inseridos em Ciência da Informação com total de 40 cursos em Mestrados Acadêmicos, Mestrados Profissionais e Doutorado. No entanto, após examinar cada um dos programas, verificou-se que os programas vinculados à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e à Universidade Federal do Cariri (UFCA) não contêm a área básica da Ciência da Informação. Sendo os únicos programas nessa situação e não sendo inseridos no presente estudo, restando para o universo desta pesquisa um quantitativo de 25 programas com 37 cursos.

Logo, no Gráfico 1 estão apresentados apenas os cursos de pós-graduação em Ciência da Informação, cujas áreas básicas de atuação são em Ciência da Informação.

Gráfico 1: Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil



Fonte: Dados coletados na Plataforma Sucupira (2021).

A partir das informações coletadas na Plataforma Sucupira, os 37 cursos de pós-graduação em Ciência da informação estão distribuídos geograficamente nas cinco regiões do país e temos:

A região Sudeste apresenta 18 cursos aprovados entre os anos de 1970 a 2019. O primeiro programa de pós-graduação da região sudeste e o mais antigo do país está vinculado ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que atualmente está vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O último programa a ser aprovado está associado à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Verificou-se, através dos dados, que os programas de pós-graduação nessa região apresentam: 9 Mestrados Acadêmicos; 2 Mestrados Profissionais e 7 Doutorados. Entre todos os programas da região, o que apresentou a melhor avaliação no curso de Mestrado e Doutorado (nota 6) e a maior pontuação entre os programas de pós-graduação do país, de acordo com a Plataforma Sucupira, é o programa vinculado à Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Na região Nordeste, há, ao todo, 10 cursos de pós-graduação em Ciência da Informação, distribuídos em: 5 Mestrados Acadêmicos, 2 Mestrados Profissionais, 3 Doutorado. Os programas de mestrado e doutorado da Universidade Federal da Bahia são os mais antigos (mestrado aprovado em 2000 e, doutorado, em 2011) e o programa da Universidade Federal de Alagoas, o mais recente (mestrado, apenas, em 2019). Quanto à

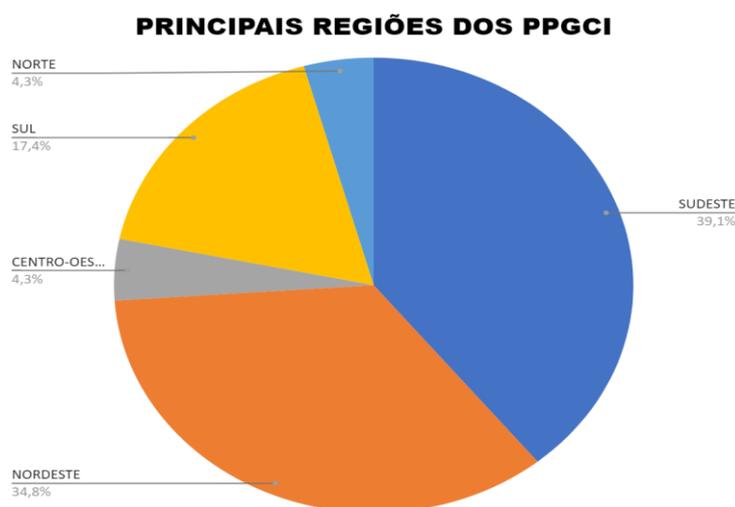
avaliação, três programas obtiveram nota 4, dois obtiveram nota 3 e o programa mais novo ainda não obteve nota.

Na região Sul, temos 6 cursos de pós-graduação em Ciência da Informação distribuídos em: 3 Mestrados Acadêmicos, 1 Mestrado Profissional e 2 Doutorados. O mais antigo programa é o vinculado à Universidade de Santa Catarina, cujo mestrado foi aprovado em 2000 e, o doutorado, em 2013. O mais novo programa é o vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com mestrado autorizado em 2019. Quanto às avaliações, os programas estão com notas de 3 a 5, havendo um programa sem nota, por ser recente.

Na região Centro-Oeste temos um programa de pós-graduação vinculado à Universidade de Brasília, trata-se de 1 Mestrado Acadêmico e 1 Doutorado. O programa de pós-graduação em Ciência da Informação iniciou com o mestrado em 1978, sendo o terceiro curso mais antigo. O doutorado foi aprovado em 1992. Atualmente o programa obteve nota 5.

E, por último, a região Norte, onde existe apenas um programa de pós-graduação em Ciência da Informação: mestrado aprovado em 2017. Na avaliação mais recente, obteve nota três.

Gráfico 2: Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil



Fonte: Gráfico criado com dados coletados na Plataforma Sucupira.

Seguindo a análise dos dados coletados, os três primeiros cursos de Mestrado em Ciência da Informação foram criados ainda na década de 1970, enquanto os cursos de Doutorado foram regulamentados nos anos de 1990. Nos anos 2000, 7 cursos foram

aprovados: 5 de mestrado e 2 de doutorado. No início de 2010, 17 novos cursos foram criados e, os últimos, em 2019.

Os cursos vinculados à Universidade Estadual Paulista obtiveram a melhor avaliação entre os cursos de pós-graduação em Ciência da Informação.

2.2 Observações sobre as Mulheres na ciência

No Brasil ocorreu um crescimento considerável no campo científico nos últimos anos, principalmente na graduação e pós-graduação e com o aumento na produção de conhecimento científico e sua expansão, contribuiu para bons resultados como a divulgação e ampliação de variadas áreas do conhecimento.

E com novas pesquisas sendo desenvolvidas, possibilita discussões e reflexões para a construção de novos caminhos em conhecimento científico e, desse modo, promovendo a expansão das áreas científicas e o Brasil vem se destacando nesse contexto apesar de todos os cortes financeiros que vem sofrendo ao longo dos anos.

Nesse universo de expansão da ciência no Brasil, há um crescente interesse dos brasileiros pelos cursos de pós-graduação. Entre esses, as mulheres estão em destaque nas pós-graduações, que, no passado, eram negligenciadas a tarefas de menor importância dentro da academia “A elas era limitada não só a oportunidade de estudar, mas também a de desenvolver atividades fora do âmbito doméstico já que essas atividades eram, principalmente entre a classe burguesa, consideradas degradantes e contrárias à vocação “naturalmente” feminina” (MOURÃO; GALINKIN, 2008, p. 02).

A participação feminina na produção acadêmica é fruto de debates e lutas tendo em vista que há poucos anos a mulher era tratada como um ser que “não teriam capacidade cognitiva para raciocinar e, portanto, se qualificar academicamente” (CONCEIÇÃO; PINHEIRO, 2020, p. 175). Atualmente, o número de mulheres inseridas no universo acadêmico vem se expandindo, fruto das diversas lutas que ocorreram e que ainda estão ocorrendo, em diferentes lugares do mundo, e que envolvem questões sociais, culturais e políticas. Essas lutas contribuem para que cada vez mais as mulheres se tornem agentes da sua própria emancipação e da evolução da sociedade.

No Brasil as lutas feministas se intensificaram no século XX, coincidindo com o avanço da ciência e a expansão das universidades, com suas graduações e pós-graduações. Esses, entre outros fatores, contribuíram para a inserção das mulheres no universo

acadêmico. Contudo, deve-se ressaltar que “embora haja crescente participação das mulheres nas atividades científicas no país, estas ainda não avançaram em cargos de lideranças e posições de destaque e reconhecimento”. (LIEVORE; LIEVORE, 2020, p. 128).

Fazem-se necessárias análises críticas sobre a relação das mulheres na ciência, pois diversas lutas, em diferentes partes do mundo, contribuíram para que as mulheres de hoje possam estar onde desejarem, entretanto, apesar de a opressão e a invisibilidade de outrora terem diminuído, ainda estão presentes nos dias atuais sob outras formas.

Agora, em pleno século XXI, este diálogo permanece indispensável, pois apesar das inúmeras conquistas femininas que permitiram que mais mulheres pudessem ocupar seu espaço na sociedade, ainda existe uma preservação e manutenção de estereótipos. (LIVORE; LIVORE; 2020, p. 153). No universo acadêmico ainda existe, em diferentes áreas, a ideia de que o campo científico é exclusivamente masculino.

Com os avanços científicos e da tecnologia cada vez mais acentuados em campos sociais, é natural que essas mudanças influenciem também a vida sociocultural e política da sociedade, instigando buscas por conhecimento, por direitos, por superar obstáculos. Ao longo da história político social da sociedade, esses avanços, buscas e mudanças provocaram transformações na sociedade e, em especial, para as mulheres, que atualmente são vistas como seres capazes de produzir, de liderar, de atuar em lugares. E desta forma:

ocorreram muitas mudanças em função da inserção das mulheres na ciência e elas vêm sendo estudadas de maneira precisa em diversas áreas do conhecimento. Atualmente, é possível perceber o número expressivo de mulheres em muitas universidades e instituições de pesquisa. (MELO; SANTOS; SILVA; NEVES, 2020, p. 183).

Esses números expressivos podem ser verificados em programas de pós-graduação nos cursos de mestrado e doutorado, como na área da Ciência da informação.

Na Ciência da Informação a participação das mulheres é significativa. Elas são responsáveis por produções com grande relevância dentro da área. Os resultados deste trabalho evidenciam o crescimento das produções femininas ao longo dos anos.

Não deixando de lado as lutas que as mulheres ainda travam dentro do espaço universitário, a presente pesquisa revela um prognóstico de mudanças na ciência, mais precisamente em relação às mulheres.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o propósito de atingir o objetivo geral desta pesquisa que é investigar a participação das mulheres como autoras em dissertações e teses do campo da Ciência da Informação em programas de Ciência da Informação de instituições públicas de ensino superior, foram utilizados diferentes procedimentos metodológicos.

O presente estudo tem natureza descritiva e explicativa, pois pretende-se apresentar mapeamento das autoras das dissertações e teses. Entende-se por natureza descritiva a que “tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (GIL, 2017, p. 26). Numa abordagem explicativa, após a coleta dos dados, será apresentada a compreensão do panorama da participação feminina nas dissertações e teses desenvolvidas em Ciência da Informação no Brasil.

Foi utilizada Pesquisa Bibliográfica - que “procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc.” (MARTINS; THEÓPHILO, 2016, p. 52) - visando apresentar o entendimento sobre Ciência da Informação e suas pós-graduações e a atuação da Mulher na Ciência. Realizou-se Abordagem Quantitativa e Qualitativa a fim de analisar as dissertações e teses do campo da Ciência da Informação no período de 1972 a 2020.

Para identificar o universo total das dissertações e as teses, foram coletados os dados iniciais dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação na Plataforma Sucupira, na lista dos programas de pós-graduação situados na área de Ciência da Informação.

Nessa primeira análise foram excluídos os programas de pós-graduação vinculados a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e o vinculado à Universidade do Cariri por não estarem inseridos na área básica da Ciência da Informação, como consta na Plataforma Sucupira.

Em uma segunda análise, foram excluídos 5 cursos de Mestrados e 2 cursos de Doutorado. Não foram inseridos: os cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado vinculados à Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC) por tratar-se de uma instituição privada, visto que a proposta da pesquisa é concentrar-se em instituições públicas; dois cursos de mestrados vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do

Sul e à Universidade Federal do Alagoas, por ainda estarem em fase de conclusão; e o curso de doutorado da Universidade de Londrina por falta de acesso aos repositórios digitais.

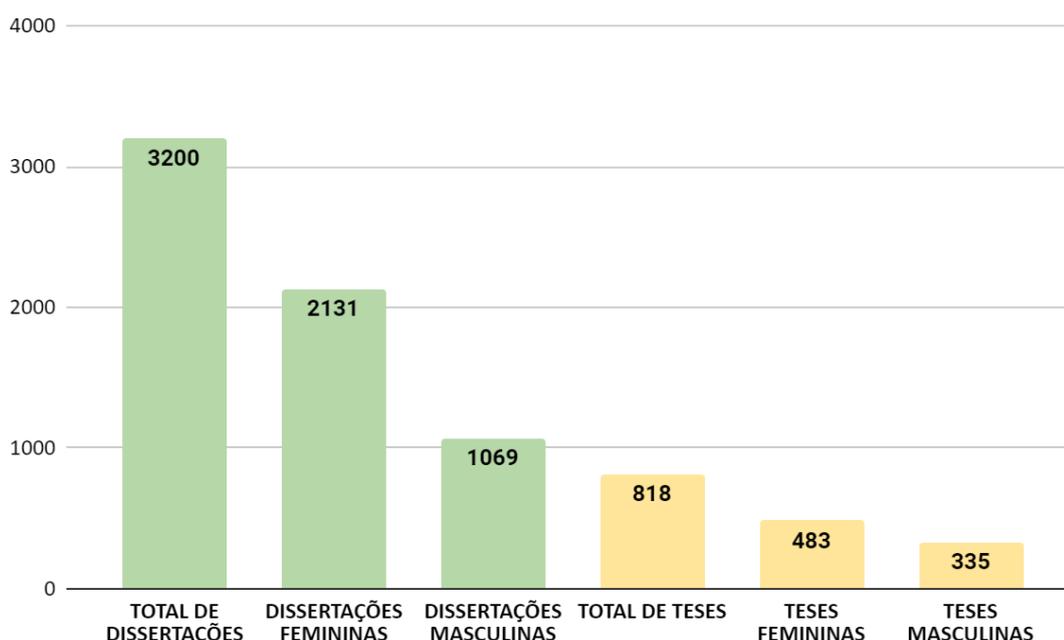
Dessa forma, os dados apresentados nesta pesquisa referem-se às informações de 25 programas de pós-graduação em Ciência da Informação com total de 30 cursos, entre Mestrados Acadêmicos, Mestrados Profissionais e Doutorados. Ressalta-se que, no decorrer das análises das dissertações, as mesmas não foram diferenciadas em Mestrados Acadêmicos e Mestrados Profissionais, por considerar-se que, apesar da diferença na estrutura, o objetivo final das dissertações tem a mesma importância para o conhecimento científico, contribuindo para a transformação da sociedade. Tem-se como marco teórico, neste estudo, o ano de 1972, quando as primeiras dissertações e teses na área de Ciência da Informação foram defendidas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Segue a apresentação dos dados coletados nos repositórios digitais dos cursos de Mestrados e Doutorados em Ciência da Informação entre os anos de 1972 e 2020.

O Gráfico 3 demonstra o que foi identificado nos repositórios digitais dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, selecionados para essa pesquisa e que constam na Plataforma Sucupira.

Gráfico 3: Universo total de dissertações e teses identificadas



Fonte: Gráfico realizado com dados coletados nos repositórios digitais dos programas de mestrado e doutorado em Ciência da Informação no Brasil.

O que se identifica no Gráfico 3, com base nos dados coletados, no primeiro momento, é a diferença quantitativa: 80% a mais de dissertações em comparação com as teses. Tal fato pode estar associado à quantidade de Mestrados em Ciência da Informação existentes no Brasil, que somam 19, entre Mestrados Acadêmicos e Profissionais, enquanto os cursos de Doutorados são ao todo 11.

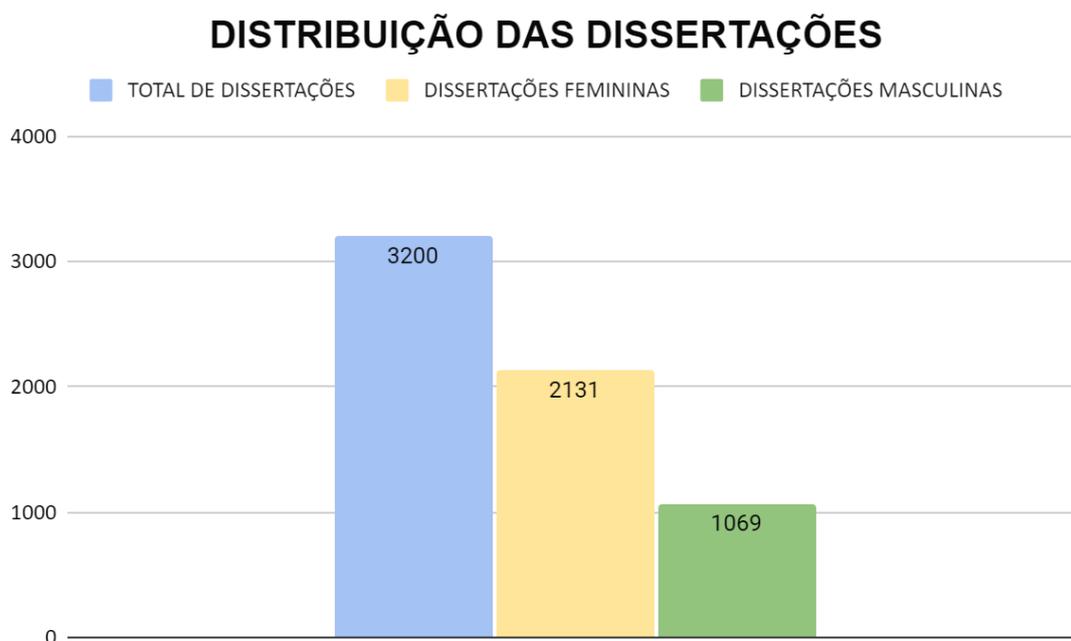
Sobre a atuação feminina, temos um elevado número de dissertações, maior do que de teses, o que também pode estar associado aos fatores já mencionados. De qualquer forma, esse seria um tema interessante para uma próxima pesquisa.

4.1 Observações sobre atuação feminina nas produções em dissertações e teses em Ciência da Informação no Brasil

- **Dissertações em Ciência da Informação**

Foram analisadas as dissertações selecionadas, produzidas nos cursos de Mestrados dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação. No Gráfico 4, observam-se os 25 programas de pós-graduação em Ciência da Informação:

Gráfico 4: Dissertações produzidas em programas de pós-graduação em Ciência da Informação



Fonte: Dados da pesquisa coletados em repositórios digitais dos cursos de Mestrados em Ciência da Informação - 1972 - 2020.

Examinando o Gráfico 4, em que estão apresentados o total de dissertações desenvolvidas entre os anos de 1972 e 2020 nos programas de mestrados, temos a confirmação da presença de Mulheres de forma consistente nos Mestrados. Esse gráfico mostra que 67% das dissertações produzidas foram realizadas por mulheres, enquanto 33% por homens. Esses dados comprovam o que vem sendo publicado na literatura sobre a presença feminina na pós-graduação.

Em se tratando de tempo, a pesquisa fez o corte temporal a partir do ano de 1972 por esse ser o ano das primeiras defesas de mestrados em Ciência da Informação no Brasil. O Curso do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) - criado em 1970 e sempre em convênio com outras universidades como Universidade Federal Fluminense (UFF) e atualmente Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ) - é considerado o pioneiro na introdução do conhecimento no país. Desde o início, a participação feminina estava presente não só no curso do IBICT como em tantos outros pelo Brasil, como já foi apresentado em gráficos anteriores.

O que identifica no Gráfico 5 é a expressão da participação feminina em produções de dissertações ao longo dos quase 50 anos desde o início da Ciência da Informação no território nacional.

Gráfico 5: Total de Dissertações Produzidas por Mulheres aos longos de 1972 a 2020



Fonte: Dados coletados em dissertações indexadas em repositórios digitais dos cursos de Mestrados em Ciência da Informação.

Pode-se inferir, com base nos dados apresentados no Gráfico 5, que as mulheres estão inseridas no processo de educação continuada desde a década de 1970, ainda que

no início até meados da década de 1990, fosse um quantitativo tímido. Os números se modificam no início da década de 2000: ocorre um aumento substancial, com uma queda apenas em 2020 que pode estar associada à pandemia do COVID 19, que teve reflexos em todo mundo, assim como em nosso país.

Esses números contêm um forte simbolismo, pois representam trajetórias de muitos debates e lutas para que as mulheres pudessem ter o direito de continuar seus estudos e seguir carreira em pós-graduação.

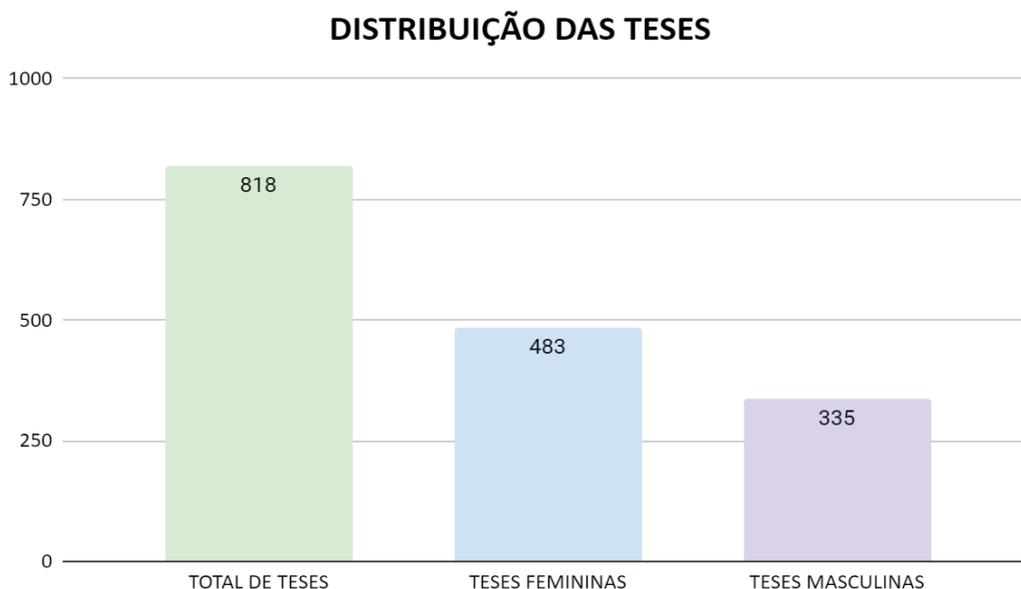
Apesar dos números expressivos, não podemos ter a ilusão de que tudo está ocorrendo positivamente em relação à participação das mulheres nas universidades e nos programas de pós-graduação. Ainda existem discriminações e invisibilidade no setor, principalmente em áreas como ciências exatas ou tecnológicas.

Teses em Ciência da Informação

Deste ponto em diante iremos observar as teses identificadas nos programas de pós-graduação em Doutorados em Ciência da Informação.

Observando o Gráfico 6, temos os números brutos de teses produzidas nos programas de pós-graduação nos anos entre 1972 e 2020.

Gráfico 6: Teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação



Fonte: Dados coletados nas teses de doutorado selecionados nos repositórios digitais em programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

Observa-se a diferença numérica entre as teses produzidas por mulheres e as produzidas por homens. As mulheres estiveram presentes na produção de 59% das teses

existentes nos programas de doutoramento em Ciência da Informação, conforme dados desta pesquisa. Apesar de ser uma diferença pequena em relação ao que foi produzida pelos homens, ainda assim é algo a ser analisado com satisfação.

Com base no Gráfico 7, no que concerne às datas em que as produções de teses foram concluídas, verifica-se o aumento na década de 2000, semelhante ao que ocorre com as dissertações.

Gráfico 7: Total de Teses Produzidas por Mulheres aos longos de 1972-2020



Fonte: Dados coletados nos repositórios digitais dos programas de pós-graduação em Doutorado em Ciência da Informação no Brasil.

Com base no Gráfico 7, questiona-se qual seria a razão do aumento de produção de teses na década de 2000. Seria este um fenômeno associado a fatores político social ou sociocultural ou os dois? Nesta pesquisa não temos como foco o aprofundamento deste questionamento, no entanto compreende-se que seja um fator instigante para pesquisa futura.

Apoiado no que foi analisado a partir dados coletados das dissertações e teses, a presença expressiva da participação feminina em pesquisa nos faz perceber que:

Ficou evidente a existência de um grande número de mulheres engajadas nas atividades científicas nacionais. O nítido avanço desse contingente de pesquisadoras na direção da busca por maior qualificação profissional aponta para um reconhecimento da participação feminina na criação da ciência. (CONCEIÇÃO; PINHEIRO, 2020, p. 296)

Entende-se que esse aumento significativo ao longo dos anos da participação das mulheres em pós-graduação na área da Ciência da Informação não significa que elas estejam livres das opressões, dos abusos e tantos outros ataques misóginos existentes no universo acadêmico. No entanto, isso mostra que mesmo com pedras no caminho as mulheres seguem firmes e fortes no propósito de estarem presentes onde quiserem e como quiserem.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa com o foco na participação das mulheres na produção de dissertações e teses nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, entre 1972 e 2020, trouxe apontamentos que podem ser considerados satisfatórios para o debate sobre a situação das mulheres nas universidades e na educação continuada.

Os resultados numéricos mostraram que as mulheres estão presentes em pesquisas de Mestrado e Doutorado, desde o momento em que as pós-graduações na área da Ciência da Informação começaram no Brasil. O outro ponto observado foi o aumento das participações na década de 2000.

A pesquisa iniciou com proposta de observar a inserção das mulheres nos programas de pós-graduação e terminou com inúmeros questionamentos como: qual o perfil dessas mulheres que participaram das pós-graduações? Quais os obstáculos encontrados por elas em sua trajetória na educação continuada? Por que existe o aumento na defesa de dissertações e teses na década de 2000? Essa presença expressiva ocorre em programas de pós-graduação de outras áreas?

O que se pode afirmar na pesquisa é que é fundamental compreendermos que a Ciência depende do fator humano para alcançar resultados e conclusões de um determinado tema, e para que aconteça com plenitude, é necessário também viabilizar e aceitar que as mulheres fazem parte desse protagonismo do processo de produção de conhecimento.

Nos debates atuais, é perceptível a atuação mais significativa das mulheres nos diferentes ramos da ciência e a participação feminina em produções científicas do campo da Ciência da Informação é muito relevante, uma vez que suas linhas de pesquisa e estudo apresentam as relações entre a informação e conhecimento e tendem a colaborar no desenvolvimento da sociedade. Dentro desse universo, as mulheres não são só

produtoras, mas também são consumidoras de informação e conhecimento já que é notório o envolvimento feminino cada vez maior nos debates científicos.

6 REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Mestrado profissional e mestrado acadêmico: aproximações e diferenças. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 823-841, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/1981-416X.17.053.A006>. Acesso em: 30 ago. 2021.

ALVAREZ, Gonzalo Rubén; CAREGNATO, Sônia Elisa. A ciência da informação e sua contribuição para a avaliação do conhecimento científico. **Biblos: Revista do instituto de ciências humanas e da informação**, [s.l.] v. 31, n. 1, p. 9-26, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56163>. Acesso em: 27 ago. 2021.

CONCEIÇÃO, Josefa Martins da; TEIXEIRA, Maria do Rocio Fontoura. A produção científica sobre as mulheres na ciência brasileira. **Revista Contexto & Educação**, [s.l.], v. 35, n. 112, Set./Dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/8231>. Acesso em: 30 ago. 2021.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; CORNACHIONE JR., Edgard B.; MARTINS, Gilberto de Andrade. Pós-graduação: o curso de doutorado em ciências contábeis da FEA/USP. **Revista Contabilidade & Finanças**, [s.l.], v. 19, n. 48, p. 6-26, set/dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/xsDqkmsh6jwFqp9QbrTtW7F/abstract/?format=html&top=previous&lang=pt#>. Acesso em: 30 ago. 2021. BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; CURSOS avaliados e reconhecidos. **Plataforma Sucupira**, 2020. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf;jsessionid=Lttq7xOsHttNq8v-uGJtotzM.sucupira-204?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60700009>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 173 p. LIEVORE, Caroline; LIEVORE, Maria Eduarda; SALLES, Virgínia Ostroski (org.). Presença Feminina na pesquisa brasileira: a quebra de paradigmas. In ____ **Mulheres na pesquisa: reflexões sobre o protagonismo feminino na contemporaneidade**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. *E-book*. (363 p.). (Coleção Singularis, v.11). Disponível em: <https://www.cecierj.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/Ebook-Mulheres-na-pesquisa.pdf>. Acesso em 30 ago. 2021.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MELLO, Débora Amaral Taveira *et al.* Virgínia Ostroski (org.). **Mulheres na divulgação científica: a voz feminina na popularização da ciência**. In ____ **Mulheres na pesquisa: reflexões sobre o protagonismo feminino na contemporaneidade**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. *E-book* (363 p.). (Coleção Singularis, v.11) Disponível em: <https://www.cecierj.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/Ebook-Mulheres-na-pesquisa.pdf>. Acesso em 30 ago. 2021.

McGREGOT, E. e HARDING, S. "**Science By Whom?**" The Gender Dimension of Science And Technology. Unesco, World Science Report. 1996. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/science-technology/prospective-studies/unesco-science-report/world-science-report-1996/>. Acesso: 15 abr. 2021.

Galink, A. L. & Santos, C. (2010). Gênero e psicologia social: interfaces. Brasília, DF: Technopolitik. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/v6X4NdsLGPx7fmpJBCWxsdB/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

PAUGAM, S. (Org.) **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

PINTO, Felipe Chiarello de Souza; SILVEIRA, Vladmir Oliveira da; Reflexões necessárias sobre o mestrado profissional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [s.l.], v. 2, n. 4, p. 38-47, jul. 2005. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/76>. Acesso em: 30 ago. 2021.

VIANA, Andreia Soares. **Temáticas das teses dos programas de pós-graduação em ciência da informação nível seis na capes**. 154 f. Dissertação (Mestrado em ciência da informação) - Escola de ciência da informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AE3JQF>. Acesso em: 30 ago. 2021.

WEB OF SCIENCE GROUP. **A pesquisa no Brasil**: promovendo a excelência. Relatório Técnico. [s.l.]: 2019.

PATRIMÔNIO CULTURAL DE RONDÔNIA: um acervo social

CULTURAL HERITAGE OF RONDÔNIA: a social collection

*Joliza Fernandes**

*Edson Cavalcante***

*Maria Fernanda Vasconcelos****

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma proposta para o mapeamento do patrimônio cultural do estado rondoniense. Não se trata de um evento isolado, uma vez que é parte de um projeto para a criação de uma base de informação cultural no ambiente multimídia com vistas à sua preservação e ampla disseminação. Para tal, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, com a finalidade de conhecer e reunir algumas das manifestações culturais que constroem a memória da sociedade rondoniense. No intuito de delimitar o projeto à identificação do patrimônio cultural em Rondônia, utilizamos as legislações do IPHAN – a Lei nº 3.924, que estabeleceu as bases para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; e o Decreto nº 3.551/2000, que regulamenta a proteção do patrimônio cultural imaterial, estabelecendo diretrizes para a sua identificação, documentação, salvaguarda e promoção – que estabelecem duas categorias de patrimônio: patrimônios culturais materiais e patrimônios culturais imateriais. A partir destas, foram estabelecidas as subcategorias: bens tombados, bens em tombamento e os bens culturais com tradição. Para o tratamento das informações utilizou-se a fundamentação da CDU, da indexação pós-coordenada e da catalogação. Como resultado, são apresentados e discutidos alguns bens materiais e imateriais do estado de Rondônia, com informações pertinentes sobre cada um deles. Conclui-se que o mapeamento cultural ora proposto, oferece uma visibilidade dos bens culturais materiais e imateriais de uma região, disponibilizando informações capazes de instrumentalizar pesquisas e consultas sobre o tema.

Palavras-chave: patrimônio cultural; Rondônia; Bens culturais materiais; Bens culturais imateriais; Sistema de informação cultural.

ABSTRACT

This article aims to present a proposal for mapping the cultural heritage of the state of Rondônia. This is not an isolated event, since it is part of a project to create a cultural information base in the multimedia environment with a view to its preservation and wide dissemination. For this, an exploratory research with a qualitative approach was developed, with the purpose of knowing and gathering some of the cultural manifestations that build the memory of Rondonian society. In order to delimit the project to the identification of cultural heritage in Rondônia, we used the IPHAN legislation – Law nº 3.924/1961, which established the bases for the protection of the national historical and artistic heritage; and Decree No. 3,551/2000, which regulates the protection of intangible cultural heritage, establishing guidelines for its identification,

* Pós-doutorado na Universidade Federal de Pernambuco | jolizahunir@gmail.com.

** Mestre em Comunicação - UFPI | eds_caval@yahoo.com.br.

*** Graduada em Biblioteconomia UFRO | fernanda.guapore@gmail.com.

documentation, safeguarding and promotion – which establish two categories of heritage: material cultural heritage and intangible cultural heritage. From these, the subcategories were established: listed assets, listed assets and cultural assets with tradition. For the treatment of information, the foundations of the CDU, post-coordinated indexing and cataloging were used. As a result, some tangible and intangible assets of the state of Rondônia are presented and discussed, with relevant information about each one of them. It is concluded that the proposed cultural mapping offers a visibility of the material and immaterial cultural assets of a region, providing information capable of instrumentalizing research and consultations on the subject.

Keywords: cultural heritage; Rondônia; Material cultural goods; Intangible cultural assets; Cultural information system.

Submetido em: 07/05/2023

Aceito em: 19/06/2023

1 INTRODUÇÃO

A capital rondoniense, Porto Velho, tem 107 anos de vida. Um significado na busca de maturidade social para qualquer capital com esse tempo de existência, se comparando a poucas capitais no Brasil. Além disso, seu valor se reflete também no acúmulo de muitas particularidades – levando em consideração suas distintas etapas de povoamento e variações cíclicas de desenvolvimento sazonal – que culminou nos últimos anos com a migração barrageira para o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (ALVES; THOMAZ JÚNIOR, 2012) e as levadas não aleatórias de imigrantes haitianos e venezuelanos (CONTIGUIBA; PIMENTEL, 2014). Nesse panorama, houve um processo acelerado de transformações socioculturais, que, segundo ainda Contiguiba e Pimentel (2014, p. 35), “pode ser definida como a dicotomia entre a cidade simples e sociedade complexa”, marcadamente em processo de urbanização e com a incorporação de elementos fetichistas da sociedade de consumo, o que significativamente deslocou ainda mais a busca de uma identidade cultural, haja vista a incorporação de hábitos inexistentes e a inserção de tecnicidades que modificaram o *continuum* das relações tradicionais com a nova realidade emergente (BAUDRILLARD, 2005).

Rondônia é um espaço de afirmação de diferenças socioculturais, onde diversas práticas e imaginários são vivenciados diariamente pelas correntes migratórias. Essa diversidade cria uma tessitura complexa de manifestações culturais, coexistindo com a tradição indígena amazônica. Nesse contexto, ocorrem trocas simbólicas entre as diversas redes de sociabilidade presentes no mesmo espaço físico, compartilhando percepções de símbolos, linguagens, costumes e práticas. Essas interações moldam e são moldadas por

uma dinâmica de interações culturais. Por outro lado, a disponibilização da informação no espaço multimídia é cada vez mais evidenciada no que diz respeito à valorização das culturas, pois permite conhecer diferentes manifestações culturais dos mais diferentes povos. Neste canal, é possível disponibilizar registros sobre festividades, eventos, vestuário, culinária, idiomas, entre outros, utilizando imagens, vídeos e produções bibliográficas.

Para Souza (2015, p. 15), no entanto, a recuperação desse material para organização e disseminação no ambiente multimídia é realizada de “forma aleatória, uma vez que inexistem, nos ambientes digitais, alguns requisitos necessários para a disponibilização relativos e relacionados à cultura”, sobretudo quando essa realidade é focada na região amazônica, considerada carente nesse aspecto.

Os mapeamentos culturais servem como forte subsídio para a fomentação de políticas públicas voltadas para as comunidades distantes do eixo comercial do país, uma vez que permitem unir as informações oficiais disponíveis com a realidade próxima das comunidades assistidas, que em muitos levantamentos oficiais são invisibilizadas por correntes, ideológicas ou não, contrárias à divulgação de informações.

Diante disso, esse estudo buscou responder ao seguinte questionamento: **qual a realidade atual do patrimônio cultural tangível e intangível existentes em Rondônia e os possíveis benefícios da elaboração desse mapeamento cultural para o estado?**

Mapear o patrimônio cultural em Rondônia apresenta grandes desafios na administração pública de cultura, pois envolve identificar tanto o patrimônio material quanto o imaterial, as peculiaridades, tradições e o valioso capital humano com suas práticas culturais transmitidas ao longo das gerações nesse território federal, que muitas vezes não receberam a devida atenção para preservação, tornando ainda mais desafiador compreender os processos culturais estabelecidos historicamente e as relações formadas pela população local. No estado, existem duas legislações específicas sobre a salvaguarda do patrimônio cultural: a) Lei Estadual nº 1.126/2002: Instituiu o Conselho Estadual de Cultura de Rondônia e estabeleceu normas para a proteção do patrimônio cultural material e imaterial no âmbito do estado; b) Decreto Estadual nº 5.082/1999: Estabeleceu normas de proteção ao patrimônio cultural no estado de Rondônia, definindo diretrizes para a preservação e a promoção do patrimônio material e imaterial.

No entanto, essas leis, quando observadas na prática do seu rigor, parecem demonstrar ser ineficientes quanto ao alcance dos seus objetivos, tanto no que diz respeito à divulgação quanto à preservação dos bens. Daí então, a necessidade e a importância de um mapeamento cultural no estudo.

1.1 A importância do mapeamento

Segundo Souza (2003, p. 2), os gestores culturais comumente realizam projetos de políticas públicas contemplando todas as vertentes, mas, em diversas ocasiões, só dialogam com artistas e manifestações mais consagradas, excluindo outras celebrações legítimas que também se encontram no mesmo território.

Essa exclusão e de outras manifestações culturais – que muitas vezes são mais populares e presentes nas comunidades – pode levar a um processo de homogeneização cultural e de apagamento de especificidades locais. Isso pode comprometer a diversidade cultural do país e dificultar a promoção de políticas públicas inclusivas e efetivas. Portanto, os mapeamentos culturais são ferramentas importantes para garantir que todas as manifestações culturais sejam consideradas e valorizadas nas políticas públicas, promovendo assim a diversidade e a inclusão cultural. Um mapeamento deste porte propicia identificar tendências culturais na região rondoniense, o que serviria para orientar planos, decisões e os caminhos possíveis das práticas culturais locais (CARVALHO; PINA; SANTOS, 2000). Estes autores e Souza (2003) concordam que, além disso, permitiria detectar demandas explícitas e “ocultas” na localidade, que não aparecem no cronograma oficial, mas que uma vez identificadas poderiam impulsionar práticas culturais mais conectadas com a realidade, o que proporcionaria uma maior articulação entre os diversos movimentos e grupos culturais.

Nesse sentido, a importância deste estudo para a comunidade acadêmica residiria na capacidade do mapeamento cultural de ampliar o conhecimento acerca da cultura local – revelando a riqueza e a diversidade das atividades culturais presentes no município – além de aspectos ocultos que podem escapar em um primeiro momento em uma avaliação superficial (STEWART, 2010). Para que o patrimônio cultural seja identificado e apresentado com mérito, fixou-se como objetivo geral da pesquisa: mapear o patrimônio cultural (material e imaterial) do estado de Rondônia com a finalidade de identificar e

verificar a situação deles, bem como divulgá-los na grande rede de maneira ordenada e de fácil acesso.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL: BENS MATERIAL E IMATERIAL NUMA PERSPECTIVA CONCEITUAL E INSTITUCIONAL

O patrimônio cultural rondoniense foi sendo construído a partir das diversas culturas migratórias no estado, que enriqueceram sobremaneira os aspectos da região, tanto no quesito social quanto econômico e político, fruto das manifestações de cada povo aqui instalado que traziam em seu bojo técnicas, artefatos e costumes que juntos contribuíram para a construção de um legado cultural rico no seio da região amazônica.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2023), a partir da definição na constituição de 1988, artigo 216, conceitua “patrimônio cultural como sendo os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Na legalidade da constituição (BRASIL, 1988), acrescentam-se ao conceito de patrimônio cultural formas de expressão, modos de criar e viver, criações científicas, artísticas e tecnológicas, assim como, conjuntos urbanos e sítios arqueológicos. A definição legal reconhece a diversidade de memórias e culturas em um país, região ou povo, contribuindo para um rico patrimônio cultural. Isso se manifesta em costumes, manifestações populares e monumentos históricos carregados de memórias. Na busca por uma categorização abrangente do patrimônio cultural, que englobasse todas as suas formas e nuances, o IPHAN (2020) classificou oficialmente o patrimônio cultural em dois pilares: material e imaterial, com a legalidade necessária para proteção dos bens.

Desta forma, pode-se identificar patrimônio cultural material como sendo bens imóveis, “como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos” (IPHAN, 2020). A constituição de 1988 prevê e regulariza, a preservação e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, estabelecendo que é de responsabilidade dos estados e municípios preservar e proteger esse patrimônio (BRASIL, 1988). A lei nº 3.924 de 1961, a Lei de tombamento, é uma das mais importantes que se referem a este contexto de

preservação e proteção destes bens, cujo conteúdo estabelece que os bens materiais podem ser tombados pelo IPHAN, além de oferecer uma lista de bens materiais considerados patrimônio cultural brasileiro.

Em relação aos bens imateriais, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2003), enquanto organizadora responsável por estes bens, os define como “práticas, representações, expressões, conhecimentos e habilidades - junto com instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que estão associados, como comunidades e grupos.” O patrimônio imaterial é considerado pela UNESCO um bem intangível e indispensável para a diversidade cultural do planeta e assegura o desenvolvimento sustentável, considerando que nos costumes de um povo estão as práticas de manutenção da vida e tradições, elementos que contribuem o fortalecimento da identidade cultural e a promoção do diálogo intercultural. Essas práticas são transmitidas de geração para geração dentro dos povos e comunidades.

O decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000 (IPHAN, 2023), institui o registro de bens culturais imateriais que constituem o acervo brasileiro, criando o programa nacional do patrimônio cultural imaterial para regimentar e regulamentar as ações sobre esse patrimônio. Ele incluiu como bens imateriais diversas práticas culturais, tais como dança, rituais religiosos, músicas, literaturas, conhecimentos cotidianos das comunidades, artes, culinária, enfim, tudo que reflete a identidade de um povo. Diante do exposto, pode-se conferir que as leis, decretos e instituições responsáveis por estes bens asseguram que a salvaguarda deles é delegada aos estados e municípios, que têm a responsabilidade de identificar, documentar, promover, proteger, preservar o patrimônio cultural material e imaterial em sua jurisdição.

Em relação ao cadastro dos bens no IPHAN para preservação e proteção, é importante destacar duas formas de ações neste processo: o tombamento e o registro, que, embora pareçam a mesma atividade, são completamente diferentes na natureza e na atuação. Segundo a lei de tombamento (nº 3.924/61), é considerado no bem o valor histórico, artístico, cultural, paisagístico e/ou arquitetônico para sua preservação e proteção. Para iniciar o processo de tombamento é realizado um estudo técnico e histórico do bem com a finalidade de verificar a relevância do mesmo em relação ao seu valor cultural. Se for decretada sua relevância de acordo com itens legais, então o bem será incluído na lista dos bens considerados patrimônio cultural brasileiro, passando a ter uma série de obrigações e limitações de uso (IPHAN, 2023).

No que diz respeito ao registro, também é uma atividade administrativa realizada pelo IPHAN com o objetivo de preservar e proteger o bem cultural, mas não possui as mesmas restrições e obrigações existentes no tombamento. Neste processo, as ações são direcionadas para os bens culturais imateriais, onde efetivam a identificação e a legalização desses bens, auxiliares na formação da identidade cultural de um povo, mas sem os aspectos físicos para um tratamento de tombamento como os bens materiais, servindo apenas para o reconhecimento de sua importância no contexto de um povo (IPHAN, 2023). Isto posto, salienta-se que o tombamento é um processo de preservação e proteção dos bens culturais materiais e o registro é um processo para a preservação dos bens culturais imateriais, sendo duas ações que se complementam para o bem da memória do povo brasileiro.

O patrimônio cultural brasileiro faz parte do povo, é o povo. Se constitui na memória viva dos que vivem com a lembrança latente dos que se foram, numa engrenagem que se perpetua de geração para geração. Por isso, governos e sociedade civil são responsáveis pela sua preservação e proteção dos mesmos, com a finalidade de preservar a identidade cultural, para que seja possível a compreensão clara de quem somos, de onde viemos e para onde vamos, numa trajetória plena.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa é resultado de estudos de iniciação científica - PIBIC com alunos da Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, que, desde 2015, vem integrando conteúdos sobre bens patrimoniais para valorizar a cultura rondoniense. Os resultados ora apresentados compreendem parte da etapa que aconteceu durante o ano de 2016. Para tal, o trabalho foi desenvolvido pela modalidade de pesquisa exploratória – cujo objetivo é reunir dados, informações, padrões, ideias ou hipóteses sobre um problema ou questão de pesquisa –, considerando tornar o problema apresentado explícito ou procurar padrões que tenham a possibilidade de gerar um diagnóstico amplo e analítico (BRAGA, 2007, p. 25).

Quanto à abordagem, optou-se pela pesquisa qualitativa, uma vez que ela não se preocupa com representatividade numérica (OLIVEIRA, 2002), mas sim com a compreensão das informações sobre o patrimônio cultural de Rondônia, para conhecer,

analisar suas condições e reunir parte das manifestações culturais que constituem a sociedade rondoniense.

3.1 Procedimentos técnicos

A pesquisa documental foi o primeiro momento de execução do projeto, com o propósito de recolher informações prévias sobre os temas propostos e verificar o panorama atual do patrimônio cultural tangível e intangível existente em Rondônia. Nesta etapa, foram utilizadas obras relacionadas aos seguintes temas: patrimônio cultural material e imaterial e legislação voltadas para os bens culturais.

3.1.1 Identificação das áreas temáticas para mapeamento

No intuito de organizar as informações recuperadas do patrimônio cultural de Rondônia, foram utilizadas como aporte inicial as duas principais categorias de patrimônio cultural, promulgadas pela constituição (1988) e conferidas pela UNESCO (2003) e pelo IPHAN (2023), a saber: Patrimônio Cultural Imaterial e Patrimônio Cultural Material.

Adotou-se os conceitos de SOUZA (2015), UNESCO (2003) e IPHAN (2016) em relação às duas categorias: “patrimônios imateriais” como sendo práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, inclusive os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais de referência para tais representações; e “patrimônio material” como bens materiais, edificados e considerados memória da história de um país, que estão divididos em bens móveis e imóveis conforme sua natureza. Partindo dessas categorias principais, foram criadas quatro subcategorias para cada uma delas: a) **Bens tombados** – entende-se aqui como os bens materiais inseridos na lista do IPHAN, ou órgão estadual ou municipal, dos Bens Materiais do Patrimônio Cultural Brasileiro para fins de preservação e proteção legal; b) **Bens em tombamento** – entende-se aqui como os bens que estão em processo de regularização para sua identificação oficial como patrimônio cultural brasileiro nos órgãos responsáveis; c) **Bens Registrados** - entende-se aqui como os bens imateriais com registro legal na IPHAN, ou órgão estadual ou municipal, como Bens Imateriais do Patrimônio Cultural Brasileiro para fins de preservação da identidade cultural; d) **Bens culturais com tradição** – definidos aqui

como bens que não têm regularização nos órgãos responsáveis e nem estão em processo de regularização, mas são manifestações do povo, que tem a representatividade cultural.

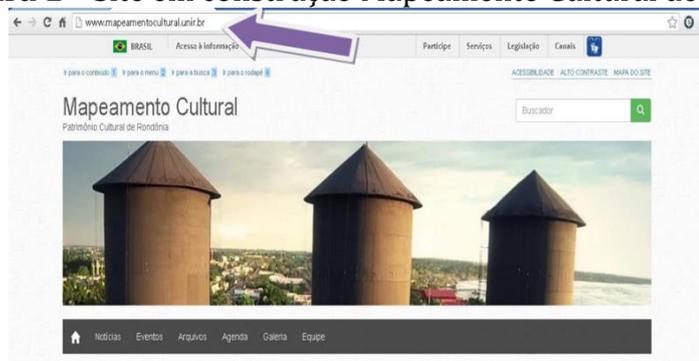
3.1.2 Gestão e tratamento das informações recuperadas

Nesta ação foram definidos os instrumentos para a representação temática em nível de classificação e indexação, sendo utilizada como parte facilitadora dos processos para a disponibilização e acesso das informações na grande rede por meio do *site* criado. Assim, o processo de representação foi definido da seguinte forma: a) **Classificação**: Os assuntos mais gerais e as categorias foram balizadas pelas tabelas de Classificação Decimal Universal – CDU, como forma de padronizar os termos adotados; b) **Indexação**: A política de indexação adotada segue os seguintes princípios: a) indexação pós-coordenada, utilizando descritores unitermos elaborados a partir de termos simples e/ou compostos; b) uso da linguagem natural, considerando que o site é de acesso aberto e a recuperação ocorre por meio de motores de busca na internet; c) com ênfase na especificidade, com a elaboração de 6 a 10 termos indexadores para cada patrimônio trabalhado.

3.1.3 Sistema de informação virtual: site Mapeamento Cultural de Rondônia

Para a criação do sistema de informação, adotou-se um site institucional da UNIR, cuja plataforma atende de forma satisfatória o acondicionamento das informações para futura disponibilização no ambiente virtual. Decidiu-se como nome do sítio: www.mapeamentocultural.unir.br, conforme figura abaixo:

Figura 1 – Site em construção Mapeamento Cultural de Rondônia



Fonte: Site confeccionado na Pesquisa www.mapeamentocultural.unir.br

Para a construção do site, houve um treinamento dos alunos PIBIC promovido pelo setor de Tecnologia da Informação/TI da instituição, onde foi possível conhecer o manuseio do mesmo para inserção das informações. Logo após, foi estabelecida a forma de apresentação da *homepage* bem como a organização das informações na estrutura do site. A parte tecnológica do sistema ficou de responsabilidade da TI da UNIR, a qual não será apresentada neste artigo por não ter sido o mérito deste recorte da pesquisa.

3.1.4 Coleta de dados

Como instrumento de coleta, elaborou-se um formulário específico para obtenção de dados nesta etapa da pesquisa, considerando que a pesquisa teve ao longo dos anos, de 2015 até o presente momento, outras etapas de coletas utilizando diferentes instrumentos, para atender aos objetivos de cada etapa. O formulário foi constituído com 30 questões, sendo 18 abertas e 12 fechadas, com formatação para coletar informações históricas, legais e de imagens, como vídeos e fotografias. Para validar o instrumento, foi realizado um pré-teste em março de 2016, na coleta de um bem material e um imaterial. Neste processo, foram reajustadas algumas questões e, logo após, colocado em uso no desenvolvimento desta etapa de coleta. De posse do instrumento validado, realizou-se no período de maio a agosto/2016 a pesquisa de campo com um levantamento de informações bibliográficas e documentais, nas bibliotecas locais e virtuais e na secretaria de cultura do município, bem como nos sites governamentais, culturais e particulares que trabalham com o tema “cultura”, a fim de coletar as informações necessárias sobre bens culturais do estado de Rondônia. Assim, com dados coletados nesta etapa de pesquisa, pode-se apresentar os seguintes bens culturais trabalhados para este recorte: a) Patrimônio Cultural Imaterial: **Bens Culturais com Tradições**: Duelo da Fronteira, Baião de dois, Banda do Vai Quem Quer; b) Patrimônio Cultural Material: **Bens Tombados**: Forte Príncipe da Beira.

4 APRESENTAÇÃO DOS BENS CULTURAIS DE RONDÔNIA

Nesta seção iremos apresentar os bens culturais (Patrimônio Cultural Imaterial e Material) localizados na pesquisa.

4.1 Patrimônio cultural imaterial

Em relação à categoria do Patrimônio Cultural Imaterial, nenhum bem cultural foi encontrado com registro oficial nos órgãos responsáveis pela cultura do estado e municípios de Rondônia. Nessa categoria, constam-se os itens com tradição cultural.

4.1.1 Bens culturais com tradição

Duelo da Fronteira

Figura 2 - Festival Duelo da Fronteira



Fonte: site Governo do Estado de Rondônia.

Unitermos: Guajará-Mirim, Cultura popular, Festival, Folclore, Boi- Bumbá, Flor do Campo, Malhadinho, Pérola do Mamoré, História, Rondônia.

Uma manifestação cultural tradicional que não possui registro oficial, embora seja reconhecida como uma das maiores manifestações culturais do estado de Rondônia, que ocorre anualmente na cidade de Guajará Mirim-RO. É um festival que se realiza pela disputa entre dois grupos de bois bumbás, o Malhadinho e o Flor do Campo. Sua realização acontece periodicamente nos dias de hoje, estando em pleno funcionamento na cidade fronteira. Em relação à visitação e frequência, verificou-se que o festival folclórico ocorre geralmente no mês de agosto de cada ano, e é prestigiado pelos visitantes da cidade de Porto Velho e regiões adjacentes de Guajará-Mirim, conforme registrado por no site G1, e estimava-se um público presente de aproximadamente 6 mil visitantes no local a cada ano. Não foi encontrado site oficial com informações sobre este patrimônio cultural. Também não foi encontrado nenhum patrimônio cultural material relacionado ao Duelo da Fronteira. Quanto à história, Filizola (2014) relata que o início da festividade se deu nos anos de 1980 numa escola municipal de Guajará-mirim, a Escola Almirante Tamandaré, cuja finalidade era trazer à brincadeira o boi bumbá nordestino para alegrar

o período junino. No entanto, a brincadeira tomou dimensões de uma grande festividade, recebendo pessoas de todas as partes das regiões vizinhas para o trabalho de assistentes, chegando a um patamar de quinze mil pessoas trabalhando no bumbódromo, onde aconteciam as batalhas dos bois.

Festejando a cultura fronteiriça de Brasil e Bolívia, o evento conquistou notoriedade de festival no ano de 1995, explica o Secretário de Cultura e Turismo do Município de Guajará-Mirim, Ariel Argobe, em entrevista a uma tv local. (LOPES, 2015). A importância deste Patrimônio Cultural para o Estado de Rondônia, além da colaboração para desenvolvimento econômico da cidade de Guajará Mirim, está em permitir o acesso ao folclore amazônico, promovendo a integração sociocultural e o turismo local.

Condição atual de preservação do Duelo da Fronteira

Com a pandemia, o formato presencial do festival foi reformulado para uma versão virtual em 2020 e 2021, sem as tradicionais batalhas dos bois bumbás. No ano seguinte, o evento foi cancelado devido à falta de verba, causando frustração na região. Notícias locais já haviam relatado cancelamentos anteriores por questões financeiras, mesmo antes da pandemia. Apesar da existência de leis de proteção aos bens culturais, muitas vezes não são suficientes para garantir a preservação e transmissão das tradições culturais para as novas gerações. As iniciativas promovidas pela sociedade local e regional com a finalidade de divulgar e preservar o patrimônio cultural vem da participação da população e apoio do governo do estado de Rondônia e prefeitura municipal de Guajará-Mirim, então quando esses recursos faltam fica inviável a realização. É um patrimônio representativo do povo rondoniense e merece mais atenção por parte dos governantes, para que mais esta tradição não seja perdida pelo descaso e esquecimento.

Baião de dois

Figura 3 - Baião de Dois tradicional



Fonte: www.recepedia.com

Unitermos: Culinária, Rondônia, Porto Velho, Cultura, GEAL, Peixe, Baião de dois.

Uma culinária tradicional regional que não possui registro oficial, mas está enraizada no costume do povo. Conforme a identificação do patrimônio, o Baião de dois é uma comida típica, de arroz e feijão cozidos juntos, existente há muito tempo no estado rondoniense, e não possui outros nomes equivalentes. O patrimônio cultural imaterial pode ser encontrado em todo o estado de Rondônia, principalmente no município de Porto Velho. Não existe site informativo oficial com informações sobre esse patrimônio imaterial, bem como registros fotográficos/audiovisuais oficiais, apenas em sites de culinária. Mas, o que se passa tradicionalmente, de geração em geração, é que o prato é oriundo das migrações nordestinas, e aqui firmou-se uma reedição do prato como explica Amaral *et al.* (2011, p. 75), “ No Nordeste o baião-de-dois é feito com manteiga de garrafa e leva queijo picado para finalização. É servido para acompanhar carne de sol. Aqui (Rondônia), como se come com peixe (...)coloca-se charque (jabá), toucinho defumado ou linguiça para incrementar, o melhor feijão é o de praia”.

Em relação à importância desta culinária regional para o Estado de Rondônia, vale salientar que o baião de dois faz parte da mesa dos rondonienses, nas diversas classes sociais, e é um prato de acompanhamento oferecido em vários restaurantes que servem os mais variados peixes de água doce. Quanto às iniciativas para preservação desse Patrimônio Cultural, em 2011 um grupo denominado GEAL – Grupo de Estudos sobre Aquisição da Linguagem, da Universidade Federal de Rondônia UNIR, elaborou o livro “Farinha pouca, meu pirão primeiro: à mesa com os ribeirinhos”, onde apresenta uma coletânea de receitas culinárias, coletadas ao longo do desenvolvimento de uma pesquisas sobre linguagem, com um breve relato das várias culinárias da região, inclusive do baião de dois (AMARAL *et al.*, 2011).

Os manuscritos do livro foram escritos por crianças e adultos, todos moradores das comunidades de São Sebastião, Teotônio e bairro Triângulo do município de Porto Velho-RO, cujo patrocínio foi conferido pela Usina Jirau e Energia Sustentável do Brasil, por meio de um Edital de Seleção Pública promovido pelo Banco da Amazônia - Edição 2011. Esta foi a única “memória” oficial sobre este bem encontrada nas buscas, que contempla uma linha histórica do patrimônio cultural.

Banda do vai quem quer

Figura 4 – Banda do Vai quem quer



Fonte: www.gentedeopinião.com (tablóide de Porto Velho)

Unitermos: Carnaval, Porto Velho, Manelão, Blocos carnavalescos, Foliões, Três Caixas D'água, Bar Chopão, Bar Casimiro, História, Rondônia.

Uma manifestação cultural que também não possui registro oficial. Conforme identificação do patrimônio imaterial no site oficial do evento, a Banda do Vai Quem Quer pertence ao município de Porto Velho e ainda está em pleno funcionamento, ficando sem apresentações somente no período da pandemia. O nome da banda é uma marca e não existem outros nomes equivalentes.

Em relação à visitação e frequência, verificou-se que anualmente o evento é realizado no período do carnaval, levando um público de aproximadamente vinte mil pessoas a prestigiar o momento festivo, sendo seus maiores frequentadores a população de Porto Velho-RO e municípios vizinhos. Segundo a página oficial da banda na internet, a tradicional 'Banda do Vai Quem Quer', com mais de 40 anos de existência, já levou para às ruas cerca de 120 mil animados foliões, cuja alegria retrata e reverencia o povo rondoniense. Não há um site informativo oficial com informações sobre o patrimônio cultural, exceto a página oficial do Facebook (<https://www.facebook.com/Banda-do-Vai-Quem-Quer-428537913989646/>). Existe um patrimônio cultural material relacionado a este patrimônio imaterial, pois a concentração da Banda acontece na Praça das Três Caixas D'água, considerado patrimônio material do município de Porto Velho-RO.

A história da Banda do Vai Quem Quer começou em 1981, quando um grupo de aproximadamente dez pessoas decidiu organizar um carnaval de rua em Porto Velho. Na época, a cidade não tinha celebrações populares diurnas, apenas festas noturnas em clubes. Inspirados pela banda de Ipanema, no Rio de Janeiro, o saudoso Pedro Emil Gorayeb Filho, conhecido como Emilzinho, sugeriu o nome para o evento: Banda do Vai Quem Quer. O nome permaneceu o mesmo ao longo dos anos, e a folia atraiu muitos

participantes. Devido à pandemia, a banda ficou dois anos sem realizar o evento tradicional, mas este ano ela voltou a brilhar pelas ruas de Porto Velho. (SANTOS, 2019).

4.2 Patrimônio cultural material

Em relação à categoria Patrimônio Cultural Material, neste momento da pesquisa, foi selecionado apenas um bem cultural tombado pelo IPHAN, o Forte Príncipe da Beira. Salienta-se que existem outros monumentos que fazem parte da relação de bens culturais no Estado de Rondônia tombados, mas que estão incluídos em outra etapa da pesquisa, para uma outra oportunidade de publicação.

4.2.1 Bem Cultural Tombado

Real Forte Príncipe da Beira

Figura 5 – Forte Príncipe da Beira



Fonte: www.globo.com

Unitermos: Patrimônio Material, Rondônia, Costa Marques, IPHAN, Tombamento, Príncipe da Beira, Tratado de Madrid, Engenharia Militar, Real Príncipe.

O Forte Príncipe da Beira, situado na região de Príncipe da Beira, nas margens do rio Guaporé em Costa Marques, Rondônia, é um belo monumento que nos remete à sua remota época de construção, envolto em mistérios e grandiosidade. O patrimônio material, oficialmente chamado de Real Forte Príncipe da Beira, foi tombado pelo IPHAN em 1950, com inscrição no livro do Tombo das Belas Artes. Apesar de ter sido inaugurado em 1783, as obras do forte nunca foram concluídas.

Construído em território de fronteira, sua localização foi planejada para ser funcional no que diz respeito à defesa dos limites fronteiriços disputados por Espanha e Portugal, na luta por monopólio. Embora construído estrategicamente, a edificação foi

abandonada por décadas, chegando a desaparecer em meio a mata que encobriu totalmente o monumento. Já sem a estrutura perfeita, em ruínas, o forte foi encontrado pela Comissão de Rondon, quando trabalhavam na região para a instalação das Linhas telegráficas na região Norte do país (BARCELOS, 2018). O projeto arquitetônico consistia numa edificação em forma retangular, com muralhas grandes e largas construídas com pedras de cantaria, com um suntuoso portão de ferro que guardava a frente norte do monumento, além dos eixos nos ângulos destinados a consagração dos santos que o protegiam (Nossa Senhora da Conceição, Santa Bárbara, Santo Antônio de Pádua e São José Avelino). Tudo planejado e executado dentro da regulamentação da estruturação militar da época. (BARCELOS, 2018).

O Forte Príncipe da Beira, apesar de sua grandiosidade, foi abandonado e invadido pela floresta, colocando em risco sua estrutura. Para evitar seu sucateamento e desaparecimento, o Estado de Mato Grosso assumiu a guarda temporária do forte, e posteriormente o Museu Nacional do Rio de Janeiro recebeu a administração definitiva do monumento histórico. Mesmo assim, ele ficou abandonado e esquecido por anos, coberto pela vegetação local. (ANDRADE, 2012). Em 1950, foi tombado pelo IPHAN, preservando sua integridade física e histórica e divulgando sua memória nacionalmente. Por meio de um compromisso oficial entre o Ministério da Educação, Cultura, o Ministério do Exército e o Governo de Rondônia, estabeleceram-se normas e recursos para sua restauração, conservação e uso, sob a gestão do presidente General João Baptista de Figueiredo. A partir de 2009, o IPHAN iniciou alguns projetos arqueológicos no Forte, resgatando sua grandeza e importância na história do estado.

O Patrimônio Cultural agrega aspectos da cultura que foi formada ao longo do tempo, de modo que constitui a identidade do seu povo. Nesse sentido, o Forte Príncipe da Beira é importante, pois representa um momento da história do Estado em que foi necessário opor resistência a ameaças externas de ocupação do território. Assim, é importante para o Estado de Rondônia a sua preservação não só pelos valores histórico e cultural, mas também pelos benefícios econômicos para a região com o incentivo ao turismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo, o patrimônio cultural era considerado apenas como bens materiais, mas a constituição de 1988 ampliou essa visão, incluindo os bens culturais imateriais, como saberes, celebrações e formas de expressão. Durante a pesquisa, foi observado que tanto o patrimônio material quanto o imaterial representam a memória de um povo. O reconhecimento e a importância atribuída a um determinado patrimônio por uma comunidade ou grupo iniciam um processo de valorização cultural e identidade própria. Sendo assim, o mapeamento cultural, ora apresentado, oferece uma visibilidade dos bens culturais materiais e imateriais do povo rondoniense, disponibilizando informações capazes de ser norteadores de futuros estudos sobre o tema, além de consultas e orientações para quem deseja saber sobre a cultura rondoniense, com sua diversificada miscigenação no ser e no fazer desse povo.

A pesquisa realizada demonstrou a relevância desse estudo para a Biblioteconomia e outras áreas, considerando o objetivo de disseminar informações independentemente do suporte utilizado, é destaque nesta sociedade tecnológica, possibilitando um alcance maior de pessoas na divulgação dessas informações. Nesse sentido, a coleta de informações culturais requer um processo criterioso de tratamento e organização, com ênfase na catalogação e indexação como elementos essenciais para a recuperação e disseminação eficaz e eficiente nos sistemas de informação. Neste sentido, salientamos que o processo de indexação realizado possibilitou o aprofundamento desta técnica por parte dos pesquisadores, que realizaram todas as etapas de tratamento, incluindo desde a análise do documento até a elaboração dos termos e textos. No que diz respeito aos termos escolhidos e apresentados durante a pesquisa, salienta-se que eles auxiliaram na organização dos conteúdos no sistema informacional em formação e, como foram elaborados na linguagem natural, serão fundamentais para auxiliar no acesso e na recuperação dos conteúdos trabalhados.

O projeto passou um período suspenso devido às questões administrativas e de saúde pública (pandemia). Mas, com uma visão de compromisso, hoje as atividades para o desenvolvimento do projeto continuam sendo realizadas em plenitude, buscando trabalhar outros culturais de Rondônia para a inserção no sistema de informação com vistas à disseminação dessas manifestações, como por exemplo: teatros, grupos teatrais,

museus, bibliotecas públicas, grupos de dança, grupos de capoeira, artesãos, entre outros elementos que compõem esse cenário.

Com o objetivo primordial de aprimorar a pesquisa, empreendeu-se esforços para realizar o mapeamento e a preservação do patrimônio cultural do estado de Rondônia, com a finalidade de estabelecer uma base de informações culturais em um ambiente multimídia, visando à sua ampla disseminação e conservação. No entanto, cabe também alguns direcionamentos relevantes, também propostos neste artigo, como forma de reflexão: a) Explorar metodologias abrangentes e rigorosas para mapear o patrimônio cultural, considerando diferentes aspectos como monumentos, sítios arqueológicos, manifestações artísticas e tradições populares; b) Utilizar tecnologias avançadas, como fotografia de alta resolução, digitalização 3D e georreferenciamento, para capturar detalhes importantes dos elementos patrimoniais; c) Estabelecer parcerias colaborativas com instituições culturais, especialistas e comunidades locais, visando envolver diferentes perspectivas e conhecimentos no processo de mapeamento e tratamento do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

AMARAL *et.al.* **Farinha pouca, meu pirão primeiro**: à mesa com os ribeirinhos. Porto Velho: EDUFRO, 2011.

ANDRADE, Maria do Carmo Gomes de. Forte do Príncipe da Beira (Costa Marques, Rondônia). **Pesquisa Escolar**, Recife, 2012. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/forte-do-principe-da-beira-costa-marques-rondonia/>. Acesso em: 20 set. 2022.

BARCELOS, Giovani da Silva. **Forte Príncipe da Beira**: conhecimento, valoração e preservação. 2018. 206 f. Dissertação (Mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BARCELOS_Giovani-Dissertacao_Mestrado.pdf. Acesso em: 23 jun. 2021.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2005.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. *In*: MUELLER, Suzana Pinheiro (org.). **Método para pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937 - Lei do Patrimônio Cultural. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 22 jun. 2023.

CARVALHO, Marília Sá; PINA, Maria de Fátima de; SANTOS, Simone Maria dos. (Org.). Conceitos básicos de sistemas de informação geográfica e cartografia aplicados à saúde: Rede Interagencial de Informações para a Saúde-RIPSA. *In: Conceitos básicos de Sistemas de Informação Geográfica e Cartografia aplicados à Saúde: Rede Interagencial de Informações para a Saúde - RIPSA*. 2000.

COTINGUIBA, Geraldo C.; PIMENTEL, Marília Lima. Elementos etnográficos sobre imigração na Amazônia brasileira: inserção social de haitianos em Porto Velho. *Rev. Temas de Antropología y Migración*, Buenos Aires, n. 7, p. 31-55, dez. 2014.

FILIZOLA, Roberto. **Duelo na Fronteira**: entre a redimensão de uma nova espacialidade e a construção de uma identidade de resistência. Curitiba: UFPR, 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/>. Acesso em: 23 maio 2021.

Festival Duelo da Fronteira é cancelado por falta de verba em Guajará-Mirim, RO. **GLOBO.COM**, Porto Velho-RO, 18/08/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/08/12/festival-duelo-da-fronteira-e-cancelado-por-falta-de-verba-em-guajara-mirim-ro.ghtml>. Acesso em: 22 jun. 2021. IPHAN. **Registro**. 2020. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/diretrizes/registro>. Acesso em: 21 jun. 2022.

IPHAN. **Site oficial**. 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 15 ago. 2023.

IPHAN. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

LOPES, Luana. **Duelo da Fronteira resgata tradição folclórica e movimenta economia durante três dias em Guajará-Mirim. Rondônia no ar**, Porto Velho, 2015. Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/cidades/duelo-da-fronteira-resgata-tradicao-folclorica-e-movimenta-economia-durante-tres-dias-em-guajara-mirim>. Acesso em: 13 nov. 2022.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 2002. SANTOS, Silvio. História da Banda do Vai Quem Quer. **Diário da Amazonia**, 2019. Disponível em: <https://www.diariodaamazonia.com.br/historia-da-banda-do-vai-quem-quer/>. Acesso em: 03 nov. 2022.

SOUZA, J. A. de. **Gerenciamento de informação sobre o setor cultural**: proposição de um repositório digital. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura

Contemporânea) - Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2015. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/69?mode=full>. Acesso em: 23 jan. 2015.

SOUZA, Valmir de. Mapear a cultura local. **Revista Dicas**, Santo André, n. 201, p. 01- 02, jun. 2003. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes/dicas>. Acesso em: 03 jun. 2016.

STEWART, Sue. **Cultural mapping toolkit: a partnership between legacies now and creative city network of Canada**. Saskatoon: legacies now, 2010.

UNESCO. **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. Paris, 17 October 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/convention>. Acesso em: 08 jun. 2023.

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL ATRAVÉS DO ACERVO FOTOGRAFICO DO ARQUIVO HISTÓRICO MANOEL DOMINGUES

THE CONSTRUCTION OF THE INSTITUTIONAL MEMORY THROUGH THE PHOTOGRAPHIC COLLECTION OF THE ARQUIVO HISTÓRICO MANOEL DOMINGUES

*Sergio Ricardo Almeida da Hora**

RESUMO

Apresenta o acervo fotográfico do Arquivo Histórico Manoel Domingues e sua ação como memória da cidade de Marabá (PA). Para fins metodológicos, fizemos em um primeiro momento uma breve revisão teórica de alguns conceitos importantes de que tratam este artigo. No segundo momento, transformamos em texto o diagnóstico arquivístico realizado visando a compreensão e o conhecimento da instituição e por assim, do acervo fotográfico e escolhemos 6 (seis) registros dos assuntos: História de Marabá; Enchente de 1980; Urbanização da cidade; Carnaval de Marabá; Festejos juninos; e Aniversário de 100 (cem) anos de Marabá, respectivamente, cujo as quais fizeram uma apresentação e representação fragmentária desse arquivo fotográfico. As fotografias oferecem significados para que o pesquisador explore o tempo para constituir suas narrativas. Logo, esse tipo de registro é importante instrumento de preservação da memória e da cultura local. As fotografias do Arquivo Histórico Manoel Domingues nos oferecem possibilidades de várias leituras e estudos sobre a memória e a história da cidade de Marabá (PA). O acervo é muito rico e significativo, sendo útil a pesquisadores, estudantes e sociedade.

Palavras-Chave: Arquivo Histórico Manoel Domingues; Fotografia; Marabá (PA).

ABSTRACT

The work is to present the photographic collection of the Arquivo Histórico Manoel Domingues and its action as a memory of the city of Marabá (PA). For methodological purposes, we initially made a brief theoretical review of some important concepts addressed in this article. In the second moment, we transformed into text the archival diagnosis carried out aiming at the understanding and knowledge of the institution and, therefore, of the photographic collection and we chose 6 (six) records of the subjects: History of Marabá; Flood of 1980; Urbanization of the city; Marabá Carnival; June festivities; and Anniversary of 100 (one hundred) years of Marabá, respectively, which made a presentation and fragmentary representation of this photographic archive. Photographs know how to offer meanings, so that the researcher decides to explore the decomposition of time to constitute their narratives. Therefore, photographs are an important tool for preserving memory and local culture. This study, therefore, corroborates how much the photographs of the Arquivo Histórico Manoel Domingues offer us possibilities for various readings and studies on the memory and history of the city of Marabá (PA). The collection is very rich and significant, being useful to researchers, students and society.

Keywords: Manoel Domingues Historical Archive; Photography; Marabá (PA).

Submetido em: 06/02/2023

Aceito em: 21/06/2023

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) | sergioricardo.arqui@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Arquivologia tem como fenômeno de estudo documentos de arquivo, em diversos suportes ou matizes de registros, sejam físicos (papel) ou virtuais (digitais). As dimensões de alcance da Arquivologia podem concentrar-se nos princípios da racionalização do ambiente e dos procedimentos do espaço dos arquivos, cujo objetivo não somente é organizacional (aplicação de técnicas específicas). Porém, novas abordagens transformaram radicalmente os propósitos pelos quais os arquivos devem ser criados. Antes, a justificativa era jurídico-administrativa voltada para o Estado. Contudo, hoje, o arquivo oferece aos cidadãos um senso de identidade, história, cultura, memória pessoal e coletiva, transbordando a noção do arquivo para além dos limites institucionais, ou seja, é propagar a ideia de arquivo, como centro de informação, e assumir sua perspectiva de unidade de ação cultural e espaço idôneo a construção de sentidos. (CALDERON, 2005)

A fotografia, enquanto produto cultural, representa toda a simbologia que envolve o seu processo constitutivo e cognitivo, instituindo uma mediação entre a técnica e as molduras do olhar. O cultural, confesso nos registros fotográficos, contempla uma gama de elementos constituintes dos mais diversos momentos cotidianos. Em virtude disso, sua relevante aplicabilidade na tessitura social mostra ter sentido no contexto da preservação da memória visual, do fortalecimento da identidade e da disponibilidade de nos instruir a um acesso, a um conteúdo estritamente importante para a ampliação do conhecimento das representações do passado (CANABARRO, 2015). O que entendemos é que as imagens fotográficas se configuram para os mais diferentes usos e aplicações: como prova, produção de conhecimento, expressão artística, objeto de recordação pessoal, suporte da memória. Elas nos oferecem, em geral, uma noção verossímil das aparências dos objetos, paisagens e seres do passado, ao contrário do discurso textual ou oral, que se instrumentalizam historicamente, mas que remetem a um rosto sem traços, cenários abstratos, vagos e nebulosos a povoarem a imaginação de seus “leitores”.

A cidade de Marabá (PA) tem muito do seu passado registrado em fotografias. Suas práticas culturais e cenas cotidianas podem ser visualizadas nessas fontes documentais, nas quais percebe-se a cidade em diferentes ângulos, momentos e recordações. São imagens preservadas em arquivos ainda pouco explorados que nos permitem percorrer diferentes fases de sua história, transformações urbanas e trajetória social. O Arquivo

Histórico Manoel Domingues, localizado no espaço da Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM), possui um rico e significativo acervo fotográfico. Grande parte já está digitalizada para fonte de pesquisa, sem a necessidade de manuseio do documento original, mostrando uma preocupação com a sua preservação. Além disso, a instituição constitui-se como um espaço potencializador de reflexões e ações voltadas à memória histórica local e regional. O objetivo deste trabalho é apresentar o acervo fotográfico do Arquivo Histórico Manoel Domingues e sua ação como memória da cidade de Marabá (PA).

2 MÉTODOS

Para fins metodológicos, fizemos em um primeiro momento uma breve revisão teórica de alguns conceitos importantes de que tratam este artigo. No segundo momento, transformamos em texto o diagnóstico arquivístico, tarefa primordial realizada visando a compreensão e o conhecimento da instituição e, por assim, do acervo fotográfico. Na concepção de Paes (2007, p. 35), “sem o conhecimento dessa entidade – sua estrutura e alterações, seus objetivos e funcionamento – seria bastante difícil compreender e avaliar o verdadeiro significado de sua documentação”. O levantamento de dados visa subsidiar propostas de projetos de organização de documentos, identificando as nuances que envolvem o fluxo documental da instituição, sendo assim, corrobora sobre as atividades, estruturas e funções, definindo como serão os modelos de classificação, avaliação e descrição apropriados, visando a uma destinação final, ou seja, a guarda permanente ou a eliminação.

O contato com o acervo fotográfico nos surpreendeu positivamente pela quantidade de significados que elas puderam fornecer, pela importância e pelos personagens envolvidos na cena fotográfica registrada e as respectivas narrativas que foram se revelando ao longo do diagnóstico e do diálogo com as pessoas que trabalham no Arquivo Histórico.

Após essa etapa, escolhemos 6 (seis) registros dos assuntos: História de Marabá; Enchente de 1980; Urbanização da cidade; Carnaval de Marabá; Festejos juninos; e Aniversário de 100 (cem) anos de Marabá, respectivamente, os quais fizeram uma apresentação e representação fragmentária desse arquivo fotográfico; afinal, o acervo é imenso, sendo, portanto, inviável trabalhar com todas as fotografias que o compõe: são

mais de 3(três) mil fotografias digitalizadas. Ressalta-se que a seleção das imagens, foi uma etapa bastante complicada, visto a relevância e o significado das fotografias, muitas tinham potenciais condições de serem importantes à pesquisa. Além disso, tivemos dificuldades com a identificação temporal e com os fenômenos retratados, ou seja, não havia uma descrição prévia do acervo que auxiliasse a análise dessas imagens. Por este motivo, tivemos que fazer uma descrição de diversos registros, pela falta de registro de assunto, local, nomes das pessoas e datas.

3 UMA VISÃO GERAL DA ARQUIVOLOGIA E DA FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO

O arquivo surgiu da necessidade que o homem tinha de registrar e difundir informações relacionadas ao seu tempo, a gerações futuras, organizando-as de acordo com as técnicas possíveis ou existentes em sua época. Então desde sempre, os arquivos podem ser usados na constituição da memória das instituições e da sociedade. Os arquivos se iniciaram há 6 mil anos a.C. através das primeiras civilizações desenvolvidas às margens dos rios Tigre e Eufrates, mais precisamente em região denominada Mesopotâmia (REIS, 2006). Ao longo dos tempos, se configuraram nos mais diferentes suportes, desde as paredes das cavernas, as tábuas de argila, do papiro, do papel e entre outros. Hoje, a variedade dos suportes é enorme e, por sua vez, os conteúdos inseridos nestes também se tornaram bastante variados.

As teorias e os princípios arquivísticos são a base legal que fornece e orienta a nós, arquivistas, nas intervenções, como a definição e identificação do fundo de arquivo, a organização dos arquivos e a gestão do ciclo de vida dos documentos. Nesse sentido, a reflexão e compreensão de algumas teorias clássicas da área se fazem necessárias, nos quais os arquivos são:

o conjunto das informações, qualquer que seja a sua data, natureza ou suporte, organicamente (e automaticamente) reunidas por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, para as próprias necessidades da sua existência e o exercício das suas funções, conservadas inicialmente pelo valor primário, ou seja, administrativo, legal, financeiro ou probatório, conservadas depois pelo valor secundário, isto é, de testemunho ou, mais simplesmente, de informação geral. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 284)

Como ressalta Bellotto (2007, p. 28), o documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem de retratar suas atividades-meio e fim. O arquivo, logo, tem o seu conceito atrelado ao princípio de respeito aos fundos e da

proveniência. A aplicação do princípio da proveniência se materializa na identificação do fundo, é bem explicitada pelos critérios propostos por Michel Duchein (1986): existência jurídica, atribuições precisas e estáveis definidas em regulamentos, posição hierárquica administrativa, autoridade com poder de decisão e organização interna conhecida. Porém, Sousa (2004) esclarece que o princípio da proveniência não deve ser entendido em um sentido restrito. É preciso fazer uma leitura mais abrangente, de modo a possibilitar a manutenção da ordem original desde que ela represente, reflita a própria gênese documental e as relações orgânicas estabelecidas pelos documentos.

Além disso, é importante frisar a teoria das três idades. Essa teoria é baseada nas três fases do ciclo de vida documental: a corrente, a intermediária e a permanente, de acordo com a frequência de uso e pela identificação de seus valores primários e secundários. O ciclo de vida dos documentos compreende desde a sua produção até a sua destinação final. Contudo, com o que chamamos “era da informação” em que o profissional “arquivista, como todos os que trabalham com a informação, deve atravessar a parede do formato – o documento – para ir à direção do conteúdo, a informação” (COUTURE, 1996, p. 8). A gestão da informação, com a finalidade de recuperação e uso, exige o conhecimento e a aplicação conjunta de teoria, metodologia e prática, ou seja, passa necessariamente pela gestão de documentos.

3.1 A fotografia como documento arquivístico

No campo arquivístico, a fotografia tem sua especificidade diferente dos demais documentos de arquivo. Sobretudo, devido sua fragilidade, há necessidade de maiores cuidados com sua preservação. Mediante isso, sempre houve dificuldades por partes das instituições arquivísticas com os registros fotográficos e um vislumbre cada vez mais latente de se discutir a fotografia como documento de arquivo. Na visão de Lopez (1996, p. 190), os documentos fotográficos, não recebem o devido tratamento arquivístico adequado a considerar sua especificidade e seu suporte. Eles são apenas valorizados pelo conteúdo informativo da imagem, sem observar o contexto de produção.

Para essa discussão sobre o ponto de vista documental, a respeito da fotografia, é importante destacar o conceito de documento. O Dicionário de Terminologia Arquivística define de forma bem sucinta como uma “unidade de registro de informações, qualquer

que seja o suporte ou formato.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73). Schellenberg (2006, p.41), no entanto, já é mais expansivo e pode ser:

[...] livros, papéis, mapas, fotografias, ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

O documento fotográfico tem sua definição simples pelo Arquivo Nacional trata-se de uma “fotografia em positivo ou negativo (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 76). A instância máxima arquivística brasileira, classifica desse modo, o documento fotográfico como uma tipologia documental inserida dentro de uma grande área dos arquivos iconográficos. A imagem fotográfica tem um propósito finalístico para o fim a qual se serve. Então, os registros produzidos para documentar algo - representam sempre um meio de informação, um meio de conhecimento – sempre serão mantidos os seus valores documentais.

Mesmo reconhecendo que a fotografia em sua natureza não é um documento, cada imagem fotográfica contém, no entanto, um valor documental que, longe de ser fixo ou absoluto, deve ser apreciado por sua variabilidade no âmbito de um regime de verdade – o regime documental. (ROUILLÉ, 2009, p. 27)

A partir desse pensamento, Rouillé (2009) considera a ideia de investigar como a imagem reproduz uma realidade. Nesse sentido, implica dizer que mesmo que uma fotografia fora vista submetida a manipulações, ela continua sendo vista como uma prova irrefutável de verdade, da veracidade de um acontecimento, pela maioria das pessoas. Contudo, a fotografia refere-se à realidade, ou seja, um vestígio mecânico do que aconteceu. Mauad (2009, p. 36) diz que “a fotografia é tão mais rica em significado quanto for a nossa capacidade de ler as nuances de representação contidas naquela imagem. ” Gonçalves (2009, p. 236), ainda corrobora afirmando que:

A imagem depende dos símbolos e códigos circundantes e compartilhados no período em que foi produzido ou dentro do grupo ao qual pertence o autor. A construção da imagem é função das possibilidades de ver e compreender que pertencem à época na qual o sujeito que a realiza está inserido. Este imbricamento se dá através dos posicionamentos do autor em relação às reflexões de seu tempo, os partidarismos que acolhe ou rejeita, os diálogos que estabelece com

outras produções culturais (de sua época ou anteriores), as técnicas e ferramentas disponíveis e as articulações que o repertório simbólico de seu período possibilita. (GONÇALVES, 2009, p. 236)

Por isso, que são imprescindíveis uma análise e um cuidadoso trabalho de identificação, acondicionamento e organização adequados. Na identificação, podemos estabelecer conexões entre o documento fotográfico e o contexto ao qual foi retratado, é a etapa mais importante para gestão dessa tipologia documental quanto para a sua preservação (PENHA, 2008). Relatar as características técnicas, fazer a descrição, identificar a data, local e o que foi capturado pelas lentes e o olhar do fotógrafo que fez o registro, tem papel relevante na vida útil de um documento fotográfico.

Segundo Martín-Palomino et al. (2000, p.14), é a “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas em que se sustenta à estrutura de um fundo”. Na Arquivologia, essa identificação é o que chamamos de classificação que, segundo Albuquerque (2012, p.105), é uma atividade que vai “determinar que as outras que se seguirão serão realizadas de forma a preservar as características funcionais e informacionais dos documentos. ”.

A identificação, portanto, é que será o aporte definitivo para a definição dos valores primário e secundário da fotografia como documento arquivístico. Desse modo, o arquivista consegue levantar e identificar a gênese documental. Bellotto (2004, p. 36) explica que gênese documental é “a circunstância do documento implica tanto a presença de um fato e de uma vontade de manifestá-lo como a vontade de dar origem ao ato”. É importante lembrar que, mesmo por possuir características diferentes de um documento textual, ele também percorre o mesmo fluxo dentro de uma instituição, ou seja, também passa pelos mesmos procedimentos de gestão documental (PENHA, 2008).

Nisso, existe uma intrínseca correlação entre o valor primário com o valor probatório (secundário). Bellotto (2004, p.31) afirma que o uso primário “[...] seu sentido será dispositivo, probatório, testemunhal ou informativo, segundo a sua categoria”, expressando que o documento é prova de um ato-expressado por uma entidade pública ou privada. Entretanto, o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p.163) define o valor primário como o “valor atribuído a documento em função do interesse que possa ter uma entidade produtora, levando se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais”, em que os documentos já tiveram a sua vigência e tramitação, cumprindo sua serventia como valor de prova para determinadas funções.

No Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM), as fotografias do seu acervo são utilizadas com valores informativos, ou seja, o uso do valor secundário. Conforme definição no Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p.163) é o “valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido.” Porém, Theodore Schellenberg (2004, p. 181) já tem outra visão sobre o valor secundário, que corrobora com um consenso que há entre os teóricos da Arquivologia, ou seja, o valor de prova está por meio de documentos que refletem as atividades/funções de um órgão ou instituição e não uma questão unilateral sobre a veracidade de tais documentos.

4 FOTOGRAFIA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

A memória se premia recordando, fazendo memorável; e se castiga com o esquecimento. Sendo assim, a fotografia tem a capacidade impulsiva de pôr em evidência ao mesmo tempo, a melancolia e o esquecimento. Então, o indivíduo - na ação descrita nas linhas anteriores - certamente, vai se emocionar, pois perceberá que o tempo passou e a noção de passado se lhe torna de fato. A memória, portanto, é reavivada pela fotografia, devido a sua capacidade de fornecer detalhes, que provavelmente se encontravam perdidos nas lembranças e, por meio delas, essas nuances permanecem vivas. É perceptível que a fotografia tenha um valor para a memória, não só individual como coletiva, contribuindo na recordação de fatos que marcaram a vidas das pessoas de alguma maneira. Esses fatos podem ser simples ou acontecimentos de importância mundial, que de alguma forma afetaram a vida do indivíduo.

Felipe e Pinho (2018) mencionam que Memória é:

[...] a faculdade que condiciona informações de caráter ligadas ao individual e ao coletivo. Só é acionada quando se depara com algo que traz lembranças, lugares, pessoas. E essa memória é compartilhada por um determinado grupo, pode ser na igreja, na escola, na universidade, no próprio bairro ou em outros. (p. 91).

A fotografia, sendo assim, é o testemunho da memória. Por intermédio dos registros fotográficos, dialogamos com o passado, somos os interlocutores das memórias silenciosas que elas mantêm em suspensão. É preciso fazer esforços continuados, investigativos e reflexivos para desvendar o que foi e compreender o que é a imagem

fotográfica naquilo que ela tem de aparente e oculto, no que ela revela e silencia. Esse segue sendo um dos intrigantes desafios. Por essa razão, por muitas vezes, temos as fotografias como tesouros, dentro de pastas, caixinhas, de armários, e as que se escondem dentro de uma carteira. Trata-se de nossos pequenos refúgios, os envelopes que guardam nossos segredos. As pequenas peles, as películas, de nossa existência. As fotografias são confidências, memórias, arquivos. Como menciona Samain (2012), as fotografias são tecidas, malhas de silêncios e de ruídos. Precisam de nós para que sejam desdobrados seus segredos. As fotografias são memórias, histórias escritas nelas, sobre elas, de dentro delas e com elas. Ela, tem o poder de:

[...] reavivar sentimentos antes esquecidos, relativos a um momento ou a uma presença que não está mais entre nós, ou trazer, por instantes, sensações vividas em determinada época e que já não existem mais; ela cumpre o seu papel na rememoração, na reminiscência e na redescoberta dos fatos. (SAMAIN; FELIZARDO, 2007, p. 215).

Nesse sentido, constroem-se redes de significados que singularizam a rememoração pelo ato emocionado que provoca no observador e pela cumplicidade estabelecida entre aquele que observa e aquele que a foto representa. Portanto, é possível, a partir da imagem fotográfica, traduzir a memória de um povo, como afirma Philippe Dubois: “Em suma, é essa obsessão que faz de qualquer foto o equivalente visual exato da lembrança. Uma foto é sempre uma imagem mental. Ou, em outras palavras, nossa memória só é feita de fotografias” (DUBOIS, 1993, p. 314).

Os registros fotográficos são documentos e constituem os acervos de instituições. Além disso, as fotografias, carregam em seu suporte informações latentes para a construção do conhecimento. A sua capacidade de narrar visualmente os fatos que marcam a trajetória de tudo que se faz presente no cotidiano, momentos das pessoas que fazem parte da memória dos lugares. A fotografia como documento, portanto, pode servir de instrumento para a reconstrução de uma memória institucional.

A memória institucional é a memória das instituições, não necessariamente de instituições de memória. É constituída não só pelos documentos, mas também pelos indivíduos que fazem parte do seu corpo de trabalho (FELIPE;PINHO, 2018). A junção dos documentos com o indivíduo proporciona um melhor entendimento sobre memória institucional. Isso facilita a criação de uma linha do tempo com os fatos constituintes dessa memória. Quando o indivíduo não se lembra do fato, o documento está presente como prova. E é nesse sentido que se considera a fotografia como um dispositivo para a

memória institucional. Ela, além disso, se cristaliza como objeto de construção social, mediação cultural e fonte histórica. É no contexto das mudanças sociais que se deve preservar a memória das instituições.

As buscas por informações constituintes de sua memória podem ocorrer dentro e fora das instituições. A memória institucional será desenvolvida de acordo com as características da instituição o que torna um processo seletivo. Nesse contexto, a memória institucional produz informação para a inovação. (FELIPE; PINHO, 2018, p. 94).

Nesse sentido, a fotografia serve como documento para auxiliar na construção de uma memória institucional, juntamente com os outros documentos e com a participação dos membros que constituem a instituição. As instituições de memória, nesse sentido, guardam cada vez mais fotografias em seus acervos, como parte constituinte de sua memória. “A partir da memória, se pode planejar as atividades futuras a fim de não perder sua identidade. Ao se gerar conhecimento, nos mais variados âmbitos da sociedade, as instituições geram regras de convivência.” (FELIPE; PINHO, 2018, p.93).

O exercício historiográfico de recompor as memórias da prática fotográfica para evidenciar a ação dos sujeitos na dinâmica social, problematiza o passado com as questões que o seu futuro coloca. Nessa tensão anacrônica a fotografia se torna, ela mesma, num “lugar de consciência” (MAUAD, 2017, p. 407, grifo da autora).

Contudo, nesse contexto, é importante reconhecer o valor das fotografias para a memória institucional. Os registros carregam em seu suporte informações latentes para o conhecimento e estabelecimento da memória. As fotografias são documentos e constituem os acervos das instituições de memória, sendo assim, dispositivo de memória institucional. A sua capacidade de narrar visualmente os fatos que marcam a trajetória de tudo que se faz presente no cotidiano, momentos das pessoas que fazem parte da memória dos lugares.

5 O ACERVO FOTOGRÁFICO DO ARQUIVO HISTÓRICO MANOEL DOMINGUES

A Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM) é uma instituição de direito público e sem fins lucrativos, sediada no município de Marabá (PA), na região sudeste do estado do Pará. Foi criada em 15 de novembro de 1984 por meio da lei municipal nº 9.271, de 28 de dezembro do mesmo ano (FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA DE MARABÁ, 2022) .

A importante instituição memorialística tem como atividades fim o fomento a pesquisas científicas nas áreas das ciências naturais e humanas. Além dessa preocupação com a pesquisa, desde sua origem a Fundação Casa da Cultura de Marabá buscou proporcionar à comunidade da região o acesso aos resultados de seus estudos. Com esse objetivo, a instituição sempre está na ativa com atividades de difusão cultural, patrimonial e histórico, entre elas, o Museu Municipal, que possui uma exposição multitemática nas áreas de Arqueologia, Espeleologia, Botânica, Pinacoteca, Geologia, Zoologia e Etnologia.

A FCCM está localizada na Avenida VE-2, Folha 21, Quadra especial, Lote 01 - Nova Marabá, Marabá (PA). Para os pesquisadores interessados em realizar visitas técnicas e pesquisas, deve entrar em contato pelo telefone (94) 3322-2315 ou por e-mail: atendimento@casadaculturademaraba.org, para agendamento prévio. A Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM) é uma das entidades culturais e museológicas mais visitadas do país, mostrando assim o interesse regional em conhecer a sua memória e sua cultura (FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA DE MARABÁ, 2022). O acervo fotográfico da Fundação Casa da Cultura de Marabá está arquivado em diversas unidades de sua estrutura administrativa, como o Arquivo Histórico Manoel Domingues e o Arquivo Fotográfico Miguel Pereira. As fotografias utilizadas neste artigo pertencem ao Arquivo Histórico Manoel Domingues, localizado no espaço da Fundação Casa da Cultura de Marabá.

Figura 1 – História de Marabá: Visita do secretário geral de estado do Pará Deodoro de Mendonça a Marabá (PA)



Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM) (1927).

Grande parte do acervo fotográfico do Arquivo Histórico Manoel Domingues encontra-se quase em sua totalidade digitalizadas e armazenadas em um banco de dados de um computador no espaço do Arquivo. São mais de 3 (três) mil imagens, separadas em pastas com os assuntos identificados. O intuito é salvar a sua coleção da

deterioração, facilitar o acesso a pesquisa e difundir o acervo disponibilizado para os pesquisadores e visitantes que buscam conhecer a história de Marabá e região através das fotografias. A importância de se realizar esse processo de digitalização se dá pelo fato de sua finalidade principal ser de preservar o documento analógico restringido ao máximo o seu manuseio, por muitas vezes inadequado, ou seja, reduzir os riscos de danos físicos aos documentos originais (SILVA, 2006). O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ, 2010) faz recomendações para a digitalização de documentos, chamando atenção para que se façam cópias de segurança do material digitalizado, sendo armazenadas em locais distintos. Portanto, a realidade dos documentos já digitalizados pela instituição segue os parâmetros estabelecidos pela política arquivística nacional.

Figura 2 - Enchente de 1980: Avenida Antônio Maia, Núcleo Marabá Pioneira (Velha Marabá), Marabá (PA)



Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM) (1980).

As fotografias digitais, porém, não são palpáveis como o convencional suporte fílmico, ao qual nós estamos acostumados a pesquisar e visualizá-los. Os dados são expressos em *bits*[†] e, para seu acesso, se exige a utilização de equipamento técnicos. Nesse sentido, a rapidez e facilidade em que deve ser a conversão para o digital, assim sendo disponibilizadas para a pesquisa, a qualidade que deve ser empreendida, fazendo com que o objeto seja cópia fiel do analógico, devem ser levadas em consideração. Tudo isso no compromisso ético de contemplar as necessidades informacionais do público.

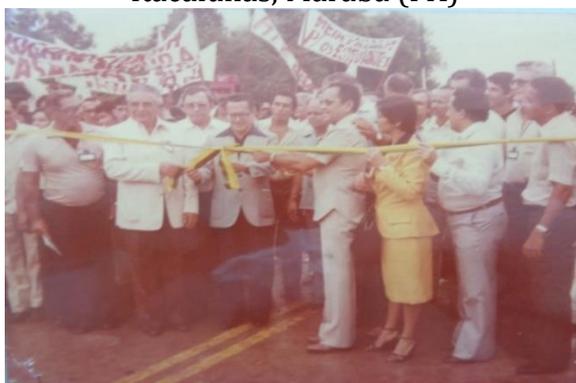
Indubitavelmente, essa reformatação dos registros fotográficos para o digital e sua disponibilização para acesso, é indiscutível também se fazer presente à implementação de sistemas digitais que ofereçam o acesso a esses materiais, por meio de novos canais de distribuição, substituindo, portanto, os manuseios indevidos e, assim, contribuindo para

[†] Simplificação para dígito binário, em inglês, *binary digit*; é a menor unidade de informação que pode ser armazenada ou transmitida.

a preservação das fotografias analógicas depositadas em arquivos, museus e bibliotecas. Silva (2006, p. 435) enfatiza:

A reformatação digital de acervos públicos e sua conseqüente disponibilização para acesso irão, certamente, ao encontro das expectativas de um novo público. É natural que a implementação de sistemas digitais que ofereçam, através de novos canais de distribuição, substitutos visuais para os documentos depositados em arquivos, museus e bibliotecas, acarretem efeitos significativos à própria coleção e a seu uso, já que de espectador o usuário passa a participante. (SILVA, 2006, p. 435).

Figura 3 – Urbanização da cidade: Inauguração da Ponte da Cidade Nova sobre o rio Itacaiúnas, Marabá (PA)



Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM) (1984).

O conteúdo fotográfico pertencente ao Arquivo Histórico Manoel Domingues registra fragmentos de grandes momentos, eventos e transformações na paisagem urbana de Marabá (PA), da região sul e sudeste do Pará e da região amazônica, ao longo do tempo. Sua data-limite vai desde a última década do século XIX, até os dias atuais, sob os assuntos como urbanização da cidade na década de 1990 e no início dos anos 2000; Cultura marabaense e regional, como lendas urbanas, procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, desfile da independência, comemoração do aniversário de 100 (cem) anos da cidade, Maraluar, povos indígenas, cortejo do Divino Espírito Santo, festividades na praia do Tucunaré, etc.; Também há fotografias referentes às cheias dos Rios Tocantins e Itacaiúnas, que se constituem como um evento recorrente na cidade de Marabá (PA). Todos os anos a cidade é assolada pelas cheias dos rios, que acabam por trazer diversas conseqüências à população ribeirinha, principalmente aos moradores do núcleo Marabá Pioneira.

Figura 4 - Carnaval de Marabá: Carro alegórico “O Cabaré”



Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM) (anos 1990).

Figura 5 - Festejos juninos: apresentação de grupo de bumba meu boi



Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM) (anos 1990).

Os registros fotográficos evidenciam um imenso protagonismo ao sujeito social, reforçando uma antiga associação feita entre fisionomia e identidade, traduzida pela expressão facial. Logo, esse rosto fotografado se transforma em um “espelho com memória” (TURAZZI, 2014, p.14-15). As fotografias também oferecem significados, para que o pesquisador decida explorar a decomposição do tempo para constituir suas narrativas. Logo, a busca pelo encaixe entre os signos que compõem a imagem, relativiza a percepção da origem fragmentária que cada fotografia foi submetida, na análise. O registro fotográfico permanece, contudo, sendo compreendido de modo sincrônico, não havendo necessidade de se alterar a temporalidade do espaço.

Todavia, muitos dos registros encontrados, estavam sem a devida identificação, ao qual pretende-se, em um outro momento, possibilitar um arranjo arquivístico para que essas fotografias possam ter seus assuntos identificados e assim registrados, com o propósito de servir como um referencial para a realização de pesquisas e trabalhos

acadêmicos ou escolares, que são atividades necessárias para o desenvolvimento de estudos que enfatizam o resgate da nossa história local e regional.

Figura 6 - Aniversário de 100 (cem) anos de Marabá (PA): apresentação de grupo de carimbó



Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM) (2013).

Logo, a fotografia é um importante instrumento de preservação da memória e da cultura local. É um patrimônio histórico-cultural que deve ser valorizado pela sua importância arquivística e histórica. Nesse sentido, defendemos que a utilização da fotografia não deve ser meramente ilustrativa, ela deve ser entendida e refletida pelo pesquisador como dispositivo que irá permitir as especificidades de vários momentos da cidade de Marabá (PA).

6 CONCLUSÃO

Esse estudo, portanto, corrobora com o quanto as fotografias do Arquivo Histórico Manoel Domingues nos oferecem possibilidades de várias leituras e estudos sobre a memória e a história da cidade de Marabá (PA). O acervo é muito rico e significativo, sendo úteis a pesquisadores, estudantes e à sociedade. Nesse sentido, é importante conhecermos tais acervos, visto que as imagens refletem determinados contextos históricos, sendo necessário atentar, mediante profissionais qualificados e as técnicas arquivísticas, para a sua conservação, recuperação e utilização pelos mais diferenciados públicos. Foi considerando essa necessidade e a importância desses documentos que nos lançamos na pesquisa. A fotografia, portanto, é um valioso fomento de pesquisa, pois sugere diversas interpretações, dispondo de uma gama de potencialidades que precisam ser deslindadas.

A fotografia permite aos consulentes visualizar o passado, cenários e situações por elas representados através de seus indícios e leituras. Como também registrar realidades múltiplas no contexto social em que estão inseridas. Dessa forma, percebe-se a

potencialidade das fotografias como portadora de contextos de produção de conhecimento e como objeto instrumentalizador de uma consciência. Diante disso, são documentos e fonte de informação que precisam ser preservadas e disponibilizadas à sociedade.

Portanto, sob esse olhar, a Arquivologia vai moldando e afirmando sua função social, ao mesmo tempo em que projeta o arquivo como instituição que reflete a própria sociedade, as ações e relações em diversas esferas sociais, lugar propício a interação coletiva. Assim sendo, os arquivos fotográficos são de suma importância às entidades públicas ou privadas, uma vez que atestam sua história, ao mesmo tempo em que representam fatos e fenômenos da sociedade na qual está inserida. Além disso, seu importante papel de preservação e resgate da memória social, cultural e histórica.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **A classificação de documentos fotográficos: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus.** 2012. 287 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – Unesp, Marília, 2012.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil), **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 4a ed., Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de Arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2004.

CALDERON, W. R. et. al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 3, 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1037>. Acesso em: 12 dez. 2022.

CANABARRO, Ivo Santos. Fotografia & História Cultural: Uma janela aberta para o mundo. **Mouseion: Canoas**, n.21, p. 17-34, ago. 2015.

CANABARRO, Ivo Santos. Fotografia e História: questões teóricas e metodológicas. **Visualidades**, Goiânia, v.13, n.1, p. 98-125, jan./jun 2015.

CONARQ. **Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes.** 2010. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

COUTURE, Carol. *Le concept de document d'archives à l'aube du troisième millénaire*. **Archives**, v. 27, n. 4, p. 3-18, 1996.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1993.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios, teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, n. 1, p.10-14, 1986.

FELIPE, Carla Beatriz Marques; PINHO, Fabio Assis. Fotografia como dispositivo da memória institucional. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 1, p. 89-101, 2018.

FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA DE MARABÁ (Marabá, Pará, Brasil). Institucional: Sobre nós. Disponível em: <http://casadaculturademaraba.org/sobre-nos/>. Acesso em: 08 dez. 2022.

GONÇALVES, Tatiana Fecchio da Cunha. Particularidades da análise fotográfica. **Discursos fotográficos**: Londrina, v.5, n.6, p.229-244, jan./jun. 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona. Organização arquivística de documentos imagéticos e pesquisa histórica. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**, Maringá (PR), v. 7, p. 189-198, 1996.

MARTÍN-PALOMINO BENITO, M.; TORRE MERINO, J. L. L. *Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000. 109 p.

MAUAD, Ana Maria. Imagens que faltam, imagens que sobram: práticas visuais e cotidiano em regimes de exceção 1960-1980. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 397-413, maio/ago. 2017.

MAUAD, Ana Maria. Milton Guran, a fotografia em três tempos. **Studium**, Campinas, v.28, 2009.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PENHA, Noemi Andreza. ANÁLISE DO VALOR PRIMÁRIO E VALOR SECUNDÁRIO NAS IMAGENS DA SÉRIE SÃO PAULO – 1899 / 1967 – Fundo Eletropaulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA, 12, 2008, **Anais**. Salvador: UFBA, Disponível: http://enearq2008.ufba.br/wp-content/uploads/2008/09/06-noemi_andreza_penha.pdf. Acesso em: 09 jun. 2023.

REIS, Luís. **O arquivo e a arquivística**: evolução histórica. Lisboa: Évora, 2006.

ROUILLÉ, André. **A fotografia**: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Senac, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SAMAIN, Etienne. As peles da fotografia: fenômeno, memória/arquivo. Desejo. **Visualidades**: Goiânia, v.10, n.1, p.151-164, jan./jun. 2012.

SAMAIN, Etienne; FELIZARDO, Adair. A fotografia como objeto e recurso de memória. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.3, n.3, p.205-220, 2007.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Rubens. Acervos fotográficos públicos: uma introdução sobre digitalização no contexto político da disseminação de conteúdos. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 194-200, set./dez. 2006.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Classificação em arquivística**: trajetória e apropriação de um conceito. 2004. 246 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TURAZZI, Maria Inez. A “CRIATURA” e o “ESPELHO”: o retrato de Machado de Assis por Marc Ferrez. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 13-29, maio/ago. 2014.

© 2023 UFPB

Editora

Ediane Toscano Galdino de Carvalho, UFPB

Capa

Marcílio Herculano da Costa, IFMT

Editor de Design

Marcílio Herculano da Costa, IFMT

Apoio Técnico -Portal de Periódicos Científicos Eletrônicos da UFPB

Cassandra Campos (Editora de publicações), UFPB

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeon>
archeonline@gmail.com

Archeon Online. – Vol. 1, n. 1 (jul./dez. 2013)- . – João Pessoa :
Coordenação do Curso de Arquivologia/UFPB, 2013-

Revista eletrônica de Arquivologia/UFPB - Semestral - V.11, n.1, 2023
Editora: Profa. Dra. Ediane Toscano Galdino de Carvalho

ISSN 2318-6186

1. Arquivologia. I. Universidade Federal da Paraíba. II. Coordenação do
Curso de Arquivologia. III. Título.

CDU 930.25

Conselho Editorial

Ana Claudia Cruz Córdula, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Alba Lígia de A. Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Ediane Toscano Galdino de Carvalho, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Genoveva Batista do Nascimento, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Juliane Teixeira da Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Patrícia Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Rayan Aramis de Brito Feitosa, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Archeon Online, João Pessoa, v.11, n.1, p.153, jan./jun. 2023

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeon>

ISSN 2318-6186. Licença 